



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

HELOÍSA CORRÊA PEREIRA

**DISTRIBUIÇÃO E MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O
CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA AUATI-PARANÁ**

CAMPINAS

2017

HELOÍSA CORRÊA PEREIRA

**DISTRIBUIÇÃO E MOBILIDADE ESPACIAL DA
POPULAÇÃO EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DA
RESERVA EXTRATIVISTA AUATI-PARANÁ**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Alvaro de Oliveira D'Antona

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA HELOÍSA CORRÊA PEREIRA E ORIENTADA PELO PROF. DR. ALVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA.

Alvaro de Oliveira D'Antona

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPEAM

ORCID: <http://orcid.org/http://orcid.org/00>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

P414d Pereira, Heloísa Corrêa, 1982-
Distribuição e mobilidade espacial da população em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia brasileira : o caso da reserva extrativista Auati-Paraná / Heloísa Corrêa Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Álvaro de Oliveira D'Antona.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade espacial. 2. Dinâmica populacional. 3. Reservas extrativistas. 4. População - Amazônia. I. D'Antona, Álvaro de Oliveira, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Distribution and spatial mobility of the population in protected areas for sustainable use in the Brazilian Amazon : the case of the Auati-Paraná extractive reserve

Palavras-chave em inglês:

Spatial mobility

Population dynamics

Extractive reserves

Population - Amazon

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Álvaro de Oliveira D'Antona [Orientador]

Silvana Amaral Kappel

Marta Maria Amaral do Azevedo

Edila Arnaud Ferreira Moura

Roberto Luiz do Carmo

Data de defesa: 30-06-2017

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de junho de 2017, considerou a candidata Heloísa Corrêa Pereira aprovada.

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona

Prof. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura

Prof. Dra. Silvana Amaral Kampel

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Prof. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

*Dedico aos meus pais,
Luiza e Evaldo*

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos mereciam uma história sobre reencontros, encontrar pessoas, sobre nunca estar sozinho. Pessoas que marcaram essa caminhada em diferentes aspectos, no conhecimento acadêmico, no conhecimento de viver, de aprender a ser paciente, tolerante, e de estar aberta para compreender as diferenças, e que não existe o certo e o errado, apenas opiniões diferentes.

Não foi tranquilo chegar até aqui, e eu já sabia que não seria fácil, um grande amigo me alertou sobre isso... Mas para que isso fosse possível, para que eu encontrasse todas essas pessoas, houve grandes contribuições divinas, ligadas a forças invisíveis, às quais agradeço pela oportunidade de aprendizado diário! E se não fosse por causa de duas pessoas maravilhosas, com as quais tenho a felicidade de compartilhar essa vida, tudo seria mais complicado, por isso agradeço aos meus pais, Luiza e Evaldo, pela confiança e aprendizado que me foi oferecido de maneira simples e amorosa, e que contribuíram para como estou hoje.

Agradeço àqueles que fizeram isso tudo ser possível: a todos os moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná, especialmente o Senhor Severiano, Dona Colômbia, que de colombiana só tem o nome... Agradeço ao Senhor Antônio Moraes, à Dona Otavia, ao Senhor Marivaldo, Dona Maroca e Senhor Eurico, e a todos os moradores desse lugar tão lindo que ficou guardado nas minhas melhores lembranças.

Agradeço à Associação Agroextrativista de Auati-Paraná, especialmente ao Senhor Isaac e ao Senhor Miguel, que me auxiliaram durante o período de estadia no município de Fonte Boa, e até o momento final desta pesquisa.

Ao meu querido orientador Álvaro D'Antona, agradeço a paciência e a humildade em compartilhar conhecimento, e por ter aceitado abraçar esse desafio comigo, desafio que foi sendo vencido a cada dia de aula, de estudo e de aprendizado na Demografia, desafio que ele conseguiu entender. Obrigada!

Ao Luke Parry, meu eterno agradecimento, pois foi quem me apoiou a buscar esse programa de doutorado, e quem me apresentou ao professor Álvaro D'Antona. Foi um aprendizado muito grande trabalhar com alguém como Luke, jamais esquecerei essa experiência.

Meus agradecimentos ao meu assistente de pesquisa e irmão, Lucas. Sem ele tudo teria sido mais difícil, quem diria que estaríamos juntos nessa?! Foram muitos imprevistos, e teremos muitas lembranças, jamais esqueceremos esses dias de campo e de convívio nas comunidades do Auati.

Aos meus amigos, agradeço o apoio nas horas confusas e as conversas esclarecedoras, que foram imprescindíveis. Agradeço especialmente ao Ricardo Dagnino e a toda sua família, que se tornou minha família do coração; à Carla, ao Luiz Antônio (por se fazer presente sempre que eu precisei), ao Gui, à Katiane, à Kesia, Dafne e Diego, Fausto, Rodrigo (paraense arrojado), Chandie (pessoa incrível) e, é claro, ao Eduardo: meu amigo e psicólogo, me deu muita força nos momentos mais turbulentos nesse final de pesquisa; à Marta Kanashiro, que me acolheu em sua casa e permitiu que tivesse um ambiente tranquilo e equilibrado para trabalhar na escrita final do texto; e à minha grande amiga baiana, Priscila querida! Agradeço igualmente a todos os outros amigos, tão importantes e essenciais quanto os citados aqui.

Aos meus amigos do centro espírita de Barão Geraldo, esse lugar que me acolheu nos momentos mais difíceis da minha vida aqui em Campinas, lugar em que pude me descobrir como ser espiritual, onde pude aprender a ressignificar a minha vida! Agradeço à Sandra, à Silvia, ao João Pedro, José Carlos, Silvana, Renata, Andrea e à Fátima! Todos muito queridos! E, claro, aos amigos do centro espírita em Santarém, tão queridos e dispostos a me entender: Rose, Maria Luiza, especialmente, Conceição e Danilo.

Ao Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, por todo o apoio durante o curso de doutorado, gostaria de deixar registrado aqui um especial agradecimento ao Rogério e à Raquel, pessoas tão importantes para nós, alunos! Rogério sempre esteve pronto a auxiliar quando precisei, na elaboração do banco de dados dessa pesquisa, nos imprevistos com o *laptop* e em tudo que pôde ser possível. Ele e Raquel estiveram sempre dispostos a ajudar.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, agradeço pelo suporte na pesquisa de campo, pela disponibilidade. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas pelo auxílio à minha pesquisa e pelo apoio financeiro. E também agradeço a todos os professores do programa em Demografia, do Instituto de Filosofia, em especial aos professores Roberto do Carmo, Marta Azevedo, Luciana Alves e Joice Melo pelas contribuições no meu desenvolvimento acadêmico, pelas conversas construtivas.

E, finalmente, agradeço por ter chegado até aqui!

“Halim havia melhorado de vida nos anos do pós-guerra. Vendia de tudo um pouco aos moradores do Educandos, um dos bairros mais populosos de Manaus, que crescera muito com a chegada dos soldados da borracha, vindos dos rios mais distantes da Amazônia. Com o fim da guerra, migraram para Manaus, onde ergueram palafitas à beira dos igarapés, nos barrancos e nos clarões da cidade. Manaus cresceu assim: no tumulto de quem chega primeiro.”

(Trecho do livro *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum)

RESUMO

Neste trabalho, foi analisada a maneira como as regras previstas para regulamentação em Unidades de Conservação podem afetar a mobilidade e a distribuição espacial da população que vive no interior de tais unidades, a partir do contexto da Reserva Extrativista Auati-Paraná (RESEX-AP) - Unidade de Conservação Federal, localizada no estado do Amazonas. As especificidades dessa pesquisa acabaram por elencar uma série de questões difíceis de serem respondidas somente através de fontes secundárias, como os dados cadastrais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do censo demográfico, fazendo-se necessária a incorporação das análises de outras diferentes fontes de dados, como os dados primários originados a partir de uma pesquisa de campo realizada em 2015. A partir dessas informações, observou-se que a dinâmica populacional da RESEX-AP está sujeita a diferentes contextos. O primeiro se refere a uma mobilidade sazonal, justificada pelas características ambientais da reserva, em que a mobilidade se explica pelo nível do rio, influenciando no deslocamento dos moradores para as áreas urbanas e para comunidades na própria RESEX, situadas na terra firme. O segundo contexto se refere à migração de moradores, justificada pelas características socioeconômicas predominantes na reserva, nas quais os moradores enfrentam condições precárias de educação, saúde e de meios de transporte para escoar a produção agrícola. Tais contextos fazem parte das principais conclusões deste trabalho e demonstraram que a mobilidade e a distribuição espacial da população nessa área não têm sido afetadas pelas regras ambientais. As regras serviriam para conter conflitos e pressão sobre os recursos. A fragilidade em promover o bem-estar dos moradores, associada à sazonalidade do ambiente, é o que influenciaria na mobilidade e na distribuição espacial na RESEX-AP e é também justificativa para a conexão existente entre o rural e o urbano. Dessa forma, a dinâmica que se percebe vem ocorrendo antes mesmo dessa área haver se tornado uma Unidade de Conservação: as populações tendem a deixar a reserva por outros fatores, não explicitamente relacionados à sua criação. Conhecer esses fatores é um caminho para assegurar políticas ambientais direcionadas à criação de Unidades de Conservação. O caso da RESEX-AP traz a reflexão sobre o papel dessas áreas na dinâmica demográfica da Amazônia e demonstra que, no histórico de ocupação da Amazônia, essa categoria de UC contribuiu para conter o êxodo, mas influenciou outras dinâmicas que precisam ser consideradas nos estudos de população.

Palavras-chave: Mobilidade espacial; Dinâmica Populacional; Reservas Extrativistas; População - Amazônia.

ABSTRACT

In this work, it was analyzed how the rules for regulation in Conservation Units (UC) can affect the mobility and spatial distribution of the population living inside these units, from the context of the Auati-Paraná Extractive Reserve (RESEX-AP), a Federal Conservation Unit, located in the state of Amazonas, Brazil. The specificities of this research ended up listing a series of difficult questions to be answered through only secondary sources, such as the registration data of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation and the Demographic Census data, making it necessary to incorporate the analyses of other different data sources, such as the primary data originated from a field survey conducted in 2015. From the information collected in this research, it was observed that the population dynamics of RESEX-AP is subject to different contexts. The first refers to a seasonal mobility, justified by the environmental characteristics of the reserve, where mobility is explained by the level of the river, influencing the displacement of the residents to the urban areas and to communities in the RESEX itself, located on the mainland. The second context refers to the migration of residents justified by the socioeconomic characteristics prevailing in the reserve, in which residents face precarious conditions in education, health and also means of transportation to dispose of their agricultural production. These contexts are part of the main conclusions of this study and have demonstrated that the mobility and the spatial distribution of the population in this area have not been affected by environmental rules. The rules would serve to contain the conflicts and the pressure on resources. The fragility in promoting the well being of the residents associated to the seasonality of the environment is what would influence the mobility and spatial distribution in the RESEX-AP and is what would also justify the connection between the rural and the urban areas. In this way, the dynamics that have been perceived occurred even before this area became a Conservation Unit: populations tend to leave the reserve for other factors, not explicitly related to the creation of the reserve. Knowing these factors is a way to ensure environmental policies aimed to the creation of Conservation Units. The RESEX-AP case reflects the role of these areas in the demographic dynamics of the Amazon and shows that, in the Amazon occupation history, this category of UC contributed to contain the exodus, but influenced other dynamics that need to be considered in the population studies.

Keywords: Spatial mobility; Population dynamics; Extractive Reserve; Population - Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Reserva Extrativista Auati-Paraná em relação a sua localização política municipal e regional.	20
Figura 2: População rural e urbana na Amazônia Legal - 1950 a 2010:	41
Figura 3: Evolução na criação de UC's no Brasil (federais e estaduais) por período de governo:	58
Figura 4: Reserva Extrativista Auati-Paraná em relação à divisão regional do Médio Solimões, no estado da Amazonas.	71
Figura 5: Embarcações no porto da cidade de Fonte Boa - AM, 2015:	80
Figura 6: Localização das comunidades na RESEX-AP com destaque para as comunidades Vencedor e Murinzal.	84
Figura 7: Distribuição por sexo e grupos de idade dos moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná, censo demográfico 2010.	86
Figura 8: Marcas da cheia do rio na escola da comunidade Luiz, na Reserva Extrativista Auati-Paraná:	88
Figura 9: Posto de Saúde na comunidade do Vencedor, situada na Reserva Extrativista Auati-Paraná, em 2015:	90
Figura 10: Disposição dos domicílios situados na Reserva Extrativista Auati-Paraná, em 2015.	91
Figura 11: Disposição das casas na comunidade Miriti - Reserva Extrativista Auati-Paraná, em 2015:	91
Figura 12: Atividades econômicas desenvolvidas na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2009:	97
Figura 13: Total de domicílios, de famílias e de moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná, referente aos anos de 2009 e 2015.	102
Figura 14: Motivos que influenciam na saída de população das comunidades na Reserva Extrativista Auati-Paraná.	105
Figura 15: Distribuição dos filhos emigrantes conforme grupos de idade e ano de emigração:	110
Figura 16: Motivos para migração dos moradores das comunidades do Vencedor e Murinzal:	116
Figura 17: Comunidade Luis durante a cheia em 2015 na Reserva Extrativista Auati-Paraná.	120

Figura 18: Comunidade boca do Pema durante a cheia de 2015, Reserva Extrativista Auati-Paraná:	120
Figura 19: Disposição das casas em relação ao tamanho da propriedade, comunidade Cordeiro na Reserva extrativista Auati-Paraná, 2015:.....	124
Figura 20: Padrão de moradia na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2015:	124
Figura 21: Local de nascimentos dos representantes (“dona” e “dono”) dos domicílios entrevistados nas comunidades do Vencedor e Murinzal na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2015:.....	125
Figura 22: Ano de emigração dos filhos que não residiam no domicílio no período da entrevista realizada nas comunidades do Vencedor e Murinzal, 2015:.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População da Amazônia Legal 1970, 1980, 2000 e 2010:	33
Tabela 2: Taxa de Crescimento Populacional anual (%) da Amazônia Legal 1970-1980, 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010:.....	34
Tabela 3: Volume de Imigração e Emigração e Trocas migratórias por UF na Amazônia Legal 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010:	36
Tabela 4: Distribuição dos municípios da Amazônia Legal por classes de tamanho populacional 1970-2010:	42
Tabela 5: Grau de urbanização (%), Brasil e estados selecionados 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010:	43
Tabela 6: Número e área das unidades de conservação por nível de governo responsável e tipo de uso e categoria de manejo:.....	57
Tabela 7: Taxa de crescimento anual da população (%) dos municípios da região do Médio Solimões no estado do Amazonas, 1980 a 2010:	73
Tabela 8: Saldo migratório, população residente, taxa de migração líquida e peso relativo da migração no crescimento demográfico (2000 e 2010):	74
Tabela 9: Índice de Eficácia migratória (IEM) para a região do Médio Solimões:.....	75
Tabela 10: Grau de urbanização (%) dos municípios que compõem a região do Médio Solimões no estado do Amazonas: 1991, 2000 e 2010:	76
Tabela 11: Participação no crescimento da população (%) na região do Médio Solimões: 1991, 2000 e 2010:	77
Tabela 12: Imigração para os municípios da região do Médio Solimões por suas localidades de origem (Médio Solimões, Amazonas, outros estados dentro e fora da Amazônia legal) – 1986-1991, 1995-200, 2005-2010:	78
Tabela 13: Tipos de unidades domésticas na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2010.	93
Tabela 14: Número de residentes por domicílio na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2010:	93
Tabela 15: Posição no domicílio por sexo do residente, 2010:	94
Tabela 16: Distribuição dos responsáveis pelos domicílios segundo o grupo de idade – Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2010:.....	95
Tabela 17: Distribuição da população residente da RESEX AUTI-PARANÁ por classes de rendimento mensal total, 2010:	95
Tabela 18: Tipos de ocupação na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2009:	96

Tabela 19: Chegada e saída de moradores nas comunidades da Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2001, 2015:	104
Tabela 20: Motivos relacionados à emigração de jovens, 2015.	111
Tabela 21: Emigração dos filhos que não residiam no domicílio no momento da entrevista, conforme o sexo e município de destino:	112
Tabela 22: Classificação dos tipos de fontes de renda, por domicílio, 2015:.....	113
Tabela 23: Renda domiciliar anual dos moradores das comunidades do Vencedor e Murinzal, referente ao ano de 2014:.....	114
Tabela 24: Número de viagens dos moradores entrevistados nas comunidades do Vencedor e Murinzal da Reserva Extrativista Auati-Paraná:	117
Tabela 25: Motivos de viagens realizadas pelos moradores das comunidades do Vencedor e Murinzal ao urbano:.....	118
Tabela 26: Aquisição das propriedades dos moradores entrevistados na comunidade do Vencedor e Murinzal.	122
Tabela 27: Classificação dos representantes dos domicílios (“dona” e “dono”) entrevistados na Comunidade do Vencedor e Murinzal quanto à migração:	125
Tabela 28: Atividades não são mais praticadas pelos moradores nas comunidades do Vencedor e Murinzal, 2015:	128
Tabela 29: Consideração dos moradores sobre mudanças nas áreas de uso de suas comunidades após a criação da Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2015.	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipologias de Unidades de Conservação da International Union for Conservation of Nature (IUCN):.....	52
Quadro 2: Características do padrão de povoamento e estruturas fundiárias, na RDS Amanã situada na região do Médio Solimões, que nos permitem entender as formas de povoamento da RESEX-AP no contexto regional:	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPA – Associação Agroextrativista Auati-Paraná

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CCA - Corredor Central da Amazônia

CDRU – Contrato de Concessão do Direito Real de Uso

CNS – Conselho Nacional do Seringueiro

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ESEC – Estação Ecológica

ESF – Equipes de Saúde da Família

FLONA – Floresta Nacional

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEA – Instituto de Estudos Amazônicos

IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – I Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ITEAM – Instituto de Terras no Amazonas

IUCN – International Union for Conservation of Nature

MEB – Movimento de Educação de Base

MONAT – Monumento Natural

NASF – Núcleos de Apoio as equipes de Saúde da Família

NEPO – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PARNA – Parque Nacional

PMACI – Programa de Proteção às Populações Indígena e Meio Ambiente

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPG-7 – Programa Piloto para a conservação das Florestas Tropicais Brasileiras

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RDSM – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

REBIO – Reserva Biológica

REF – Reserva de Fauna

RESEX – Reserva Extrativista

RESEX-AP – Reserva Extrativista Auati-Paraná

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS – Refúgio de Vida Silvestre

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SISBIO – I Sistema de Autorização e Informação em biodiversidade

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPVEA – Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SYSNEPO – Sistema SysNEPO

UBS – Unidade Básica de Saúde

UD – Unidade Doméstica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	27
1.1. Migração e ocupação de terras na Amazônia	27
1.2. Urbanização, população rural e urbana	40
1.3. Mudanças de paradigma e a criação de áreas protegidas	45
CAPÍTULO II - POPULAÇÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS	51
2.1. Presença Humana em Áreas Protegidas	51
2.2. Unidades de Conservação e o contexto da Amazônia Legal	61
2.3. Estudos de População em Unidades de Conservação	64
2.3.1. O censo demográfico e as Unidades de Análise	68
CAPÍTULO III - A RESERVA EXTRATIVISTA AUATI-PARANÁ	70
3.1. A região do médio Solimões	70
3.2. Características sociodemográficas dos moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná	78
3.3. A pesquisa de Campo e seus resultados	99
CAPÍTULO IV - MOBILIDADE E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MORADORES	108
4.1. Impactos da Reserva Extrativista na mobilidade espacial e na redistribuição da população	108
4.2. Dinâmica Populacional na Amazônia: o lugar das reservas extrativistas	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	143
ANEXOS	158

INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou entender o papel das Unidades de Conservação (UC) de usos sustentáveis na dinâmica demográfica brasileira, visando responder como a criação de uma UC afeta os residentes das áreas delimitadas, a partir da perspectiva dos estudos de população, e se a criação de uma UC modifica a mobilidade e distribuição da população nesses espaços.

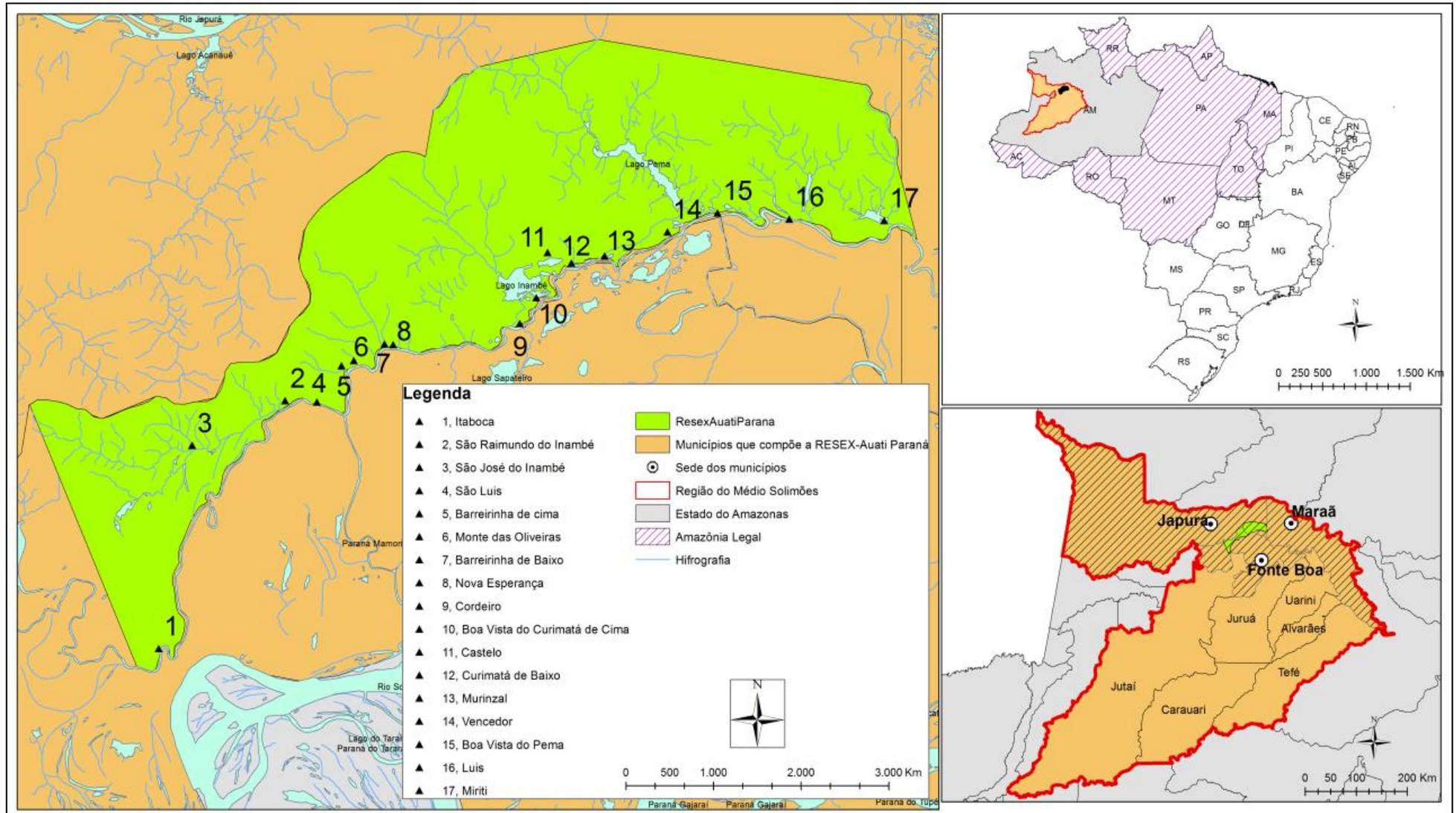
A pesquisa apresenta um estudo de caso desenvolvido no âmbito da Reserva Extrativista Auati-Paraná (RESEX-AP) (Figura 1), uma UC de uso sustentável localizada no estado do Amazonas, na região do Médio Solimões¹, e que abrange os municípios de Fonte Boa, Japurá e Marau. O deslocamento até a RESEX ocorre somente por via fluvial, com principal acesso pela sede do município de Fonte Boa.

A criação da RESEX-AP data de 07 de agosto de 2001. A escolha da RESEX-AP partiu de uma estratégia de pesquisa, em que se priorizou a disponibilidade de dados censitários correspondentes ao ano de criação dessa reserva. O período de criação da reserva atingiu às questões relacionadas às mudanças sobre o antes e o depois da criação da RESEX-AP. Até pouco tempo, o censo demográfico não disponibilizava informações quanto às características das populações nessas áreas, e atualmente é possível obter, dentro do possível, tais características.

A hipótese central do estudo compreende que as UC's na Amazônia serviriam como estratégia para fixar os seus habitantes no rural, tendo em vista os objetivos propostos para regulamentação de UC's, consideradas por ALLEGRETTI (1994) como um modelo para controlar o êxodo rural na década de 1970. Nossas hipóteses secundárias seriam: as UC's afetam a população residente nessas áreas por estabelecerem o cumprimento de regras ambientais, estando os moradores dentro desses espaços sujeitos a adaptação dessas regras e, dessa adaptação, partiria a decisão em permanecer ou migrar desses espaços; a partir da criação da UC, os locais onde esses moradores desenvolvem suas atividades e a maneira como se relacionam com o ambiente também estariam sujeitos a mudanças, implicando na saída da população dessas áreas.

¹ Neste estudo incorporamos a subdivisão do estado do Amazonas utilizada pelo projeto Corredores Ecológicos da Amazônia (AYRES et al., 2005), em que se reconhecem cinco sub-regiões: Região do Uatumã, Rio Negro, Baixo Solimões, Médio Solimões e Alto Solimões. Embora reconheçamos a existência de diferentes subdivisões tanto pelo IBGE, quanto pela Constituição do Amazonas, adotamos a divisão utilizada pelo projeto corredores ecológicos por se tratar de uma divisão atribuída ao contexto das Unidades de Conservação no estado do Amazonas, mostrando a conexão dessas áreas com os municípios em que estão inseridas.

Figura 1: Localização da Reserva Extrativista Auati-Paraná em relação a sua localização política municipal e regional.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Elaboração própria.

Há que se ter em vista que ao mesmo tempo em que as UC's colaboram com a preservação dos recursos naturais, também asseguram direitos jurídicos às populações que tradicionalmente já habitavam esses espaços (antes mesmo da criação da UC). Considera-se que a regulamentação desse tipo de unidade, ao impor condições para a permanência de moradores em seu interior, pode influenciar os modos como tais pessoas se relacionam e se distribuem dentro e no entorno dessas áreas.

A regulamentação dessas áreas garante a fixação de seus moradores, mediante os investimentos e implantação de programas que visam à melhoria das condições de vida nessas áreas (MCCORMICK, 1992; ALLEGRETTI, 1994). No entanto, a população dentro desses espaços não está e nunca esteve imóvel no território. Sua relação com o ambiente se dá a partir de sua mobilidade e distribuição espacial, o que nos leva a entender tais espaços como relevante para se pensar a dinâmica demográfica na Amazônia.

Entendemos como mobilidade os fenômenos sociais, culturais e ambientais da dinâmica populacional que vão além do conceito de migração (LEE, 1966). A mobilidade e a distribuição das populações na Amazônia estudada a partir da configuração de um novo território – pautado no modelo de Unidades de Conservação – permitem entender o papel dessas áreas na dinâmica regional da Amazônia. A configuração desses espaços revela as características dessa dinâmica, na qual a ocupação se estende para o espaço urbano e pode ser compreendida pela ocorrência de deslocamentos sazonais e pelas articulações entre distintos locais de residência.

Considerando-se que a partir do momento em que a dinâmica migratória no Brasil deixou de se aprofundar somente em estudos das dinâmicas rurais e urbanas, ampliou-se para outra dimensão a compreensão desses movimentos, como as dinâmicas inter-regionais, intrarregionais e a mobilidade pendular e sazonal (CUNHA, 2005). Essas mudanças incrementam a complexidade das relações existentes entre migração e o desenvolvimento social e regional, e permitem direcionar um novo olhar sobre as variáveis migratórias (CUNHA, 2010), principalmente no que se refere aos movimentos migratórios na Amazônia.

A migração na Amazônia durante as décadas de 1960 a 1980 se caracterizava pelas migrações inter-regionais impulsionadas pela política de ocupação regional que estimulava deslocamentos do tipo rural-rural, mas também com destinos urbanos (HOGAN et al, 2008). A partir do censo demográfico de 2000, é possível acompanhar a mudança nessa tendência e se observa a redução na intensidade dos fluxos migratórios inter-regionais e o aumento dos fluxos intrarregionais da população, sobretudo de natureza rural-urbana

(BECKER, 2005; HOGAN et al 2008). A migração inter-regional na Amazônia diminuiu consideravelmente acompanhando as tendências nacionais (HOGAN et al, 2008).

A natureza do fluxo rural-urbano, em grande medida, respondia ao processo de desocupação do rural, em que as populações locais se viam obrigadas a abandonar suas áreas motivadas pelo insucesso dos projetos de colonização e, também, para fugir dos conflitos e disputa por terra; assim, acabavam se deslocando para os núcleos urbanos próximos atrás de condições de vida melhores, colaborando no processo de urbanização dessas áreas (MARTINE, 1992).

A reação das populações locais (especialmente das populações extrativistas) ao cenário de problemas rurais demonstrava descontentamento com a falta de planejamento e atuação do governo. Os seringueiros do Acre tiveram um papel central nesse processo ao reivindicarem seus direitos fundiários, incorporando em seus ideais de luta a defesa da floresta (IEA, 1988; COSTA, 1992). Com isso, a ideia de “função social da terra” teve uma mudança de significado, passando a ser ponderada a partir das atividades extrativistas e dos recursos florestais, e não mais a partir da valoração mercantilista da terra e dos recursos naturais (COSTA, 1992).

Da reivindicação dos seringueiros surgiu a categoria de Unidade de Conservação: Reservas Extrativistas (RESEX). Essa categoria se difere das demais principalmente no que se refere aos atores que propõem a criação dessas áreas. Historicamente, elas podem ser entendidas como uma alternativa à reforma agrária, criadas a partir de forças políticas ligadas ao movimento social na Amazônia com protagonismo dos seringueiros (D'ANTONA, 2003; SCHWEICKARDT, 2010).

As unidades de conservação e as Terras Indígenas existentes até a década de 1980 serviram de base para a configuração de um modelo de “unidades reservas” (ALLEGRETTI, 1994), em que as populações locais poderiam conciliar a exploração econômica com a preservação da floresta pautada no conceito de Reservas Extrativistas, um conceito formulado como proposta de regularização fundiária do seringueiro.

Até a formulação do conceito de Reservas Extrativistas inexistia na política ambiental brasileira áreas de posse destinadas à exploração de recursos para a produção que contemplassem a proteção de florestas (ALLEGRETTI, 1994). Essa iniciativa modifica as políticas ambientais voltadas para a criação de UC no Brasil, influenciando a criação de modelos das UC's voltados para o uso sustentável dos recursos pelas populações locais.

Considerando o histórico da criação da UC, é indispensável o esforço para entender o papel dessas áreas na dinâmica demográfica da Amazônia. Até os dias atuais, as

transformações na urbanização da Amazônia são discutidas como um dos principais processos decorrentes do período de ocupação, ignorando, de certo modo, a dinâmica das populações que vivem atualmente na zona rural dessa região e que contribuíram para a origem do modelo de UC que funciona como uma alternativa à reforma agrária.

Alguns estudos apontam para uma forte conexão entre o urbano e o rural na Amazônia (PADOCH, 2008; PINEDO-VASQUEZ et al, 2008; AMARAL, et al 2013), em que a ocupação não se restringe apenas às cidades e vilas, englobando também outras formas socioespaciais, tais como projetos de assentamentos, comunidades ribeirinhas, Terras Indígenas, Unidades de Conservação e, até mesmo, sedes de fazendas (AMARAL et al., 2013). Por exemplo, as comunidades ribeirinhas na região de Santarém, no Pará, formam redes urbanas incipientes na escala comunitária, com características que definem a importância dessas comunidades na estrutura do território nacional (AMARAL et al., 2013). As populações que vivem no rural da Amazônia não podem simplesmente serem classificadas como residentes do rural ou do urbano, pois essas distinções não são simples e implicam relações de moradia e movimentos bem mais complicados (PINEDO-VASQUEZ et al., 2008).

A proposta deste estudo procura entender as características da população no interior dessas áreas, especialmente de RESEX. Visa entender os movimentos e conexões intra e entre domicílios e as motivações migratórias dos indivíduos, uma vez que tais informações normalmente não são capturadas pelo censo demográfico. Compreender tais especificidades exigiu um conjunto de diferentes fontes de dados em que se fez uso de dados secundários, como: censo demográfico, banco de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dados primários obtidos mediante uma pesquisa de campo realizada de outubro a novembro de 2015 na RESEX -AP. Esse conjunto de informações foram necessárias, pois a mobilidade e as dinâmicas em UC's ocorrem em tempo ou períodos que não podem ser compreendidas fazendo uso apenas do censo demográfico, sendo necessário incorporar as análises de outras fontes de dados disponíveis.

Os dados do censo foram utilizados em três recortes. Primeiramente na revisão sobre o processo de ocupação da Amazônia brasileira para os períodos de 1970 a 2010. No segundo, para a análise das características sociodemográficas da Região do Médio Solimões, no qual a RESEX-AP está inserida; e, por fim, para as características sociodemográficas dos moradores da RESEX-AP usando dados do universo para 2010 desagregado por setor censitário. Os dados do censo demográfico oferecem informações acerca do volume e

distribuição da população nessas áreas, havendo limitações quanto às informações referentes ao comportamento da população em termos das motivações dos indivíduos, por exemplo.

Os dados cadastrais se referem a um banco de dados disponibilizado pelo ICMBIO, em que constam informações dos moradores da RESEX-AP para o período de 2009. As informações contidas nesse banco de dados se limitam à composição da população na RESEX, às características socioeconômicas dos domicílios e características ambientais em relação às atividades produtivas que envolvem a exploração de recursos naturais.

Sobre os dados de campo, convém primeiramente informar que a pesquisa ocorreu em duas etapas. Na primeira etapa da pesquisa foram visitadas todas as 17 comunidades usuárias da RESEX-AP. A fonte de coleta de dados para essa etapa incluiu registro audiovisual (gravações e registros fotográficos), um questionário contendo 19 questões e mapas de localização da reserva. Essa primeira etapa constituiu em uma análise previa das comunidades e foram observados alguns aspectos da dinâmica de cada comunidade, servindo de suporte para a segunda etapa da pesquisa. Na segunda etapa, as entrevistas foram direcionadas à unidade doméstica (UD) e as entrevistas foram realizadas em duas comunidades, sendo as comunidades do Vencedor e Murinzal, escolhidas a partir da análise desenvolvida na primeira etapa da pesquisa.

Nesse sentido, os dados de campo se referem a uma base de informações construídas a partir da primeira etapa da pesquisa e dispõem de informações sobre a mobilidade dos moradores nas comunidades, as mudanças nas áreas de uso das comunidades e à saída de moradores das comunidades. Dispomos de um banco de dados elaborado a partir da segunda etapa da pesquisa contendo informações acerca da mobilidade e distribuição dos indivíduos, suas motivações quanto à migração e mudanças quanto ao antes e o depois da criação da RESEX-AP, somente para as comunidades do Vencedor e Murinzal.

Os dados coletados nas duas etapas de campo se complementam, formando um conjunto de análises sobre as relações socioespaciais na reserva e a dinâmica populacional dos moradores. Esse conjunto de informações dá peso à coleta de dados, permitindo que os resultados gerados representem o estudo de caso proposto nesta pesquisa.

Em relação aos dados secundários, o trabalho de campo permite associar as informações oferecidas pelos moradores ao contexto regional como, por exemplo, os principais destinos dos migrantes na região. Existe uma aproximação entre os dados de campo e os dados disponíveis pelo IBGE para a área da RESEX-AP que nos permite associar essas informações com os dados cadastrais disponibilizados pelo ICMBIO.

A partir desse conjunto de informações, buscamos desenvolver esta pesquisa identificando os principais elementos que nos permitiram atender às hipóteses desse estudo de caso, se a criação de reservas pode ser um fator de “expulsão” de população dessas áreas. Cada capítulo apresentado busca delinear a discussão sobre o processo de ocupação na Amazônia, enfatizando o contexto de criação das Reservas Extrativistas e como esse modelo de UC nos permite entender o papel dessas áreas na dinâmica regional.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta as características da ocupação da Amazônia brasileira após a segunda guerra mundial e busca responder a questão: em que contexto da ocupação da Amazônia as UC's de uso sustentável estão inseridas? Buscando responder a essa questão fizemos um recorte e iniciamos a discussão partindo do pós-segunda guerra mundial por considerarmos as políticas implementadas a partir desse período importantes para a formação do território da Amazônia Legal Brasileira. Buscamos demonstrar as diferentes fases desse processo, marcados primeiramente por uma ocupação dirigida pelo Estado e, em seguida, pela desocupação do meio rural, seja pelo avanço da fronteira ou pelo êxodo rural. Acompanhada de uma mudança de postura do Estado, a de controlar a ocupação e conter os conflitos e danos ambientais que vinham ocorrendo na área dos projetos de colonização. Essa mudança se mostra favorável às populações locais, com destaque para as populações extrativistas, que ao reivindicarem seus direitos à terra contribuíram para reformulação das políticas ambientais brasileiras e para a revisão dos projetos agropecuários que resultaram na criação das Reservas Extrativistas.

No segundo capítulo, fazemos uma revisão sobre a população em áreas protegidas, apresentamos o contexto para a criação dessas áreas no Brasil mostrando que o fator população foi importante para repensar tais modelos, e traçamos uma relação entre a ocupação na Amazônia e a reformulação dos modelos de áreas protegidas no Brasil. Também abordamos quais as possibilidades metodológicas em termos de estudos de população para desenvolver pesquisa nessas áreas, demonstrando que ainda existe uma limitação para trabalhar alguns temas utilizando apenas as fontes de dados oficiais, sendo necessária a pesquisa de campo.

No terceiro capítulo, contextualizamos a região do Médio Solimões onde estão situados os municípios em que se insere a RESEX-AP. Apresentamos as características da ocupação dessa região, mostrando as diferenças do que se observa na Amazônia Legal. O Médio Solimões apresenta outro padrão de ocupação decorrente de sua posição geográfica, distante dos principais centros urbanos, das rodovias e estradas, mantendo uma dinâmica bastante associada à dinâmica dos rios. Nesse capítulo, são apresentados os dados secundários

da pesquisa referente ao censo demográfico de 2010 e cadastro de moradores do ICMBIO para o período de 2009.

No quarto capítulo, apresentamos os dados empíricos da pesquisa, descrevendo as etapas da pesquisa de campo e as características dos moradores da RESEX-AP no que se refere à mobilidade e distribuição espacial. Propomos uma discussão sobre a dinâmica populacional na Amazônia refletindo sobre como a mobilidade e distribuição dos moradores da RESEX-AP pode ser compreendida no contexto da dinâmica regional.

Como consideração final, apresentamos os principais resultados do estudo enfatizando que os estudos de população em Unidades de Conservação revelam aspectos da dinâmica populacional que vão além dos dados quantitativos, que envolvem dinâmicas intimamente ligadas ao modo de vida da população, suas necessidades e buscas por melhores oportunidades e condições de vida, facilitadas pelas relações de parentesco. E que a mobilidade dessas populações depende da capacidade de recursos disponíveis para a subsistência e das condições de vida e de relações sociais estabelecidas. E, por fim, que a população nessas áreas não está imóvel no território e o papel dessas áreas, na dinâmica demográfica da Amazônia, se estabelecem a partir da dinâmica entre o rural e o urbano, que merecem ser estudadas com mais profundidade nos estudos sobre população.

CAPÍTULO I

OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1.1. Migração e ocupação de terras na Amazônia

O processo de ocupação da Amazônia brasileira vem ocorrendo desde antes o período colonial (MAHAR, 1978), quando os povos indígenas habitavam a região, e foi sendo reestruturado a partir das frentes econômicas predominantes no século XIX (IANNI, 1979; PINTO, 1980; SAWYER, 1981) e das políticas criadas no século XX que visavam expandir a fronteira agrícola na direção ao centro-oeste e norte do Brasil.

A ocupação da Amazônia pode ser relacionada aos diferentes ciclos do desenvolvimento, como o da exploração do látex, do garimpo e da exploração madeireira, tomando como referência o sistema de produção econômica, a dinâmica demográfica e a ocupação do território para caracterizar cada um dos ciclos (LIMA; ALENCAR, 2000; ALENCAR, 2009; 2010). Antes do século XX já existia na Amazônia uma fronteira consolidada, em que as frentes produtivas eram baseadas na exploração extrativista, como a seringa, característica do período primário exportador (SAWYER; PINHEIRO, 1984).

A proposta em utilizar o termo “ocupação e expansão da fronteira amazônica”, surge a partir das diferentes formas produtivas por se tratar de uma ocupação que resultou, entre outros fatores, da retração de frentes anteriores. Essas constantes fases de ocupação em diferentes ciclos do desenvolvimento fizeram com que a região recebesse um grande número de migrantes de diversas regiões do país, especialmente do nordeste. Esse fluxo de população resultou em profundas transformações socioculturais e econômicas fundamentadas principalmente na exploração dos recursos naturais e no uso das populações locais como mão de obra escrava (ALENCAR, 2009; 2010).

As características da dinâmica populacional, dos modelos de ocupação, da urbanização e as mudanças demográficas durante todo o período de colonização da Amazônia, foram sustentadas pela elaboração de políticas públicas pautadas em uma visão regional e homogênea, resultantes do processo de expansão da fronteira agrícola² e das frentes

² O conceito de fronteira adotado neste estudo é o mesmo de Sawyer (1981), no qual a fronteira agrícola é vista como uma área que oferece condições para expansão de atividades econômicas ligadas a atividades agropecuárias e espaços potenciais para o desenvolvimento. As frentes seriam a combinação concreta das forças produtivas e das relações de produção que se introduzem em uma área de fronteira.

de desenvolvimento (MUELLER, 1979; SAWYER; PINHEIRO, 1984; GODFREY, 1989; BECKER, 1997).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou por uma série de transformações econômicas e demográficas (SAWYER, 1981; MOUGEOT, 1981; MUELLER, 1981). Em termos econômicos, destacamos as políticas federais de desenvolvimento regional (1945-1964) e os incentivos fiscais, que visavam atrair o capital privado para regiões economicamente pouco desenvolvidas (SENRA, 2009; STELLA, 2009). Em termos demográficos, destacamos as mudanças nas formas de ocupação e o crescente fluxo migratório partindo das áreas rurais em direção às áreas urbanas do país (MUELLER 1979; MARTINE, 1987).

As estratégias de desenvolvimento seguidas no pós-guerra apresentam uma nítida distinção entre os períodos de 1950-1968 e 1969-1980 (MUELLER, 1992:8). No primeiro período, predominou a estratégia da industrialização por substituição de importações, caracterizada pelo crescimento extensivo da agropecuária apoiado na expansão da fronteira agrícola. No segundo período, prevaleceu o modelo de modernização conservadora, “promovida sem a realização prévia de reformas que viessem reduzir as agudas iniquidades distributivas do país” (MUELLER, 1992:70), caracterizado pelo rápido crescimento populacional na década de 1970 e as crises no setor externo e fiscal no início da década de 1980.

Chamamos a atenção para a fase de industrialização por substituição de importações e, principalmente, para o modelo de “modernização conservadora”. O país precisou, durante essa fase, de maiores investimentos para agregar e fornecer matérias-primas capazes de ampliar a sua capacidade em importar insumos e bens de capital (IEA, 1988; HALL, 1991). Essa necessidade permitiu que a Amazônia passasse a ser vista como uma fonte de desenvolvimento econômico e ser percebida como fronteira de recursos, tanto para incrementar a produção quanto para ajudar no esforço exportador (BECKER, 1977; MAHAL, 1978).

Com o reconhecimento da Amazônia como fronteira de recursos, a região ganhou um novo sentido na economia brasileira (COSTA, 1992). Pautado nessa política de incentivos, o governo cria, em 1953, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com o objetivo de tornar a região autossuficiente em produtos alimentares e expandir a produção de matérias primas para exportação ou consumo interno (MAHAR, 1978). Mais do que isso, a SPVEA representava a efetividade do plano de

valorização econômica da região, cabendo a este órgão promover a interligação da região amazônica aos centros produtores e mercados do Centro-Sul do país.

Por muito tempo, o extrativismo foi a principal frente do desenvolvimento da Amazônia. Se, por um lado, essa atividade era considerada importante para a economia da região, por outro, com o fracasso dos investimentos a essa forma de produção, passou-se a questionar as limitações dessa atividade e com isso via-se na agricultura o caminho para o desenvolvimento regional amazônico (STELLA, 2009).

Para que o plano voltado para agricultura se consolidasse, era preciso investir em planejamento e infraestrutura em regiões consideradas pouco povoadas e expandir a fronteira agrícola para áreas consideradas vazias, cabendo à SPVEA concretizar esta proposta mediante o fortalecimento do plano de valorização econômica da região com três grandes objetivos: 1) assegurar a ocupação da Amazônia, incorporando a região ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no Brasil; 2) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de com seus próprios recursos prover a execução de suas tarefas sociais; 3) desenvolver a Amazônia em um sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (BRASIL, 1953).

Durante a fase de planejamento da SPVEA (1953-1966) foi construída a rodovia Belém-Brasília (BR-010) concretizando a proposta de integração da Amazônia com outras regiões do país. Nem todos os demais objetivos propostos pela SPVEA foram realizados. A abertura da Belém-Brasília passou a representar, naquele momento, uma nova fronteira econômica e social, marcando a efetividade do projeto de integração da região ao resto do país.

O governo brasileiro não mediu esforços para que a Amazônia passasse a ser uma fronteira de recursos, definiu órgão para o fortalecimento da economia; investiu em infraestrutura, tecnologia e abriu estradas; incentivou a instalação de várias empresas na região e foi o responsável pela ocupação do território incentivando a migração para a região (MACHADO, 1999).

Durante o período de 1955-1966 o Estado passou a investir na região através do Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) com a construção de Brasília e a aberturas das primeiras estradas. Em 1966, quando surgiu o programa Operação Amazônia seguida em 1970 pelo Plano de Integração Nacional (PIN), “as frentes migratórias e os grandes fazendeiros já vinham ocupando em ritmo frenético as terras ao longo da estrada pioneira havia mais de dez anos” (MACHADO, 1999:116).

A década de 1960 ficou conhecida pelo lema “integrar para não entregar”, dando a conotação de um Estado preocupado com a soberania Nacional e evidenciando a ação governamental que conecta os objetivos econômicos aos geopolíticos (D’ANTONA, 2003; BECKER, 2005). Havia naquele momento uma preocupação com o suposto “vazio populacional”, com as especulações internacionais, revelando motivações extraeconômicas de atuação do Estado na região (D’ANTONA, 2003:53).

Após o golpe militar de 1964, o Brasil passa a viver um novo quadro econômico. Nesse contexto, a Amazônia, vista como uma hegemonia agroextrativista, e conhecida pelo “isolamento” regional, foi destaque no projeto de desenvolvimento para a nação, concebido pelo Estado autoritário³ (SANTOS, 2011). A definição de Amazônia Legal⁴, em 1966, fortaleceu as políticas de valorização econômica da região e contribuiu para demarcação de um território de atuação, ampliando as metas de ocupação e passando a incorporar áreas de grande potencial agrícola, como o estado do Mato Grosso (CÔRTEZ; CORRÊA, 2014). Viase, nesse processo, o fortalecimento dos incentivos do governo à grande produção agrícola como forma de assegurar a ocupação econômica da terra e de promover o desenvolvimento agrícola.

Durante a década de 1970, as tensões sociais no Nordeste brasileiro chamavam a atenção para uma urgente reforma agrária em virtude da seca vivida na região, o que contribuiu para a criação de um acordo estratégico incentivando o desenvolvimento de projetos que casassem os programas de exploração de infraestrutura e economia na Amazônia com os projetos de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra (KOHLHEPP, 1989; 2002). A região Amazônica passaria a exercer o papel de “escape espacial” para os problemas sociais não solucionados pelo governo brasileiro e novas terras foram colocadas à disposição para dar início à fase de “reforma agrária” (KOHLHEPP, 1989).

A criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, reforça os programas voltados para a reforma agrária, passando a ter um papel essencial no ordenamento da ocupação na Amazônia (MUELLER, 1992). O INCRA assume a função de regularizar e redistribuir terras, além de fiscalizar o cumprimento legal dos programas.

³ “Entre 1964 e 1967, o novo governo militar e técnico-desenvolvimentista implementou um conjunto de ações (a maioria no bojo do Programa de Ação Estratégica de Governo – PAEG), que ajudou a estimular o avanço do capital privado nacional e internacional nas regiões periféricas do Brasil. Destacam-se, entre outras medidas: a implantação de um novo sistema tributário; a criação do sistema financeiro nacional, com novos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros para as empresas investirem; a ampliação do sistema de crédito às empresas e às famílias; e a promoção de estímulos ao incremento do comércio exterior e de facilidades para a entrada do investimento direto do estrangeiro” (SANTOS, 2011:56).

⁴ Em 1966, para fins de planejamento, o conceito de Amazônia Legal foi oficializado, sendo extinta a SPVEA e criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

A elaboração do programa de redistribuição de terras e estímulo à agroindústria Norte e Nordeste (PROTERRA), criado como estratégia do governo à reforma agrária, concedia, na teoria, empréstimo para pequenos e médios produtores rurais, mas na prática os favorecidos foram os grandes proprietários de terras, pois eram os que possuíam melhores condições para cumprir as exigências estabelecidas, principalmente no que se refere à regulamentação das propriedades, bem como as regras para financiamento (ALMEIDA, M. 1982:89). Diante disso, grande parte dos recursos do PROTERRA foi direcionada a projetos pecuários.

A construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) e da Rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) concretizaria o programa de colonização às margens das rodovias por meio de instalação de grandes polos de produção agrícola e agropecuária e de incentivo à migração de habitantes da região nordeste do Brasil para a Amazônia (SAWYER, 1981; BECKER, 2001; CAMPOS, 2004). Esse período foi caracterizado pela disponibilidade de terras públicas para projetos de colonização, além de conceder incentivos fiscais e creditícios e da construção de estradas para que empresas se instalassem na região (GODFREY, 1989; BECKER, 2001; CARVALHO e BRUSSI, 2004).

A valorização de terras, ocorrida durante toda a década de 1970, impulsionou as frentes especulativas para a região, gerando a ocupação de extensas áreas (SAWYER, 1981). Em Comparação, na década de 1950, estimou-se em 1 milhão o número de famílias vivendo na região de fronteira da Amazônia; após quatro décadas esse número teve um acréscimo, passando para aproximadamente 3,5 milhões de famílias na década de 1980, principalmente na região da grande fronteira do Mato Grosso (SAWYER, 1981). Em 1980, estimou-se que, desse total, 622 mil famílias correspondiam aos resultados diretos da migração (SAWYER, 1981:17).

Durante a década de 1980, o Brasil passava pela fase de redistribuição populacional, experimentando um acelerado crescimento urbano que fez com que o grau de urbanização do país passasse de 31,1%, em 1940, para 67,8%, em 1980 (SAWYER, 1981:9), com concentração especialmente nas grandes regiões metropolitanas. Em processo distinto, a migração no sentido contrário também desempenhava um papel importante, grande parte desse fluxo se direcionava às regiões de fronteira do país.

A migração para as áreas de fronteira não era somente um processo espontâneo que ocorreu naturalmente em função de condições econômicas e demográficas, mas estava intimamente associada às políticas e programas já mencionados anteriormente. No entanto, esses programas não estavam bem articulados, o que resultou em migração maciça para a

Amazônia e a implementação das políticas e resultados dos projetos apresentaram descontinuidade e resultados modestos.

O início da ocupação contava com um milhão de famílias a serem assentadas; mais tarde, o INCRA reduziu esse número para 100 mil e, em meados dos anos 1970, somente 7% do número planejado estava assentado na Transamazônica (MAHAL; MARTINE, 1987, 2002:39). O número de colonos assentados representou somente pequena parcela dos objetivos extremamente otimistas do início (MARTINE, 1992).

Diferentemente do que ocorreu nas demais regiões de fronteira do país, o Estado foi quem dirigiu a ocupação de terras na Amazônia (SAWYER, 1981, SAWYER; PINHEIRO, 1984). Foi responsável por legitimar e organizar o processo de ocupação que, na verdade, já estava em andamento em virtude de uma ocupação nada controlada pelo Estado e que de certo modo foi o que fez com que os planos de colonização não fossem levados a diante, pois como assentar mais pessoas aonde já existiam assentados? Ou ainda, como distribuir terras que já estavam ocupadas? Apesar disso, o Estado deu condições para atender às novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região (SAWYER; PINHEIRO, 1984).

A terra, assim como a abertura das estradas, é uma condição preponderante na expansão de fronteiras (SAYWER, 1981), mas no que tange ao cenário da Amazônia, considera-se que “tanto no passado quanto mais recentemente a expansão não se deu sobre territórios vazios, o que acabou conduzindo a um saldo dramático: massacre de povos indígenas, sobreexploração da forma de trabalho, apropriação de terras” (D’ANTONA, 2003:49).

O mercado de terras foi um dos grandes incentivadores na ocupação e na distribuição da população na Amazônia. A consolidação do mercado de terras dava condições para se intensificar a mobilidade da população em direção às áreas de investimento dos programas do governo (SAYWER, 1981); a disputa pela terra se tornaria o elemento central para se pensar as relações de produção na região.

Essas diferentes formas de ocupação inicialmente marcadas pela migração inter-regional visando transferir as tensões vigentes do Nordeste para a Amazônia incentivando a agricultura e a ocupação da terra, acabaram não absorvendo as populações em áreas exclusivamente destinadas a ocupação dirigida pelo Estado resultando na redistribuição dessa população, ampliando os espaços de ocupação e, conseqüentemente, influenciando no processo de urbanização regional (MARTINE, 1992).

Os movimentos migratórios na Amazônia causaram uma série de transformações econômicas, sociais e ambientais, contribuindo para que a região experimentasse as maiores taxas de crescimento populacional (HOGAN et al., 2008). No intervalo de 1970 até 2000, a população da Amazônia passou de sete milhões para mais de vinte milhões de habitantes (Tabela 1). A região apresenta um significativo incremento populacional a partir da década de 1970 e, em alguns estados, esse ritmo de crescimento ainda se mantém até os dias atuais. O Acre sofreu, aproximadamente, um aumento de quase cinco vezes; destacam-se ainda os estados do Amapá, Pará, Mato Grosso e Roraima.

Tabela 1: População da Amazônia Legal 1970, 1980, 2000 e 2010:

Brasil e UF	1970	1980	1991	2000	2010
Acre	215.299	301.276	417.718	557.526	733.559
Amapá	114.230	175.258	289.397	477.032	669.526
Amazonas	955.203	1.430.528	2.103.243	2.812.557	3.483.985
Pará	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.192.307	7.581.051
Rondônia	111.064	491.025	1.132.692	1.379.787	1.562.409
Roraima	40.885	79.121	217.583	324.397	450.479
Tocantins	521.139	739.049	919.863	1.157.098	1.383.445
Norte	3.603.679	5.880.706	10.030.556	12.911.170	15.864.454
Maranhão	2.390.868	3.243.487	4.073.565	4.722.774	5.471.689
Goiás	50.519	67.800	79.395	89.252	94.629
Mato Grosso	598.849	1.138.918	2.027.231	2.504.353	3.035.122
Amazônia Legal	7.165.054	11.069.960	16.210.747	20.217.083	24.465.894
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010. (Nota: 1970 a 2000 retirado de Hogan et al, 2008:79)

Nota-se, na Tabela 1, que na maioria dos estados observados entre 1970-1980 a população dobrou, ficando evidente o impacto dos projetos de colonização. O crescimento populacional observado é característico de uma população com considerável número de migrantes.

No período de 1970-1980, a média de crescimento populacional na região era 4,44% a.a. ultrapassando a média nacional de 2,48% a.a. Rondônia experimentou as maiores taxas de crescimento populacional da região, atingindo 16,03% a.a.; em números absolutos, o Pará foi quem teve maior incremento populacional, entre 1980 e 1991 o valor da taxa de crescimento na região reduziu-se para 3,53% a.a., caindo ainda mais entre 1991 e 2000 (2,84% a.a.) (Tabela 2). A partir do censo de 2010, nota-se o decréscimo da taxa de

crescimento na região, atingindo 1,93% a.a. entre 2000 e 2010, mas permanecendo um pouco acima da média nacional (1,17% a.a.) no mesmo período.

Tabela 2: Taxa de Crescimento Populacional anual (%) da Amazônia Legal 1970-1980, 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010:

Brasil e UF	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Acre	3,42	3,02	3,26	2,78
Amapá	4,37	4,66	5,71	3,45
Amazonas	4,12	3,57	3,28	2,16
Pará	4,62	3,46	2,52	2,04
Rondônia	16,03	7,89	2,22	1,25
Roraima	6,82	9,63	4,54	3,34
Tocantins	3,56	2,01	2,59	1,8
Norte	4,84	3,85	2,84	2,08
Maranhão	3,09	2,1	1,63	1,48
Goiás	2,99	1,45	0,98	0,59
Mato Grosso	6,64	5,38	2,38	1,94
Amazônia Legal	4,44	3,53	2,48	1,93
Brasil	2,48	1,93	1,61	1,17

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010. (Nota: 1970 a 2000 retirado de Hogan et al, 2008:80)

Na Tabela 3, considerando-se o índice de eficácia migratória (IEM)⁵ entre os municípios da Amazônia Legal nos períodos de 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, pode-se verificar a manutenção no número de estados que sofreram adição ou perda de população (BAENINGER, 2012). Durante o período de 1986-1991, a Amazônia era caracterizada por absorver o maior número de população migrante, com destaque para os estados do Amapá (IEM=0,54) e Roraima (IEM=0,58) que retinham o maior número de migrantes. Rondônia e Mato Grosso eram os estados que faziam mais trocas migratórias com as demais UF's da região.

Nota-se que até a década de 1991, os indicadores tanto negativos quanto positivos estavam concentrados muito próximos de um (-0,50 a -1,00: forte perda migratória; 0,51 a 1,00: Forte retenção migratória) significando que a região ao mesmo tempo em que recebia

⁵ “IEM mede a diferença relativa entre a adição ou perda efetiva populacional por meio da migração num determinado período de tempo bem definido e num determinado espaço geográfico” (CUNHA, A., 2015:4). Utilizamos como referência para as análises os estudos de Baeninger (2008) que apresenta uma classificação para os índices de eficácia migratória: o IEM varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de menos 1, significa maior evasão populacional. Valores próximos a zero indicam a ocorrência de rotatividade migratória.

migrantes também os perdia. A partir de 2000 esse padrão vai se modificando e a região passa a ser uma área de rotatividade migratória, os índices tanto positivos quanto negativos se mantêm muito próximos de zero (0,12 e -0,12), significando que já não há mais áreas de grande retenção migratória e de grande perda migratória, se caracterizando como uma região de rotatividade migratória, mais evidente em alguns estados como: Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Acre, e Maranhão. Áreas de antiga ocupação como o Mato Grosso, que nos períodos de 1986-1991 e 1995-2000 apresentou saldo positivo em suas trocas migratórias, no último período (2005-2010) passou a ter saldo negativo de -80.236 pessoas.

Tabela 3: Volume de Imigração e Emigração e Trocas migratórias por UF na Amazônia Legal 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010:

UF e regiões	1986-1991				1995-2000				2005-2010			
	<i>I</i>	<i>E</i>	<i>Trocas</i>	<i>IEM</i> (<i>I-E/I+E</i>)	<i>I</i>	<i>E</i>	<i>Trocas</i>	<i>IEM</i> (<i>I-E/I+E</i>)	<i>I</i>	<i>E</i>	<i>Trocas</i>	<i>IEM</i> (<i>I-E/I+E</i>)
Rondônia	127.061	94.461	32.600	0,15	83.324	72.736	10.588	0,07	66.212	53.643	12.569	0,10
Acre	12.980	14.343	-1.363	-0,05	13.635	16.069	-2.434	-0,08	13.924	14.746	-822	-0,03
Amazonas	59.366	44.287	15.079	0,15	89.626	58.658	30.968	0,21	71.598	51.301	20.297	0,17
Roraima	35.346	6.693	28.653	0,68	47.751	14.381	33.370	0,54	25.675	11.204	14.471	0,39
Pará	212.437	183.196	29.241	0,07	182.046	234.215	-52.169	-0,13	162.549	201.834	-39.285	-0,11
Amapá	23.641	7.149	16.492	0,54	44.582	15.113	29.469	0,49	37.149	15.228	21.921	0,42
Tocantins	82.327	71.804	10.523	0,07	95.430	82.512	12.918	0,07	86.088	77.052	9.036	0,06
Norte	553.158	421.933	131.225	0,13	556.394	493.684	62.710	0,06	463.195	425.008	38.187	0,04
Maranhão	103.447	237.928	-134.481	-0,39	100.819	274.470	-173.651	-0,46	106.240	270.664	-164.424	-0,44
Mato Grosso	226.907	118.332	108.575	0,31	36.167	26.200	9.967	0,16	41.353	121.589	-80.236	-0,49
Total	656605	659861	-3256	-0,002	657213	768154	-110941	-0,08	569435	695672	-126237	-0,10

Fonte: IBGE – Censo demográfico 1991, 2000 e 2010.

Esse comportamento da migração na região se assemelha ao que vem ocorrendo no Brasil, em que Baeninger (2012:86) considera haver um intenso movimento de rotatividade migratória⁶ com os indicadores situando-se próximos de zero (entram migrantes e saem migrantes), em virtude das significativas mudanças econômicas que tiveram reflexos sobre os movimentos migratórios.

Até a década de 1970, o Brasil, de modo geral, contava com mais estados “perdedores” do que “ganhadores” de população (BAENINGER, 2015). A partir da década de 1980 esse quadro se modifica e o país passa a contar com maior número de estados “ganhadores” de população (BAENINGER, 2012). Dentre as vinte e seis Unidades da Federação existentes no Brasil em 1980, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte (Mato Grosso, Rondônia, Pará e Amapá), indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz de aumentar o número de estados absorvedores de população no país (BAENINGER 2015:11).

A partir da década de 1990 houve alteração nesse cenário, muito relacionado ao contexto econômico vivido no Brasil na década de 1980, atribuído ao esgotamento da fronteira agrícola, tendo em vista que o Brasil conviveu com importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas (BAENINGER, 2012:80).

Apesar das mudanças no padrão migratório da Amazônia, a região ainda é percebida como uma área de “fronteira” e a dinâmica entre as cidades ainda é muito intensa, incluindo o surgimento de novos assentamentos urbanos (AMARAL et. al., 2001:2). A migração na Amazônia “está muito mais relacionada com os fluxos internos, com os deslocamentos de brasileiros em busca de inserção em atividades econômicas, que muitas vezes são cíclicas, ou em busca de terras” (HOGAN et. al., 2008:86).

Convém reforçar que a migração na Amazônia foi constituída em um processo migratório ocorrido em etapas; o migrante não saiu do seu local de origem diretamente para as cidades, foram primeiramente para as fazendas, em direção aos grandes projetos agropecuários (OLIVEIRA, 2000).

⁶ Baeninger (2012:86) considera que as migrações internas no país passam por novos processos migratórios, onde um novo olhar sobre esses processos nos conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como: a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória. [...] É nesse sentido, que se pode observar nas migrações internas do Brasil, na primeira década do século 21, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará (áreas das commodities exportáveis, fronteira mineral e agropecuária). Já no Norte/ Nordeste do país, as novas áreas de expansão da fronteira agrícola ganham importância na recepção dos fluxos migratórios do Pará com a atual retenção migratória de Roraima, espelhando, portanto, processos locais da esfera global.

Os grandes projetos agropecuários acabavam expulsando a população mais antiga e os posseiros (D'ANTONA, 2003:57). Quando estes se instalavam nos assentamentos encontravam trabalho, mas não conseguiam se fixar, pois as dificuldades e incertezas encontradas não permitiam a fixação (MARTINE, 1992). Essas dificuldades de inserção fizeram com que muitos colonos abandonassem suas propriedades e se deslocassem para as capitais e grandes cidades (D'ANTONA, 2003).

Outros aspectos dessa migração em etapas revelam que muitos dos migrantes iam se movendo dentro da fronteira conforme a disponibilidade de recursos. À medida que fracassavam em uma área, iam à busca de novas áreas para produção. Em 1981, o Banco Mundial (1981) publicou um estudo sobre a ocupação em Rondônia: das entrevistas realizadas com colonos migrantes, notou-se que 71% deles haviam estado em outras áreas de colonização antes de entrarem em Rondônia.

A capacidade desses projetos (assentamentos, áreas de colonização) absorverem essa população migrante era insuficiente, e isso resultou em uma série de conflitos pela disputa por terra (MARTINE, 1992). Os planos e programas foram construídos sem conhecimento prévio da região, o Estado não antecipou a solução para os problemas que poderiam surgir e isso também foi um dos fatores que contribuíram para o início dos conflitos pela posse da terra entre proprietários e posseiros.

Esses processos, atrelados a um mercado de terras já existente, refletiram na demanda por terras, em que a lógica de ocupação acabou resultando na busca pela posse ou na luta pela posse da terra. Sawyer (1981:16) considera a origem desses conflitos (expulsões de posseiros, mortes de pistoleiros e de líderes sindicais, acusação contra igreja) como o choque entre as frentes camponesas e as frentes especulativas. A partir do momento em que a lógica de ocupação se inverte e as frentes especulativas dão um salto além da frente demográfica, as terras já não estão mais livres para quem deseja explorá-las. Sobre essas frentes o autor considera:

- As frentes camponesas abrangiam a população migrante composta por posseiros, colonos, pequenos proprietários cuja base da produção era a unidade familiar, em que os meios de produção estavam diretamente associados com a apropriação da natureza, retendo parte do produto para sua subsistência e o excedente era apropriado por terceiros; também eram reconhecidas pela pluralidade, não só fisicamente, como também em termos de sua diversidade econômica e social, refletindo diferentes relações com a terra, como o mercado e a sociedade envolvente; e a esse grupo podem se acrescentar os grupos que já estavam presentes na região como resultados da retração de frentes anteriores, tais

como os grupos de caboclos, seringueiros autônomos, índios parcialmente assimilados (SAWYER, 1981:16).

- As frentes especulativas são entendidas como as empresas, indústrias e investidores, que à medida que se instalavam na região iam abrangendo não só os mercados de produtos primários, como os de bens de consumo e em maior escala o mercado de terras, e nessas frentes a terra não era utilizada como objetivo de trabalho para a apropriação direta ou indireta da natureza (extrativismo ou agricultura/pecuária rudimentar), e nem como instrumento de trabalho visando combinar diferentes insumos da produção agrícola ou pecuária mais tenrificada, a terra servia como reserva de valor, como fonte de renda para o futuro, seja pelo seu valor natural, seja pela necessidade de espaço físico para desenvolver a agricultura (SAWYER, 1981:20).

A frente especulativa era apoiada pelo governo, o INCRA repartia a terra por meio de programas de licitações a um custo baixo, e a SUDAM, antigo SPVEA, oferecia incentivos fiscais e creditícios para as empresas se instalarem na região (SAWYER, 1981). Esses programas, embora tenham sido criados para organizar os recursos e investimentos do governo na região, não contavam com fiscalização e eram pouco controlados pelo governo, o que acabou facilitando a corrupção, grilagem⁷ de terras e falsificação de documentos (COSTA, 1992).

Independente da origem dos conflitos importa observar que foi a partir deles que as populações no rural da Amazônia, em especial às indígenas e extrativistas, puderam ter as suas bases de organização social fortalecida (COSTA 1992). Seus ideais de luta atrelados à causa ambientalista constituíram a base para se pensar em novas formas de apropriação do território (ALLEGRETTI, 1994). Tais mudanças contribuíram para a formalização do modelo de unidades de conservação de usos sustentáveis no Brasil.

A magnitude dos conflitos no meio rural da Amazônia apresentou duas dimensões na disputa pela terra: de um lado, o da concorrência no controle da terra e, do outro, das formas de repressão da força de trabalho necessárias ao empreendimento capitalista que se pretendia implantar nas condições de fronteira (COSTA, 1992:34-35). A atuação do governo se misturou com as duas dimensões, e as grandes empresas e latifundiários, apoiados pelos

⁷ A grilagem ocorre a partir de falsificações documentais, muitas vezes com a conivência de órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio público. Os casos de grilagem no Amazonas se caracterizam pela adulteração de títulos originais de posse ou propriedade, com o objetivo de aumentar a área dos imóveis (INCRA, 1999).

incentivos fiscais e investimentos do governo, buscavam desbancar as forças atuantes que beneficiavam as populações locais.

Essa mudança de postura do governo está associada aos desdobramentos desses programas, e podem ser compreendidos quando se olha para as mudanças nos fluxos da população migrante inicialmente em direção às áreas de assentamentos e investimentos, consideradas como áreas rurais, e posteriormente ao esvaziamento dessas áreas em direção às cidades, influenciando a fase de urbanização e contribuindo, de certo modo, para o fortalecimento das populações locais.

1.2. Urbanização, população rural e urbana

Do ponto de vista da distribuição da população, Becker (1990); Machado (1999), Hogan et al. (2008) e Sathler et al. (2009), atribuem o crescimento populacional na Amazônia ao processo de urbanização da região. De acordo com Machado (1999), as diretrizes do governo tinham um duplo propósito: direcionar o fluxo migratório e integrar a Amazônia ao resto do país com base em uma política de incentivo a urbanização, diretamente induzida pelo Estado ou sob sua tutela.

Cidades antigas cortadas pela Transamazônica, como Marabá e Altamira, receberam recursos para equipamento e para expansão do tecido urbano. A mesma política beneficiou as capitais estaduais. Dentre as capitais, Manaus foi beneficiada, já em 1967, pelo estatuto de território especial para livre comércio (Zona Franca), no intuito deliberado de transformá-la na metrópole do médio vale amazônico. A população urbana cresceu de 311.622 para 633.392 habitantes no período 1970/80 (MACHADO, 1991:121).

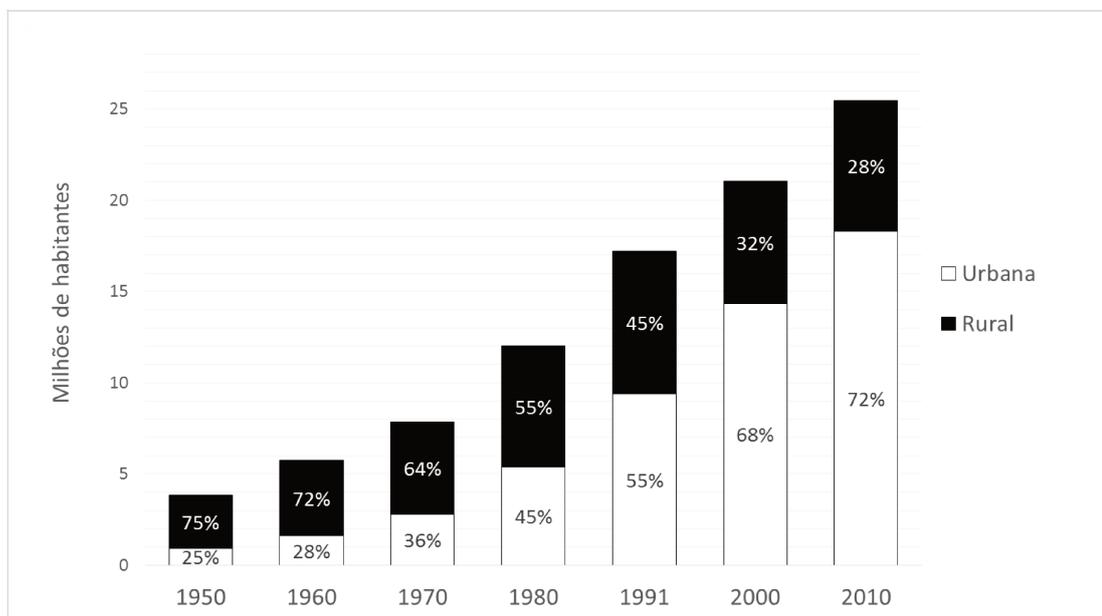
Os programas de investimento, relacionados à fase de ocupação às margens das rodovias, como os projetos de colonização governamental, implantados no eixo da Rodovia Transamazônica (BR-230), no Pará, e da BR-364 em Rondônia, recebiam subsídios estatais principalmente no norte do Mato Grosso, e tais programas influenciavam a criação de núcleos urbanos à distribuição ou a venda de terras.

Grande parte do movimento migratório na amazônica terminou nas cidades (HOGAN et. al., 2008). O contexto da ocupação da Amazônia já previa um processo de urbanização, fosse pelas políticas governamentais para integração do território, fosse pela política urbana dos polos de crescimento ou pelo “urbanismo rural” (CÔRTEZ, 2012),

considerado necessário para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios (BECKER, 1981).

Considerando-se a população urbana na Amazônia dos anos 1950 a 2010 (Figura 2), os habitantes que viviam no rural correspondiam a 75% da população total. À medida que as atuações do governo passam a ser pontuais na região, inicia-se um rápido crescimento populacional urbano (BECKER, 1981). Esse crescimento passa a ser evidente a partir da década de 1970, quando a população urbana alcançou 36% da população total. Entre 1980 e 1991, a população na Amazônia passou de predominantemente rural para predominantemente urbana.

Figura 2: População rural e urbana na Amazônia Legal - 1950 a 2010:



Fonte: IBGE – Censo demográfico 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O crescimento populacional observado na Figura 2 contribuiu para mudanças nas faixas de classificação dos municípios na Amazônia (SATHLER et. al., 2008). Durante a década de 1970, apenas 20 municípios da Amazônia legal apresentavam uma população superior a 50 mil habitantes e 5 municípios apresentavam população superior a 100 mil habitantes (Tabela 4). Estimam-se em 72% os municípios que apresentavam população inferior a 20 mil habitantes, atualmente esse número reduziu-se para aproximadamente 65%.

Em 1980, o número de municípios com mais de 100 mil habitantes foi de 5 para 12, e os municípios com população de 50 a 100 mil habitantes passou de 15 para 31 (Tabela 4). No censo de 1991, o número de municípios na faixa de 100 mil e 1 milhão de habitantes chegou a 16 e o número de municípios na região aumentou para 506. Nos períodos entre

1991-2000 esses números tiveram um aumento, passando de 18 para 21 municípios nas faixas acima de 100 mil habitantes.

No período de 2000 a 2010 houve aumento no número de cidades de porte médio (com população entre 100 mil e 500 mil habitantes) na Amazônia, o número de cidades com mais de 100 mil habitantes praticamente dobrou (Tabela 4). Em 2000, eram 19 municípios com mais de 100 mil habitantes e em 2010 esse número subiu para 28. Os municípios com população entre 50 e 100 mil residentes aumentaram para 58 em 2010, enquanto que em 2000 esse número era de apenas 43. Conseqüentemente, a região experimenta um aumento no número de municípios, passando de 366 na década de 1980 para 605 municípios e, atualmente, a região conta com 771 municípios, três vezes mais do que foi observado na década de 1970.

Tabela 4: Distribuição dos municípios da Amazônia Legal por classes de tamanho populacional 1970-2010:

Nº de Habitantes	1970		1980		1991		2000		2010	
	Nº	(%)								
Menos de 20.000	239	71,99	221	60,38	303	59,88	529	69,65	495	64,20
20.000 a 50.000	73	21,99	102	27,87	142	28,06	167	21,94	187	24,25
50.000 a 100.000	15	4,52	31	8,47	43	8,5	43	5,65	58	7,52
100.000 a 1.000.000	05	1,51	12	3,28	16	3,16	19	2,5	28	3,63
Mais de 1.000.000	-	-	-	-	02	0,4	02	0,26	03	0,39
Total	332	100	366	100	506	100	760	100	771	100

Fonte: IBGE – Censo demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

De modo geral, durante a década de 1990, o Brasil passou por uma explosão de pequenos municípios resultantes das emancipações ocorridas, principalmente no período referente a 1993-1997 (SATHLER et. al., 2008). Machado (1999) atribui essas mudanças à constituição Federal de 1988, em que a prerrogativa de conceder autonomia municipal foi retirada do governo Federal e devolvida aos estados locais, contribuindo para o aumento no número de municípios.

Devemos considerar nesse processo, que a explosão desses novos municípios não ocorreu por acaso. A partir do momento em que as redes de ligação deixam de ser exclusivamente pelos rios e incorporam-se nesse processo as estradas pioneiras, tanto para os fluxos migratórios dirigidos como para os fluxos espontâneos, as áreas de atração deixam de

ser a margem dos rios e passam a ser as margens das rodovias (AMARAL et. al., 2001; SATHLER et. al., 2008), e, diante dessa nova possibilidade, as frentes de povoamento adentraram as florestas dando início às novas aglomerações.

Essa tendência de aumento no número de cidades de porte médio demonstra a influência da migração no processo de crescimento demográfico de tais municípios (SATHLER et. al., 2008). Mesmo com a expansão demográfica nos municípios de médio porte, a Amazônia continua mantendo suas taxas de crescimento nos grandes centros urbanos, como Manaus (AM), Belém (PA) e São Luiz (MA), que representaram, em 2010, as três cidades da região com mais de 1 milhão de habitantes.

O crescimento acelerado da população correspondeu ao crescimento urbano, a evolução desse processo ocorreu no mesmo ritmo de crescimento do fenômeno de urbanização no Brasil (HOGAN et. al., 2008). O grau de urbanização no Brasil, em 1970, era de 55,94%; em 2000, já havia chegado a 81,25% (Tabela 5). O estado do Acre, na década de 1970, apresentava um grau de urbanização de 27% e, na década seguinte, esse valor passou para 43% e foi aumentando gradativamente nas décadas seguintes. O crescimento urbano está muito relacionado com o fato de a ocupação na região ter ocorrido em uma área de fronteira agrícola (HOGAN et. al., 2008), e pela descontinuidade dos projetos e programas aplicados no rural dessas áreas.

Tabela 5: Grau de urbanização (%), Brasil e estados selecionados 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010:

Brasil e UF	1970	1980	1991	2000	2010
Rondônia	53,67	46,47	58,21	64,07	73,66
Acre	27,61	43,79	61,89	66,54	72,56
Amazonas	42,51	59,89	71,45	74,94	79,08
Roraima	43,00	61,60	64,72	76,39	76,78
Pará	47,12	48,98	52,45	66,53	68,51
Amapá	54,63	59,18	80,90	89,52	89,77
Tocantins	24,87	39,67	57,69	74,61	78,80
Norte	42,57	50,30	59,05	69,92	73,55
Maranhão	26,59	31,62	39,21	60,46	64,12
Mato Grosso	38,77	57,52	73,26	79,36	81,81
Amazônia Legal	36,88	45,54	55,82	68,88	72,46
Brasil	55,94	67,59	75,59	81,25	84,36

Fonte: IBGE – Censo demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A dinâmica nessa região de fronteira incluía várias trajetórias migratórias, desde a migração das áreas de assentamento agrícola (rural-urbano), como para o esvaziamento de áreas antigas, como foi o caso de Guajará-Mirim em Rondônia (SAWYER; PINHEIRO, 1984; HOGAN et. al. 2008; D'ANTONA, 2003). As taxas de crescimento populacional durante o período de ocupação corresponderam às mesmas taxas do processo de urbanização da região.

O Grau de urbanização da Amazônia se manteve abaixo do grau de urbanização do Brasil em todo o período observado, conforme mostra a Tabela 5, com exceção do estado do Amapá que desde a década de 1991 mantém um grau de urbanização superior a todos os estados da Amazônia, mantendo-se ainda acima do grau de urbanização do Brasil. O estado do Amazonas também apresentou um grau de urbanização elevado comparado aos demais estados (79%).

Segundo Cardoso e Muller (2008:41), esse ritmo acelerado de urbanização tendeu a ser maior nas Capitais menores da região (em geral em ritmos bem superiores a 10% a.a.). No período correspondente a 1950-1960 e 1960-1970, Belém cresceu 60% e 59%, enquanto Manaus cresceu 72% e 86% (CARDOSO; MULLER, 2008:41).

Esses aspectos reforçam o fato da concepção da urbanização na Amazônia ter ocorrido como uma estratégia adotada pelo Estado para a ocupação regional. Essa estratégia, adotada por meio dos projetos de colonização regional e investimentos em infraestrutura, na concepção de Becker (1990:52), “sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior”.

Essa fase de crescimento ocorreu de forma desarticulada com o desenvolvimento das cidades, contribuindo para a constituição do que Amaral et. al. (2013:371) define como cidades deficientes de infraestrutura e equipamentos urbanos disponíveis, pautados em projetos de ocupação que priorizaram a produção e deixaram em segundo plano as preocupações com as políticas públicas urbanas que ordenassem a estruturação das cidades.

A urbanização da Amazônia foi negativa do ponto de vista estrutural das cidades, mas positiva no sentido de oferecer à população uma estrutura para veicular seus projetos e interesses em benefício das causas sociais, ou seja, a urbanização na Amazônia favoreceu o despertar da região na sua organização social e política (BECKER, 2005).

As transformações decorrentes das diferentes fases de ocupação da região nas quais o urbano se insere, refletem padrões de ocupação peculiares que se desenvolveram à medida que os ciclos econômicos iam se “alargando” pelo território. Nos primeiros ciclos,

ocupavam áreas remotas e de difícil acesso e, no segundo momento, pela expansão da fronteira e a abertura de estradas visando ligar a região aos demais estados brasileiros.

Na fase de expansão da fronteira e abertura de estradas, conforme já mencionado anteriormente, as formas de uso do espaço pautavam-se na ocupação do território com incentivos públicos ao uso extensivo da terra para agricultura e pecuária, conectadas pelo mercado econômico. Posteriormente surgiu uma demanda oposta, a de controlar essa ocupação que se confrontava com as comunidades locais e que era devastadora em suas formas de exploração dos recursos naturais (CÔRTEZ; CORRÊA, 2014).

As transformações no contexto de ocupação da Amazônia acompanharam uma mudança de paradigma, na qual a visão do homem como agressor do ambiente passou a ser o do homem como importante elemento para o manejo dos recursos. De um lado, viam-se os danos ambientais percebidos no alto índice de desmatamento; do outro, via-se disputa nos territórios – divididos entre latifundiários, posseiros, extrativistas e povos indígenas – por meio dos confrontos e da disputa pela terra.

1.3. Mudanças de paradigma e a criação de áreas protegidas

Os projetos de regularização fundiária na Amazônia ganharam novos direcionamentos complementares aos planos já consolidados durante a fase de intensa ocupação, ocorridos nas décadas de 1960-1980 (MULLER, 1992). A partir de 1985, têm-se dois cenários: de um lado temos o esgotamento das intervenções do Estado no desenvolvimento econômico e no território na Amazônia; e, de outro, o surgimento do movimento de resistência da população à expropriação da terra a partir da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (BECKER, 2001).

Complementar a esses cenários, em 1985, o governo também lançou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Com isso, a ideia de “função social da terra” teve uma mudança de significado, passando a ser ponderada a partir das atividades extrativistas e dos recursos florestais, e não mais a partir da valoração mercantilista da terra e dos recursos naturais (CÔRTEZ; CORRÊA, 2014).

Esses novos cenários foram favoráveis ao contexto das áreas protegidas, a organização política dos movimentos sociais se fortalece favorecendo as reivindicações pelas populações tradicionais⁸ em defesa de seus territórios e interesses, repercutindo de maneira

⁸ Neste estudo, assumimos como Populações tradicionais apenas os moradores residentes de Unidades de Conservação, diferenciando as populações indígenas como “povos indígenas” e quilombolas como “populações

satisfatória na política ambiental. Os seringueiros do Vale do Juruá, no Acre, são exemplos desse contexto, que ao contestar o desenvolvimento tradicional em franca expansão na Amazônia, reivindicaram o direito a posse e exploração dos recursos naturais da terra historicamente ocupada por eles, contrapondo-se aos projetos de assentamento do INCRA e contrariando os objetivos dos fazendeiros de gados (BECKER; LÉNA, 2006).

Como característica dessa fase, surgem as organizações não governamentais (ONG) em resposta a articulação dos movimentos sociais, e que estavam ligados às agências multilaterais, visando à conservação da biodiversidade brasileira, mais especificamente da Amazônia (VILARINHO, 1992). O surgimento dessas organizações resultou do aparelhamento institucional e da política de áreas protegidas, dando início à fase de investimentos por meio de grandes projetos/programas de cooperação técnico-financeira (DUTRA, 2008). A partir de tais mudanças, a visão proeminentemente desenvolvimentista, presente nas instituições internacionais⁹, deu lugar a uma nova concepção, na qual a questão ambiental passaria a ser uma variável importante na elaboração de novos projetos, exigindo um caráter ambiental com objetivos mais sustentáveis e menos impactantes para as populações locais (VILARINHO, 1992).

Destaca-se, nessa mudança de visão, a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que realizou uma visita em 1988 às áreas de impacto da BR-364 (após pressão por parte da comunidade ambientalista), causadas pelos projetos financiados pelo próprio banco, e estabeleceu um acordo com o governo brasileiro para implantação do Programa de Proteção às Populações Indígena e Meio Ambiente (PMACI) (ANDERSEN, 1996). O projeto consistia na adoção de medidas para conter os impactos ao ambiente e aos

quilombolas”. Para alguns autores populações tradicionais se refere apenas as populações não indígenas, não considerando povos indígenas/quilombolas como sendo população tradicional, por eles terem uma legislação específica, separada da ambiental (VIANNA, 2008; SANTILLI, 2012). No Estatuto do índio, os povos indígenas são definidos como sendo: “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é edificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional” (BRASIL, 1973 artigo 3º, inciso I), e no Decreto nº 4.887 considera remanescente das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003 Artigo 2º). A iniciativa para um consenso quanto as divergências sobre a definição de populações tradicionais, consta no Decreto Federal Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, em que se refere a essas populações tradicionais como “Povos e Comunidades Tradicionais” envolvendo todas as categorias que conhecemos como sendo populações tradicionais (caiçaras, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas, populações quilombolas, e etc.), considerando-as como sendo: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007 art. 3º, inciso II).

⁹ Como os Bancos Multilaterais: Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); e Banco de Desenvolvimento Africano.

problemas sociais que as comunidades dos povos indígenas e seringueiros residentes a margem da BR-364 vinham enfrentando, por conta da abertura da estrada.

Segundo Alegretti (2002), durante o período de construção da BR-364, o BID passou por duas pressões: uma das entidades ambientalistas norte-americanas, que queriam mudanças no modelo de desenvolvimento financiado pelos Bancos Multilaterais; e a outra do governo norte-americano, que pretendia controlar as ações do Banco ameaçando diminuir o financiamento a projetos, como o da BR-364, caso não fossem equacionados os problemas sociais e ambientais causados por esse tipo de empreendimento.

Esse cenário reflete claramente a atuação das forças endógenas e exógenas citadas por Becker (2001). Segundo ela, o modelo exógeno, baseado numa visão externa ao território e que privilegia as relações com as metrópoles do exterior, sofre um recuo a partir da década de 1980 a partir do movimento de resistência das populações extrativistas contra a expropriação da terra, que auriu forças a partir da pressão ambientalista internacional e nacional resgatando o modelo endógeno. O modelo endógeno ao ganhar força de atuação, promove o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território Amazônico. E para Becker (2001), esse momento representa um marco no desenvolvimento da Amazônia, concentrando ações direcionadas a projetos comunitários alternativos que transformaram a Amazônia em verdadeira fronteira experimental de um novo padrão de desenvolvimento.

As forças endógenas e exógenas ganharam novos direcionamentos, mas em uma concepção diferente da mencionada anteriormente. Nessa nova concepção, percebe-se a combinação desses dois modelos em uma nova forma: sob a instalação de redes de informação e controle externo do território, as forças endógenas vão garantindo a materialidade de seus projetos.

De modo geral, a década de 1980 foi um marco na relação entre consciência ecológica internacional e a difusão do Brasil como detentor da floresta tropical Amazônica (COSTA, 1992). Durante esse período, os problemas que vinham sendo discutidos na Amazônia deixaram de ser assunto dos partidos e organizações ambientalistas e passaram a ser de interesse internacional.

Essas mudanças nos levam a entender a fase de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, caracterizada pelo grande fluxo de migrantes, disputas por terra e intenso processo de urbanização, como um marco para as mudanças ambientais, gerando o debate a partir da reivindicação das populações locais e contribuindo para a criação de Áreas Protegidas que conciliassem o manejo dos recursos pela população.

A conjuntura de problemas na Amazônia veio reforçar a importância das populações tradicionais para a manutenção dos recursos naturais e também reivindicar a inclusão dessas populações no planejamento territorial e, ainda mais importante, quebrar a dicotomia entre homem e natureza, no qual o homem é visto como agressor do meio ambiente e ao mesmo tempo como importante na manutenção do mesmo (CAVALCANTI, 2002).

Os problemas ambientais na Amazônia ganharam força porque, de certo modo, a questão ambiental da Amazônia já estava inserida em um contexto internacional em virtude das altas taxas de desmatamento (CAVALCANTI, 2002). Mas a realidade dos problemas ambientais na região e a preocupação que se tinha com a manutenção de suas florestas fortaleceu essa discussão e incluiu uma nova variável nesse processo: as populações tradicionais. Paralelamente, os movimentos sociais reivindicavam a segurança fundiária e o acesso à titulação de áreas já ocupadas sem o respaldo do INCRA. Claramente se tem nesse processo a união entre as forças atuantes do movimento ambientalista em defesa da Amazônia e o movimento em favor de uma reforma agrária das populações extrativistas.

A partir do momento em que a população local começou a responder a essas mudanças, uma série de conflitos surgiu modificando o contexto da região no que se refere aos aspectos ambientais e sociais das populações frente ao modelo de desenvolvimento. O movimento dos seringueiros compassadamente incorpora a questão ambiental à sua luta pela terra, deflagrando a proteção da floresta como lema principal (ALLEGRETTI, 1994). Construindo, assim, novos parâmetros de regulação do território, no qual o uso e ocupação da terra são baseados na infinidade de alternativas e potencialidades que a diversidade biológica da floresta possa oferecer (BORGES et. al., 2007).

A ocupação e a concepção do território Amazônico brasileiro refletem as desigualdades socioeconômicas do Brasil, à medida que o governo cria meios de desenvolvimento e cria políticas de incentivo à ocupação de áreas que já estavam tradicionalmente ocupadas, ignora as diferenças sociais e econômicas e assume que o país responde a uma mesma dinâmica populacional, quando na verdade não se poderia garantir que as populações reagissem da mesma maneira aos investimentos que se pretendiam para o Brasil na década de 1970-1980.

A consequência dos programas de investimento para a Amazônia criaram novas necessidades não previstas, e a estas incluíram o reconhecimento do território das populações tradicionais e das populações remanescentes de outras frentes de desenvolvimento que fracassaram no passado.

A história da ocupação da Amazônia é marcada, em diferentes momentos, por conflitos decorrentes da exploração dos recursos naturais presentes nessa região. As diferentes fases de ocupação nos levam ao entendimento do modelo atual de Unidades de Conservação, particularmente no que se refere ao modelo de Reservas Extrativistas, pois perpassam em todos os períodos históricos desde a exploração das drogas do sertão, na exploração do látex e na expansão da fronteira agrícola.

Percebemos nesse contexto, o contraste entre desenvolvimento e preservação de recursos. Quando o governo brasileiro busca se inserir no contexto econômico internacional, a Amazônia deixa de ser uma região extrativa com vastas florestas e de suposto vazio demográfico, para ser a Amazônia de um povo que buscou manter suas formas de uso tradicionais mediante o manejo sustentável dos recursos, até então impossível de ser conciliado.

A abertura de estradas e os projetos de investimentos que potencializaram o uso dos recursos, dos movimentos migratórios e as mudanças no padrão de povoamento, colocam em choque as populações locais com os projetos agropecuários, grileiros e colonos vindos de outras regiões do país, evidenciando um processo de ocupação danoso e desarticulado. É sobre esses diferentes contextos que se constrói o modelo de Reservas Extrativistas na Amazônia, um modelo que contrasta com as demais categorias de Unidade de Conservação existentes no Brasil até a década de 1980.

As Unidades de Conservação existentes atualmente no Brasil são parte de um processo que envolveu mudanças estruturais na maneira como as primeiras áreas foram criadas e na maneira como eram gerenciadas, e essas estruturas se modificaram a partir dos desdobramentos das diferentes fases da ocupação da Amazônia. A luta dos seringueiros contra a expansão das fazendas de gado e os projetos de colonização do INCRA caracterizou essa mudança, bem como os conflitos que se instalaram na década de 1970 por conta das populações que viviam nas áreas protegidas de uso indireto (VIANNA, 2008). O reconhecimento da população para o manejo dos recursos naturais foi necessária para a criação de novas categorias de unidade de conservação.

A atualização dos preceitos de Unidades de Conservação à nova realidade do sistema de unidades de conservação no Brasil requer o conhecimento não só da eficiência das políticas para a criação e gestão dessas áreas, como também o reconhecimento da efetividade das mesmas para manutenção dos recursos florestais. Esse reconhecimento demanda o desenvolvimento de estudos voltados para o entendimento da dinâmica dessas populações,

bem como da relação que estas estabelecem com o ambiente em que vivem, buscando nessa compreensão um novo sentido para se pensar a criação dessas áreas.

CAPÍTULO II

POPULAÇÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS

2.1. Presença Humana em Áreas Protegidas

As primeiras Áreas Protegidas foram criadas a partir da preocupação em proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano vigente no século XIX (DIEGUES, 1994; PIMBERT; PRETTY, 1997). Pode-se dizer que essas preocupações inspiraram as correntes conservacionistas e preservacionistas que marcaram o processo de criação de áreas protegidas, principalmente nos Estados Unidos. A difusão do modelo de áreas protegidas nos Estados Unidos contribuiu para que, inicialmente, a criação desses espaços fosse destinada apenas como sendo lugares de visitação, em que o homem era o visitante contemplador da natureza (DIEGUES, 2001; PIMBERT; PRETTY, 1997; MORSELLO, 2001).

Embora as áreas protegidas já existissem na figura das reservas naturais, como as áreas de caça da Inglaterra no século XI (VIANNA, 2008), o marco referencial para as políticas de criação de áreas naturais no mundo foi a fundação do Yellowstone National Park, nos Estados Unidos, em 1872 (DIEGUES, 2001), marcando o conceito sobre unidades de conservação na atualidade. No entanto, a fundação do Yellowstone National Park não se deu em territórios vazios, povos indígenas residiam na área do parque. A grande questão na criação desses parques foi justamente entender como tais populações se redistribuíram espacialmente após terem sido removidas de suas áreas; a dispersão dessas populações deu origem ao conflito entre população residente de Unidades de Conservação (VIANNA, 2008).

Ao longo do tempo, o objetivo para se estabelecer sistemas de áreas naturais protegidas foram modificados e novos conceitos foram incorporados, deixando de priorizar apenas as belezas cênicas e passando a priorizar, cada vez mais, a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas das áreas protegidas (DIEGUES, 2001). As diferentes discussões que surgem em decorrência dos parques nacionais deram origem aos diversos tipos de UC's criadas na atualidade, sendo essas definidas de acordo com as peculiaridades de cada país.

Na década de 1930, iniciou-se uma busca para unificar o conceito de áreas protegidas por meio de acordos internacionais de proteção à natureza. A formalização de um

conceito ocorreu a partir da International Union for Conservation of Nature (IUCN), em 1962, durante a conferência mundial de parques nacionais realizada em Seattle, nos Estados Unidos, que iria discutir pela primeira vez os critérios de classificação das áreas protegidas (MORSELLO, 2001).

A IUCN, criada em 1948, é uma instituição internacional ligada à organização das Nações Unidas e orienta o planejamento e o manejo das áreas naturais protegidas em diferentes países (DUDLEY, 2008). Essa instituição dispõe de um sistema internacional de classificação de unidades de conservação; esse sistema é amplamente utilizado e serve de referência para estudos voltados às áreas protegidas e cobertura florestal em diversos países, sendo formado pelas categorias de manejo de áreas naturais protegidas conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1: Tipologias de Unidades de Conservação da International Union for Conservation of Nature (IUCN):

Categoria	Objetivos de Conservação
Ia Reserva Natural Estrita	Ciência
Ib Área Silvestre	Proteção da vida Silvestre
II Parque Nacional	Proteção dos ecossistemas e recreação
III Monumento o característica natural	Conservação das características naturais específicas
IV Área de Gestão de Habitantes/Espécies	Manejo de ecossistemas e espécies
V Paisagem terrestre/marinha protegida	Proteção da paisagem e recreação
VI Áreas Protegidas com uso sustentável dos recursos naturais	Uso sustentável.

Fonte: Adaptado de Dudley 2008.

Como visto no Quadro 1, as categorias de manejo estabelecidas pela IUCN, chamamos atenção às pertencentes ao item VI dedicadas ao uso sustentável dos recursos naturais. Essa categoria é destinada “à utilização sustentável de ecossistemas, manipuladas para assegurar a sua proteção em longo prazo [...], ao mesmo tempo, o fluxo de produtos naturais e serviços que suprem necessidades de comunidades tradicionais” (SEHLI et. al., 2013:152). Na América Latina, com exceção de Honduras e Chile, a maioria dos países incluiu o item VI em seus respectivos sistemas de áreas protegidas e ele foi adotado por todos os países Amazônicos, o que também inclui o Brasil (CORRÊA et. al., 2014).

As discussões sobre a criação de parques nacionais repercutiram mundialmente, passando a ter uma variedade de significados e influenciando na criação de diversas

categorias de áreas protegidas, e cada categoria é conceituada conforme o objetivo próprio em que as áreas são destinadas, e todas voltadas à proteção da natureza, mas com diferentes categorias de manejo, o que por sua vez define o maior ou o menor grau de intervenção humana (VIANNA, 2008:132).

No Brasil, a ideia de Áreas Protegidas começou a ser difundido no final do século XVIII, também inspirada no modelo de parques que vinham sendo criados nos Estados Unidos (DIEGUES, 1994; RYLANDS; BRANDON, 2005; MORSELLO, 2001). Os primeiros parques surgiram no Brasil somente no começo do século XIX (DIEGUES, 1994) e mantiveram como objetivo a proteção dos recursos naturais, exclusivamente.

O primeiro parque criado no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia (1937), e a primeira floresta nacional foi criada em 1946 (Floresta Nacional de Araripe-Apodí no Ceará) (RYLANDS; BRANDON, 2005). Por muitos anos, as reservas florestais foram gradualmente transformadas, inteiramente ou em parte, em programas governamentais de assentamento e as reservas indígenas em parques nacionais (por exemplo, Montanhas de Tumucumaque) ou em reservas biológicas (Gurupí, Jaru, Guaporé) (RYLANDS; BRANDON, 2005).

O antigo Código Florestal (Brasil, 1934: Decreto Nº 23.793), foi o primeiro texto legal brasileiro a prever a criação de parques nacionais, estaduais e municipais. Ele classificava as florestas nativas (e não nativas) em quatro tipos: “protetoras” e “remanescentes” (ambas sob-regime de preservação permanente); e “modelo” e “produtivas” (ambas passíveis de exploração comercial) (DRUMMOND et. al., 2011).

A incorporação do termo “Áreas Protegidas”, utilizado nos modelos americanos, é usado para agrupar todos os espaços de conservação da natureza; no Brasil, existe uma distinção entre Áreas Protegidas e Unidades de Conservação. As Áreas Protegidas são reconhecidas como territórios dos povos indígenas e populações quilombolas, enquanto que as Unidades de Conservação são criadas com o objetivo de preservação ambiental ou utilização dos recursos naturais pelas populações tradicionais (PEREIRA; SCARDUA, 2008; D’ANTONA et. al., 2013).

As Unidades de Conservação no Brasil são uma categoria de “espaços especialmente protegidos” (PEREIRA; SCARDUA, 2008) definidos pela Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). As Áreas Protegidas são categorias de espaços reivindicados pelos povos indígenas e quilombolas e articulados por Instituições (Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Cultural Palmares (FCP)) que promovem a garantia do direito dos povos indígenas e populações quilombolas, para que suas áreas tradicionais sejam reconhecidas e demarcadas.

No que se refere às Unidades de Conservação, a primeira demanda para se criar um sistema dessas áreas no Brasil, de um modo mais consolidado e racional, ocorreu em 1988, a partir Projeto Nacional de Meio ambiente (BRASIL, 1988), ainda sob a gestão do IBDF. O projeto foi conduzido pela Organização Não Governamental (ONG) Funatura e foi apresentado ao Conselho Nacional de Meio Ambiente em 1989 (Art. 81 Portaria 445/16 de agosto de 1989), sendo aprovado somente dez anos mais tarde, quando foi criado o SNUC, passando a ser de responsabilidade do IBAMA adequar as Unidades de Conservação que não estavam de acordo com as novas definições, e atualmente essa atribuição foi dada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

As tipologias de Unidades de Conservação estabelecidas pelo SNUC seguiram as categorias definidas pela IUCN. A criação do SNUC ajustou ao seu sistema, de uma única vez, todas as áreas protegidas estabelecidas pela legislação ambiental brasileira, como também serviu para dar espaço para que novas categorias fossem criadas ou incorporadas a partir das experiências desenvolvidas no país (MEDEIROS, 2006:57).

O SNUC define as Unidades de Conservação como:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (art. 2º, I Lei 9.985 de 18 de julho de 2000).

O SNUC está organizado em dois grupos de Unidades de Conservação: as de Proteção integral (categorias I a III da UICN), cujo objetivo básico é a preservação da natureza; e as unidades de Uso Sustentável (correspondente as categorias IV a VI da UICN), que tem como objetivo compatibilizar a conservação e o uso dos recursos. Para cada um desses grupos o SNUC definiu critérios e objetivos:

Art. 7. § 1º: O objetivo básico das Unidades de **Proteção Integral** é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. [...] por uso indireto entende-se aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (Art. 2, inciso IX).

Art. 7. § 2º: O objetivo básico das Unidades de **Uso Sustentável** é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. [...] por uso sustentável entende-se exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os

demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Art. 2, inciso XI).

O grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral é subdividido nas seguintes categorias: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural (MONAT) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS). As categorias de UC's de uso sustentável são: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Reserva Extrativista (RESEX); Floresta Nacional (FLONA); Reserva de Fauna (REF); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

As populações que vivem no interior de Unidades de Conservação também são compostas por caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, populações quilombolas e povos indígenas (DIEGUES, 1994; CUNHA M., 1999), mesmo havendo uma clara distinção entre os diferentes espaços territoriais especialmente protegidos para cada um desses grupos. Em geral, essas populações já residiam nessas áreas antes de seus territórios serem considerados como espaços especialmente protegidos; deste modo, não possuem um registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999:80).

Reconhecer essas populações como importantes no gerenciamento dos recursos faz com que elas se mostrem bastante propensas a aceitar as regras impostas pela criação desses espaços (ANDRADE; RHODES, 2012). Ao mesmo tempo em que essas populações são convidadas a proteger e respeitar o ambiente, também passam a ser responsabilizadas pelas ações que ocorrem dentro dessas áreas (ARRUDA, 1999). Tal contraste chama a atenção para as consequências da criação desses espaços sobre as populações locais.

Reforça-se a necessidade de repensar a categoria/tipologia que é atribuída para as Unidades de Conservação. Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, no estado do Amazonas, por exemplo, as populações, articuladas com outros atores sociais, desenvolvem suas atividades em conformidade com os objetivos de conservação estabelecidos pela reserva, demonstrando uma consonância entre população e reserva (PERALTA et. al., 2008). Enquanto isso, no Parque Nacional do Jaú, Pinheiro (2003),

observou-se uma redução significativa no número de localidades¹⁰ e o aumento das comunidades¹¹, de modo que essas comunidades não conseguem se organizar e sempre esbarram nas restrições impostas pelo IBAMA sobre a utilização de recursos naturais.

O diferencial entre as duas pesquisas ocorre na tipologia das unidades de conservação que foram estudadas, sendo que a primeira se encontra entre as categorias de uso sustentável e a segunda entre as de proteção integral. O que há em comum entre elas, além do fato de existirem populações morando dentro desses espaços, é a relação que as populações que ali vivem estabelecem com o ambiente: enquanto na primeira há um incentivo e apoio às populações, na segunda, teoricamente, as populações nem deveriam residir nessas áreas, limitando-se o acesso dessas populações aos recursos.

Alguns estudos chamam atenção para as implicações da criação de Unidades de Conservação para as populações locais (DIEGUES et. al. (2000); ARRUDA, 1999; PINHEIRO, 2003). Arruda (1999) considera que o modelo de Unidades de Conservação provoca consequências indesejáveis para as populações residentes, dentre as quais o autor menciona: o agravamento das condições de vida, a expulsão da população dessas áreas e o crescimento dos conflitos na área rural (em virtude do descontentamento com a criação da unidade de conservação).

Até a década de 1970, existia no Brasil aproximadamente 65 áreas protegidas, sendo: 14 parques nacionais, 12 florestas nacionais, 26 parques e reservas estaduais e 13 florestas estaduais. Juntas, essas áreas somavam 63.735,34 hectares (MILANO, 2001). Essas áreas, até 1989, eram criadas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em 1989, a SEMA e o IBDF foram unificados para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O que se observa no histórico de criação de UC é que em determinado momento as populações não eram incluídas nessas áreas, eram permitidas apenas como visitantes, conforme observado anteriormente, e existia maior concentração de UC's destinadas à proteção integral dos recursos. E, em outro momento, as populações passam a ser inseridas nessas áreas e em outras categorias de UC à presença de população chega a ser uma condição para a criação dessas áreas.

¹⁰ A localidade é constituída da casa da família, casa de farinha, área do quintal e área do roçado. Normalmente ela está vinculada a um lago, ou igarapé, ou estradas de seringa e picos de castanha, de onde o grupo doméstico retira seu sustento (PINHEIRO, 2003:74).

¹¹ Entende-se por comunidade qualquer agrupamento de pessoas com instalação coletiva (escola, igreja, centro social), e um cargo comunitário (presidente). A existência de comunidades tem sido fomentada pelo Estado e pelas Igrejas de forma a facilitar o atendimento às populações (PINHEIRO, 2003:74).

Atualmente, existem no Brasil 1.979 UC's; desse total, a maioria se encontra na categoria de uso sustentável e correspondem a 1.370, e as de proteção integral correspondem a 609 (Tabela 6), o equivalente a 1.552.769 km² do território brasileiro. Nos dias atuais, a criação dessas áreas está sob-responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para as UC's Federais, e as Secretárias Estaduais e Municipais de Meio ambiente para as UC's Estaduais e Municipais.

Tabela 6: Número e área das unidades de conservação por nível de governo responsável e tipo de uso e categoria de manejo:

Tipo de Uso	Categorias de Manejo	Nível de governo			
		Federal	Estadual	Municipal	Total
Proteção integral	Estação Ecológica	32	59	01	92
	Monumento Natural	03	28	11	42
	Parque Nacional / Estadual / Municipal	71	195	113	379
	Refúgio de Vida Silvestre	07	26	02	35
	Reserva Biológica	30	23	08	61
	Subtotal - PI	143	331	135	609
Uso sustentável	Floresta Nacional / Estadual / Municipal	65	39	-	104
	Reserva Extrativista	62	28	-	90
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	02	29	05	36
	Reserva de Fauna	-	-	-	-
	Área de Proteção Ambiental	32	188	80	300
	Área de Relevante Interesse Ecológico	16	25	09	50
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	634	155	01	790
	Subtotal - US	811	464	95	1370
	Total - Ucs	954	795	230	1979

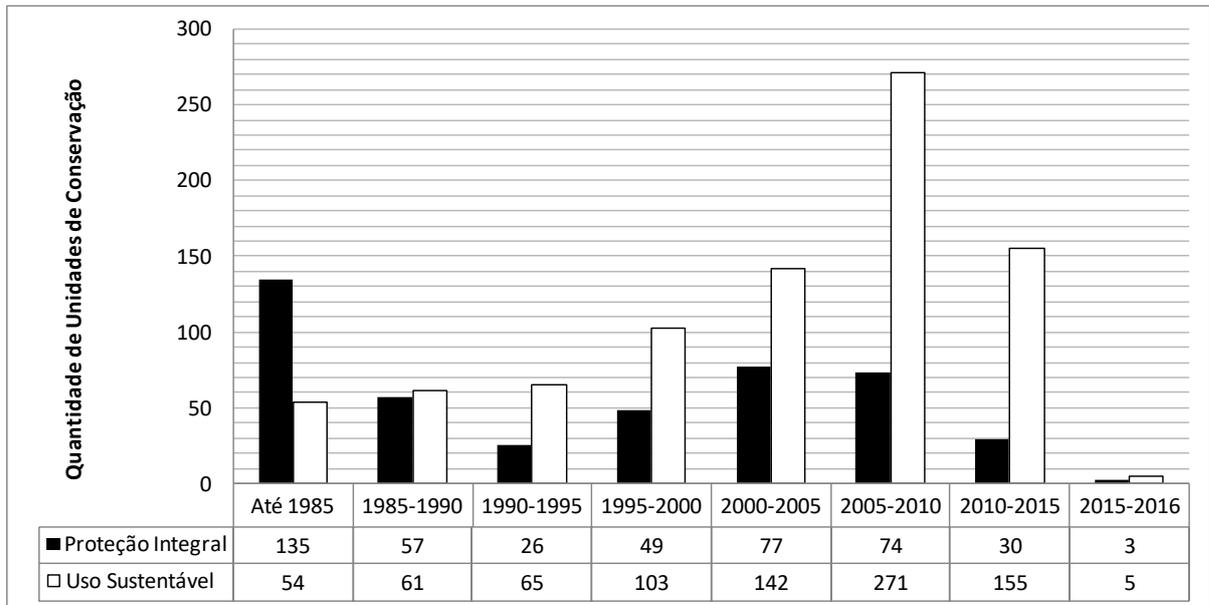
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Áreas Protegidas, Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC (2016).

Até a década de 1980, no Brasil, 92% das UC's criadas eram destinadas à categoria de manejo de proteção integral (restrita a presença de população), e apenas 8% à categoria de uso sustentável (VERÍSSIMO, 2011:24). A partir década de 1990, houve uma mudança nessa tendência e, desse período em diante, o número de unidades de conservação na categoria uso sustentável cresceu significativamente no país.

No gráfico da Figura 3 apresentamos a evolução na criação de unidades de conservação no Brasil. Percebe-se que nos períodos 2000-2005 e 2005-2010 ocorreu maior aprovação para a

criação de UC's no país, e a maioria das UC's criadas foram destinadas à categoria de manejo de uso sustentável. Nota-se ainda, que a partir de 2010, tem ocorrido a diminuição na criação de UC's.

Figura 3: Evolução na criação de UC's no Brasil (federais e estaduais) por período de governo:



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Áreas Protegidas. Dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, atualizados em 26/02/2016.

A partir da criação do SNUC, em 2000, o Brasil passou por várias transformações favoráveis para a criação de UC's no país relacionadas com o contexto político vigente nesse período, em que surgiram investimentos nacionais e internacionais que direcionaram fundos para a criação de unidades de conservação, principalmente na Amazônia.

Embora o número de UC's pertencentes ao grupo de uso sustentável tenha aumentado ao longo dos anos, pode-se dizer que não há uma associação entre tais grupos de UC e a presença de população nessas áreas. Mas, “a presença de moradores dentro de Unidade de Conservação é uma realidade em muitas regiões do Brasil, e na Amazônia não é diferente” (BUENO; DAGNINO, 2011:89).

O volume de habitantes residindo dentro e no entorno das UC's federais da Amazônia Legal chega a 334 mil habitantes. Desse total, 115 mil (34%) pessoas residem dentro da UC; no entorno, são 219 mil (65%) e a maioria dos habitantes que vivem no interior dessas áreas está em UC de proteção integral (38%), contrariando o esperado para essa

categoria de manejo, que teoricamente não permite presença humana em seu interior. Nas UC's de usos sustentáveis esse número corresponde a 34% (BUENO; DAGNINO, 2011:99).

Ocorre que, no passado, muitas unidades de conservação, principalmente as de proteção integral, ao seguirem o mesmo modelo de áreas protegidas criadas nos Estados Unidos, acabaram não incluindo outros fatores importantes além da preservação da natureza, como estudos que buscassem conhecer as questões sociais, culturais e políticas das áreas destinadas a conservação.

Nos Estados Unidos, muitas populações foram removidas de suas áreas por conta da criação de parques (BRANDON; WELLS, 1992; PETERS, 1999; ANDRADE; RHODES, 2012). No Brasil, ao se criarem UC's na categoria de proteção integral, as populações que residem nesses espaços devem ser indenizadas e removidas para outras áreas (MORSELLO, 2001; MEDEIROS, 2006). No entanto, o governo não tem como indenizar essas populações e essas acabam permanecendo nesses espaços.

Muitas vezes, a criação dessas áreas não é consentida pelas populações locais mesmo que atualmente haja uma série de exigências para a criação de UC's, as áreas criadas anteriormente à Lei do SNUC não seguiram essas regras. Casos como o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (em São Paulo criado em 1962), o Parque Nacional do Jaú (no Amazonas criado em 1980) e a Estação ecológica do Iquê (no Mato Grosso criada em 1981), são exemplos de áreas criadas sem o reconhecimento das populações que nelas residiam, o que gerou uma série de problemas tanto no que se refere à implementação dessas áreas quanto no manejo de seus recursos (MORSELLO, 2001).

Outra incoerência ainda recorrente no processo de criação de UC é a sobreposição dessas áreas às Terras Indígenas. Estima-se que 43,9% do território da Amazônia Legal, isto é, 2.197.485 km², estão inseridos em Áreas Protegidas (VERISSIMO, 2011:16). A maior parte das sobreposições é anterior à regulamentação do SNUC e é resultado tanto da insuficiência de informações sobre as áreas previamente definidas quanto da demora do processo de reconhecimento das Terras Indígenas.

A título de exemplo, a estação ecológica do Iquê foi uma unidade de conservação criada em 1981, dentro do território do povo indígena Enauenê-Nauê. Essa unidade de conservação é um exemplo de “parque de papel”¹². Embora não tenha sido implementada, a

¹²“Parque de papel” é uma denominação dada às unidades de conservação que, apesar de instituídas legalmente, não são submetidas a nenhuma categoria de manejo. Quando uma unidade de conservação é instituída, para que sua implementação seja efetiva, é necessário que essas áreas sejam submetidas a formas de manejo que exigem a aplicação, por parte do governo, de recursos monetários. Quando isso não ocorre, essas áreas acabam existindo apenas no papel, não cumprindo a sua função na conservação da área destinada (MORSELLO, 2001).

sua existência provocou um atraso de cinco anos na demarcação da área indígena Enauenê-Nauê (reconhecida em 1995) contribuindo para o agravamento dos conflitos com outros segmentos sociais pela indefinição legal dos limites da área (ARRUDA, 1999:86).

Durante o período de ocupação da Amazônia, muitos desses conflitos se intensificaram em virtude da problemática da falta de reconhecimento das populações dentro das UC's já existentes durante a década de 1970. Além disso, ainda existia a grande disputa por terra, consequência das políticas do governo para o desenvolvimento da região. Essas questões forçaram o reconhecimento, por parte do governo, das populações que residiam nessas áreas como sendo importantes para a manutenção dos ecossistemas na Amazônia.

Dentro do que se espera para criação de unidades de conservação, é preciso reconhecer nesse processo o que Alfredo Wagner Berno de Almeida reconhece como aspectos ignorados pelos sistemas de uso comum na questão agrária brasileira, segundo o qual a visão predominante sobre as modalidades de uso comum da terra é que essas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros, no entanto, esse controle se dá:

Mediante normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável a terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias intrínsecas às regiões de ocupação recente. [...] A atualização destas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. (ALMEIDA, 2008b: 133-134).

Diante do que se vê no processo de criação das unidades de conservação – embora este tenha apresentado grandes avanços em termos do direito das populações tradicionais – é que ao se estabelecerem essas áreas, essas relações, apontadas por Almeida (2008), acabam sendo atropeladas pelas políticas de criação de UC, pois a permanência de população nesses espaços exige formas de organização pautadas em políticas ambientais ainda confusas para o entendimento dessas populações. Primeiramente, essas populações precisam se autorreconhecerem diante da nova realidade que lhes é condicionada para a permanência nessas áreas. Consideramos que somente a partir desse autorreconhecimento é possível garantir a proposta de conservação dessas áreas.

2.2. Unidades de Conservação e o contexto da Amazônia Legal

Na Amazônia, como vimos no capítulo I deste estudo, em virtude dos programas e do projeto de desenvolvimento (1970-1980), ocorreram várias mudanças nas formas de uso dos recursos que eram tradicionalmente explorados. Suas florestas foram substituídas por áreas de pastagem, em função do retorno econômico de curto prazo e do poder político que as atividades agropecuárias passaram a representar no processo de ocupação dessa região (ALLEGRETTI, 1994:18).

Esse contexto nos permite entender a Amazônia Legal como o cenário de grandes mudanças para o modelo de unidades de conservação vigente atualmente no Brasil, pois foi a partir da visibilidade dos conflitos no rural da Amazônia que o ambientalismo deixou de ser, no Brasil, um assunto de intelectuais e ecologistas e passou a ser a mudança que as populações tradicionais desejavam para a solução dos conflitos que vivenciavam.

Antes de ocorrerem essas mudanças, a criação de Unidade de Conservação no Brasil não levava em conta as populações que habitavam essas áreas. Embora já existisse um modelo de UC no país, quando o regime militar estimulou com incentivos fiscais e subsídios a chamada “colonização da Amazônia”, a devastação da floresta para grandes pastagens fez com que os seringueiros buscassem suas próprias condições de sobrevivência (MCCORMICK, 1992). E essas condições implicavam em um modelo de regularização fundiária que buscasse a garantia do território dessas populações e a proteção das florestas, de modo que a continuidade de suas atividades fosse garantida.

A resistência dos seringueiros e a formação dos empates¹³ revelaram que a manutenção da floresta deveria ocorrer concomitantemente à resolução do problema da posse e da renda dos seringueiros (CAVALCANTE, 2002). Em outros aspectos, essas mudanças ocorreram no momento em que o país passava por uma pressão por medidas mais eficazes a serem adotadas em relação aos conflitos por terra, oriundos do processo de ocupação da região amazônica. Essas mudanças ocorreram concomitantemente à criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), contribuindo para a ideia das reservas como um projeto de reforma agrária amazônico.

¹³ “Consiste em uma tática de defesa da floresta contra as derrubadas, através da qual os seringueiros se reúnem com suas famílias e impedem, pela ação direta, a derrubada de árvores, planejada pelos fazendeiros. Vão até a área que está sendo preparada e desmontam os acampamentos dos peões, impedindo que a derrubada seja iniciada. Depois de criado o fato, argumentam com os proprietários, através da Justiça ou pela intermediação governamental [...]. O principal objetivo do empate era impedir as expulsões que vinham ocorrendo, de forma cada vez mais frequente, por parte de fazendeiros oriundos do sul do Brasil, que adquiriram antigos seringais nos quais habitavam tradicionalmente os seringueiros.” (ALLEGRETTI, 1994:22)

Da reivindicação dos seringueiros surgiu a categoria de Unidade de Conservação: Reservas Extrativistas (RESEX). Essa categoria difere das demais, principalmente no que se refere aos atores que propõem a criação dessas áreas. Historicamente, elas podem ser entendidas como uma alternativa à reforma agrária, criadas a partir de forças políticas ligadas ao movimento social na Amazônia com protagonismo dos seringueiros (D'ANTONA, 2003; SCHWEICKARDT, 2010).

A primeira demanda para a criação de RESEX surgiu no primeiro encontro de seringueiros e extratores, realizado em Brasília em 1985, cujo tema central foi a formulação de uma discussão para a garantia da posse da terra (CAVALCANTE, 2001). Nesse encontro, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e oficializada a proposta para a criação das RESEXs. O segundo Encontro Nacional dos Seringueiros ocorreu em 1989, em paralelo ao primeiro Encontro dos Povos da Floresta¹⁴, dando força ao movimento das populações tradicionais e marcando a aproximação entre a luta dos seringueiros e a luta dos povos indígenas a partir da aliança dos povos da floresta.

Quando o conceito de RESEX foi definido pelo movimento dos seringueiros, não existia no Brasil legislação que expressasse o ponto central desse conceito: “a regularização fundiária de áreas de posse mantendo as bases espaciais e tecnológicas sobre as quais se dava a produção e evitando a degradação dos recursos naturais na Amazônia” (ALLEGRETTI, 1994:24). Conforme visto anteriormente, as primeiras UCs não contemplavam as populações que utilizam os recursos florestais, e a primeira proposta de RESEX foi incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária, em 1987, recebendo a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), existente até os dias atuais e sob responsabilidade do INCRA (ALLEGRETTI, 2002; MITTERMEIER et. al., 2005; BARRETTO FILHO, 2006).

O debate para criação de RESEX ganhou outras variáveis. A primeira mudança foi gerada a partir da morte do seringalista Chico Mendes, em 1988, que teve repercussão internacional, revelando o outro lado ambiental amazônico: o dos conflitos pela posse da terra (ALLEGRETTI, 1994). Em 1989, através da Lei nº 7.804, houve uma mudança na política ambiental brasileira, e essa mudança incluiu em seu Art. 9 item VI “a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reserva” (BRASIL, 1989).

¹⁴ No final de 1988, emergiu no Acre uma aliança para a defesa das florestas e de seus habitantes, com o nome de “Aliança dos Povos da Floresta”, abrangendo os seringueiros e o grupo dos povos indígenas por meio das duas organizações nacionais que haviam sido formadas nos anos anteriores: o Conselho Nacional dos Seringueiros e a União das Nações Indígenas (MMA, 2002).

A figura de RESEX só foi oficialmente regulamentada em 1990, por meio do Decreto-Lei 98.890, em cumprimento à Lei 7.804, de 18 de julho de 1989 (MENEZES, 1994). Com base nessas mudanças, foram criadas quatro importantes Unidades de Conservação na Amazônia, que totalizam 2.162.989 hectares e beneficiam mais de 6.650 famílias (ALLEGRETTI, 1994:30). No Acre, foram criadas as RESEX Chico Mendes e a Alto Juruá; em Rondônia, a RESEX do Rio Ouro Preto; no Amapá, a RESEX do Rio Cajari.

O conceito de RESEX, difundido nacional e internacionalmente por Allegretti (2002) e hoje reconhecido pelo SNUC, reflete a vontade popular de combinar as necessidades do povo amazônico com a proteção e o uso sustentável dos recursos dos quais sua subsistência depende (MITTERMEIER et. al., 2005). O reconhecimento dessas populações extrativistas para o manejo dos recursos naturais contribuiu para a criação de novas reservas.

Conforme já demonstrado, a finalidade das RESEX, além de provocar a queda na especulação da terra nessas áreas, é a de estabelecer um equilíbrio maior entre os seguimentos sociais nos conflitos pela posse de terra na Amazônia. Entre outros fatores, considera-se que essas áreas garantem a permanência de seus moradores em seu interior, mediante os investimentos e a implantação de programas que visam à melhoria das condições de vida na floresta (MCCORMICK, 1992; ALLEGRETTI, 1994).

Antes dessas mudanças decorrentes do movimento dos seringueiros, favoráveis a um novo modelo de UC em que a população passasse a ser integrada nessas áreas, a política referente à presença de população em UC era bastante restritiva, conforme já discutido. Atualmente existem as unidades de proteção integral, restritivas à presença humana, e as de uso sustentável, em que a presença de população é uma condição (D'ANTONA et. al., 2013). A presença de população em UC de uso sustentável é permitida apenas nas RESEX, nas Florestas Nacionais (FLONA) e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (BRASIL, 2000).

Mesmo que atualmente exista uma política favorável à presença de população em UC, alguns aspectos dessa política ainda precisam ser superados, como os interesses que colocam essas áreas em situação de conflito: seja pela disputa de terras e recursos ambientais, seja pela sobreposição de territórios (UCs com Terras Indígenas, ou Terras Indígenas com Terras de Quilombo) seja pela criação de “parques de papeis”, ou ainda pela presença de população em UCs de proteção integral.

Esses aspectos poderiam ter melhor direcionamento se houvesse estudos que abordassem, além dos fatores ambientais, os aspectos populacionais. Os estudos sobre UC são voltados para uma análise mais social, cultural ou estritamente ambiental da criação de

unidades de conservação (D'ANTONA, 2000). Ainda é comum que os dados de população para essas áreas sejam apenas parte dos estudos que possibilitam a elaboração do plano de manejo¹⁵ e do planejamento fundiário, que viabilizam o contrato de concessão do direito real de uso (CDRU)¹⁶. O enfoque desses estudos não é uma caracterização detalhada da população, e estes não levam em consideração que “no longo prazo a existência das unidades pode sofrer impactos decorrentes de dinâmica populacional não prevista, não considerada” (D'ANTONA, 2000:8).

Os estudos voltados para as UCs, principalmente as de uso sustentável, além de incorporar a análise dos impactos ambientais, sociais ou culturais causados pela criação dessas áreas, precisam buscar entender questões referentes à dinâmica das populações que vivem dentro dessas áreas, principalmente no que se refere à mobilidade e à distribuição espacial, e sua relação em termos de mudanças na forma de relação com o ambiente reestruturado com a criação dessas áreas.

2.3. Estudos de População em Unidades de Conservação

A história de criação de Unidades de Conservação (UC) passou por um longo debate e gerou uma série de mudanças na forma como esses espaços são criados atualmente. Diferentemente do que se via no processo de criação das primeiras UCs, em que o homem era visto apenas como visitante, não como morador, nos dias atuais essas áreas contemplam não só os aspectos naturais, mas também culturais, sociais e até mesmo econômicos dessas populações.

Atualmente podemos entender as UCs como espaços criados para proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Suas normas seguem o estabelecido pela legislação ambiental, respeitando a determinação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) conforme o objetivo proposto para as diferentes tipologias de UCs existentes.

¹⁵ Plano de manejo: documento técnico por meio do qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000, Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, Art. 2º item XVII).

¹⁶ O contrato de concessão de direito real de uso (CDRU) é um documento cujo prazo pode ser estipulado e que legitima o uso sobre a terra, dando direito a moradia e utilização dos recursos conforme plano de uso, mas não possibilita a sua venda, sendo esse direito transmitido apenas por caráter hereditário, como está previsto no Art. 23 § 2º item III da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

Além das leis ambientais e da lei SNUC, as UCs, de maneira geral, devem apresentar um plano de manejo que contemple seus interesses. Caso sejam unidades de uso sustentável, devem também contemplar os interesses da população usuária, em conformidade com o que foi estabelecido por lei.

O plano de manejo é um documento elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), órgão ligado ao Governo Federal e responsável pela gestão de UCs Federais (MMA, s/d). Quando se trata de reservas de uso sustentável (onde de fato deve haver população), o plano de manejo é elaborado em parceria com a população residente nessas áreas e com o órgão gestor da unidade.

As regras estabelecidas no plano de manejo para RESEX não seguem um padrão que contempla todas as UC dessa categoria. As regras são elaboradas a partir da necessidade e do interesse da população que reside nessas áreas e podem mudar conforme as atividades econômicas ali desenvolvidas (MMA, s/d). Nesse sentido, as regras são criadas para estabelecer normas de convivência e normas para o uso dos recursos naturais, tais como: definir as áreas de uso coletivo, áreas de proteção permanente e a área de uso de cada comunidade e, ainda, regras de boa convivência (criação de animais, saída e entrada de moradores, etc.).

Após a inclusão das populações em UC, outro fator surge e nos desafia a compreender a dinâmica das populações residentes no interior dessas áreas. Consideramos que após a regulamentação da UC as populações residentes ficaram condicionadas a uma série de regras que não existiam antes. Tal situação nos leva a crer que essas condições geram mudanças na mobilidade e na distribuição da população nesses e além desses espaços, reestabelecendo uma nova dinâmica populacional.

Entretanto, estudos mais aprofundados se fazem necessários quando se pretende entender a dinâmica das populações que vivem no interior de UC. Os estudos demográficos nessas áreas exigem um esforço muito grande, sendo difícil mensurar a dinâmica das populações residentes a partir dos dados oriundos de fontes censitárias. Estimar a população em UC demanda alguns desafios práticos que precisam ser enfrentados para um adequado acompanhamento da dinâmica dessas populações (DAGNINO et. al., 2013).

A dinâmica populacional no interior de UCs não é simples, implica em relações de moradia e movimentos bem mais intrincados que estão ligados ao contexto histórico de formação dessas áreas e é resultado da relação de redes sociais e de parentesco complexas, ainda pouco compreendidas nos estudos socioeconômicos normalmente realizados na fase intermediária para a criação dessas áreas. Muitas unidades de conservação apresentam uma

dimensão territorial que abrange diferentes municípios, o que gera dificuldade em trabalhar os dados em longo prazo. Os limites político-administrativos podem variar de um censo para outro, dificultando análises comparativas ao longo do tempo (HOGAN et. al., 2008:73).

As unidades territoriais, como as UCs, não seguem critérios de delimitação geopolíticos, o que representa um desafio para os estudos demográficos, principalmente em regiões grandes e com diferentes dinâmicas, como a Amazônia Legal, em decorrência da variabilidade de ecossistemas e de contextos socioeconômicos ali presentes (D'ANTONA et. al., 2013:402).

Estudos de Bueno e Dagnino (2011) demonstram alguns avanços nesse sentido, usando dados do Censo Demográfico Brasileiro para estudar as unidades de conservação federais localizadas na Amazônia Legal e existentes até a data de referência do estudo (2007). A metodologia desenvolvida pelos autores estima a população residente em Unidades de Conservação utilizando informações sobre as pessoas residentes em domicílios e sua localização espacial, representando-os geocomputacionalmente por meio de grades estatísticas, sem a necessidade de deslocamento até essas áreas (BUENO; DAGNINO, 2011). Esse tipo de metodologia enriquece os estudos de população em UCs e Áreas Protegidas, pois permite o melhor entendimento da realidade nesses espaços, sobretudo por incluir a dimensão humana nos estudos voltados para essas áreas.

Os estudos de Bueno e Dagnino (2011), assim como os de D'Antona et. al. (2013), foram desenvolvidos a partir das fontes oficiais conhecidas, como o censo demográfico. Considerando as pesquisas que não envolvem fontes oficiais, em que os resultados dependem de pesquisas de campo, utilizando Survey ou estudos etnográficos, podemos citar estudos de Carr (1999), de D'Antona (2003) e de Pinheiro (2003).

Os estudos de Carr (1999), realizados no Parque Nacional Sierra de La Candón, localizado no Departamento de Petén na Guatemala, foram baseados no levantamento de dados sociodemográficos das comunidades localizadas na área de influência do Parque. O autor realizou uma série de entrevistas com chefes de domicílio e administradores do parque. Na ocasião do estudo, identificou-se que o Parque estava passando por um rápido crescimento populacional, e que 65% do crescimento foram decorrentes de imigração advinda de todas as partes do país. Isso justifica o considerável aumento das áreas agrícolas, pois a imigração ocorreu pela atração por "terras vazias" por camponeses vindos de áreas com alta pressão populacional, o que levou a uma distribuição desigual de terra e fez com que grande parte dos agricultores sejam ilegais, isto é, não detentores da posse da terra.

D'Antona (2003) desenvolveu sua pesquisa de tese em UC de Uso Sustentável na Amazônia brasileira, especificamente em Reservas Extrativistas. Sua pesquisa foi baseada no cruzamento de dados das instituições oficiais – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – e dados de campo e propôs um enfoque interdisciplinar utilizando um método de análise baseado em uma reflexão teórica situada entre a antropologia e a demografia.

Um aspecto interessante do estudo de D'Antona (2003) é que muitas questões ambientais e de manejo decorreram da mobilidade dos moradores, influenciados pela queda no preço de seus produtos (nesse caso, o extrativismo do látex). Os moradores tiveram seus mercados ameaçados e isso fez com que muitos se deslocassem para as cidades mais próximas, em busca de alternativas melhores. Quem permanecia tinha que decidir entre mudar de atividade extrativista ou intensificar outros usos, como agricultura e agropecuária.

Outro exemplo a ser citado se refere ao estudo de Pinheiro (2003). Nele é apresentada uma análise da demografia e da apropriação dos recursos naturais da população residente ao longo dos rios que delimitam o Parque Nacional do Jaú, localizado no estado do Amazonas, uma unidade de conservação de proteção integral. O estudo foi desenvolvido a partir do cadastro dos moradores realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Pinheiro (2003) apresenta as características sociodemográficas das comunidades residentes no Parque e percebe que estas passaram por significativas transformações, acompanhadas por um crescimento populacional, por causa da migração e do envelhecimento populacional.

Os estudos supracitados, com exceção de Bueno e Dagnino (2011), que utilizaram exclusivamente o censo demográfico, foram realizados a partir da análise de dados oriundos de pesquisas de campo e apresentam informações mais específicas sobre o comportamento e a distribuição espacial das populações no interior dessas áreas. São pesquisas que chamam atenção para outros aspectos das UCs, e entender esses aspectos de forma mais detalhada pode apontar para dinâmicas que não são percebidas quando utilizamos somente as fontes oficiais.

No caso específico deste estudo, que exigiu aspectos individuais da população (motivação, percepções, opiniões), ainda que consideremos o censo demográfico a fonte oficial para estudos de população, sempre será preciso recorrer a níveis mais detalhados de pesquisas que só podem ser percebidos mediante pesquisas de campo.

2.3.1. O censo demográfico e as Unidades de Análise

As populações que vivem em Reservas Extrativistas (RESEX), assim como nas demais UCs que permitem população em seu interior, abrangem modos de vida e uso dos recursos diferentes das demais populações que vivem no rural da Amazônia, pois a população nessas áreas está condicionada a um sistema de gestão que define regras específicas para utilização dos recursos naturais, conforme já mencionado no tópico anterior.

Nesse sentido, como aplicar os diferentes conceitos e abordagens metodológicas da demografia para chegarmos a uma unidade de análise amostral que nos permita entender a mobilidade e a distribuição dessas populações?

Inicialmente, convém destacar que os estudos populacionais nem sempre requerem uma unidade de análise intermediária entre um indivíduo e um grupo populacional mais amplo. Porém, em algumas pesquisas o reconhecimento de uma unidade intermediária é inevitável, porque não é o indivíduo, mas o grupo no qual ele está inserido, a unidade de análise relevante (WAJNMAN, 2012:14).

Em relação aos estudos desenvolvidos no âmbito de UC, como o que se propõe neste caso, o interesse em questão não é somente o indivíduo, mas o grupo em que este está inserido, pois se nos dedicássemos somente ao indivíduo estaríamos excluindo as relações que este estabelece com o grupo ao qual ele pertence, e entender essas relações é extremamente importante para o estudo que nos propomos desenvolver.

Existe, portanto, uma série de possibilidades que permite escolher a unidade intermediária entre o indivíduo e a população. Nesse sentido, os grupos familiares e domiciliares recebem maior atenção. Assim, estudos de família e domicílio constituem unidades socioeconomicamente relevantes para diversos propósitos de estudo. A Demografia busca em disciplinas como Economia, Antropologia e Sociologia enxergar a família e os domicílios como uma forma de entender os resultados das transições que os indivíduos experimentam entre estágios da vida e entre formas de coabitação (WAJNMAN, 2012:16).

Apesar de ainda existirem muitas lacunas nos censos demográficos, tem se aperfeiçoado sua forma de investigação sobre os arranjos familiares e sobre as características dos domicílios (ALVES; CAVENAGHI, 2004; CAVENAGHI, 2010). É preciso, portanto, estar atento ao significado de cada um desses conceitos. É necessário ter em mente o momento e a circunstância nos quais as unidades de análise podem ser utilizadas.

Considerando os estudos sobre o uso e a cobertura da terra desenvolvidos por D'Antona e VanWey (2007) em áreas de assentamento na Amazônia, os resultados obtidos

para um escala de análise micro mostraram a conexão entre dados da composição da unidade doméstica (UD), das histórias que compõem o estabelecimento agropecuário (o lote) e dos dados biofísicos, como solo e disponibilidade de água.

O estudo na Reserva Extrativista Auati-Paraná (RESEX-AP) buscou seguir as contribuições de D'Antona e VanWey (2007) no que se refere à conexão entre diferentes dados e unidades espaciais de análise. Levou-se, portanto, em consideração que as áreas destinadas à conservação não se associam às áreas de assentamento, e que essa conexão ocorre entre a composição da unidade doméstica e a relação familiar, associadas à forma de organização comunitária, ao ciclo hidrológico e à disponibilidade de recursos.

Nesse sentido, incorporamos ao estudo diferentes unidades de análise, que abrangem a unidade doméstica, a organização comunitária e, ao mesmo tempo, buscam compreender aspectos individuais da população na RESEX-AP. A partir desse conjunto de diferentes unidades de análise, buscando refletir acerca do fenômeno migratório e das relações socioespaciais que envolvem a dinâmica populacional, analisamos neste estudo o contexto local (RESEX-AP) e regional (Médio Solimões). O objetivo não é discutir deslocamentos de longas distâncias, mas as relações estabelecidas entre o ir e o vir na reserva.

Para conhecermos o processo de ocupação e distribuição dessa população, se fez necessário identificar padrões de ocupação e a variação desses padrões no tempo. Para isso, tomamos como referência o antes e o depois da RESEX e os relacionamos aos fatores econômicos, sociais e ambientais (dinâmica do rio). A forma de ocupação das populações na RESEX-AP abrange modos de vida ligados diretamente ao ambiente em que vivem, e a adaptação dessas populações depende da capacidade de utilizarem os recursos naturais disponíveis.

CAPÍTULO III

A RESERVA EXTRATIVISTA AUATI-PARANÁ

3.1. A região do médio Solimões

A Reserva Extrativista Auati-Paraná (RESEX-AP), em toda sua extensão, está sob administração jurídica dos municípios de Fonte Boa, Japurá e Maraã. Na divisão administrativa do Amazonas, esses municípios estão integrados à mesorregião Norte e ao sudoeste amazonense. No contexto regional, tais municípios se inserem na região denominada Médio Solimões, formada pelos municípios de Alvarães, Carauri, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Jutai, Maraã, Tefé e Uarini (Figura 4).

A região do Médio Solimões concentra diferentes categorias de unidades de conservação, tais como de uso sustentável, proteção integral, e Terras Indígenas, e está inserida no Corredor Central da Amazônia (CCA) (ICMBIO, 2011). O Corredor Central da Amazônia¹⁷ localiza-se integralmente no estado do Amazonas e é composto por 81 áreas protegidas, sendo 14 UCs federais (6 de Proteção Integral e 8 de Uso Sustentável), 15 UCs estaduais (3 de Proteção Integral e 12 de Uso Sustentável) e 52 Terras Indígenas, compreendendo 52 milhões de hectares (MMA, 2015).

Diferentemente do que se observou na Amazônia Legal na década de 1970, o padrão de ocupação da região do Médio Solimões não se insere no contexto da fronteira agrícola. Suas formas de ocupação do espaço remetem a outros ciclos de exploração da Amazônia, como drogas do sertão, sova, tabaco, látex, e resulta de um longo histórico marcado pela presença de diversos agentes: missionários, exploradores, viajantes e cientistas (QUEIROZ, 2014).

A ocupação da região do Médio Solimões remete à ocupação colonial da Amazônia. As populações que vivem na região são descendentes dos povos indígenas que a habitavam e ainda habitam e dos migrantes que chegaram à região nos diferentes ciclos, destacando-se o ciclo produtivo do látex (LIMA; ALENCAR, 2000).

¹⁷ A configuração dessa área foi desenvolvida no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), pela elaboração do projeto Corredores Ecológicos. O projeto Corredores Ecológicos buscava promover a conservação da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil por meio da interação de Unidades de Conservação, mediante a criação do Corredor Central da Amazônia e o Corredor Central da Mata Atlântica.

O histórico de formação dos municípios no Médio Solimões está intimamente ligado ao contexto de formação do município de Tefé. Antes de ser elevado à categoria de cidade, o município de Tefé apresentava extensão territorial de aproximadamente 500.000 km², e até a sua formação, no ano de 1855, sofreu sete desmembramentos, dando origem a 14 novos municípios (QUEIROZ, 2014, 2016). Os municípios dessa região surgiram a partir do desmembramento territorial de Tefé e estão vinculados, direta ou indiretamente, à administração institucional e à infraestrutura que subsidia a centralidade de Tefé na economia regional.

Atualmente, a região é formada por municípios com modestos centros urbanos, onde o setor terciário da economia se articula de acordo com suas vias fluviais, apresentando uma tradicional atividade extrativa e uma numerosa população indígena e ribeirinha (RODRIGUES, 2011). A ausência de rodovias estaduais e nacionais condiciona a mobilidade da população, permitindo que o acesso seja realizado apenas por via fluvial, com exceção do município de Tefé, que conta com um aeroporto regional que dispõe de voos regulares.

Os municípios do Médio Solimões são formados por pequenas cidades e apresentam densidade demográfica muito baixa, 0,79 habitantes por km² (IBGE, 2010). De acordo com o censo demográfico, em 2010 a região era ocupada por 189.671 habitantes. Tefé é a cidade com maior contingente populacional, 61.453 habitantes, o que justifica sua centralidade em relação aos demais municípios, considerada como centro da sub-região B na rede urbana de Manaus (IBGE, 2008).

Entre os municípios que compõem o território da RESEX-AP, Fonte Boa é o terceiro maior município em termos de volume de população, apresentando 22.817 habitantes. Maraã é o quarto maior município, com o total de 17.528 habitantes, e Japurá apresenta a menor população entre os nove municípios que compõem a região, com 7.326 habitantes. Em área territorial, Japurá é, em relação a Fonte Boa e Maraã, o maior município, sendo pouco acessível aos moradores da RESEX-AP.

Nas últimas décadas os municípios dessa região vêm apresentando uma redução no ritmo de crescimento de suas populações, passando de 3,58% a.a. entre 1991 e 2000 para 0,56% a.a. no período de 2000 a 2010 (Tabela 7). Constata-se uma tendência geral na redução das taxas de crescimento nos municípios, sendo Juruá a única exceção, com taxas crescentes em todo o período e superando, no último período, a média de crescimento anual do estado do Amazonas em mais de duas vezes. Em 1991, o município de Fonte Boa apresentou crescimento superior à média nacional de 8,06% a.a., enquanto na Amazônia, no mesmo

período, esse crescimento foi 3,53% a.a. Em 2010, esse município reduziu em mais de 10% o seu ritmo de crescimento, apresentando crescimento negativo de 3,64% a.a.

Tabela 7: Taxa de crescimento anual da população (%) dos municípios da região do Médio Solimões no estado do Amazonas, 1980 a 2010:

Municípios	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Alvarães	-	4,07	1,49
Carauari	-0,41	2,17	0,96
Fonte Boa	1,80	8,06	-3,64
Japurá	16,05	-0,52	-3,34
Juruá	-2,87	3,00	5,08
Jutaí	4,34	5,08	-2,54
Maraã	1,56	4,16	0,26
Uarini	-	7,37	1,49
Tefé	5,25	1,99	-0,48
Médio Solimões	4,23	3,58	-0,56
Manaus	4,35	3,73	2,51
Amazonas	3,57	3,30	2,15

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000, 2010. Tabulações especiais do autor.

As discrepâncias observadas para o município de Japurá estão associadas à atividade ilegal de garimpo¹⁸. Durante a década de 1990, o município de Japurá recebeu um grande contingente de migrantes atraídos pela atividade e que, após a atividade ser contida, se dispersaram pela região (JAQUES, 2017).

Devemos considerar que tais variações no ritmo de crescimento também podem ter sido influenciadas pelo desmembramento de alguns municípios, como no caso de Tefé (foi desmembrado na década 1980 para criação dos municípios de Alvarães e Uarini), e pelo próprio contexto socioeconômico desses municípios. Tais tendências também apontam para distintos fluxos de ocupação decorrentes do processo histórico de exploração dessa região (o látex) e do contexto socioambiental que compõe a dinâmica populacional nos municípios do interior do estado do Amazonas.

18 Recentemente (janeiro de 2017) a equipe do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgou em sua página na Internet informações sobre os impactos das atividades de garimpo na região do Médio Solimões, especialmente na Terra Indígena do povo Katutkina, situada no município de Jutaí. Sabe-se que a existência de garimpos ilegais não é um problema recente na Amazônia, e que o território dos povos indígenas acabou se tornando uma área de especulação para o desenvolvimento dessas atividades (reportagem disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=9077>>. Acesso em: 21 ago. 2017).

Na Tabela 8, podemos observar a entrada e a saída da população migrante por meio do saldo migratório (SM), e o peso da migração no crescimento populacional¹⁹ dessa região para o período de 2000 a 2010. Convém ressaltar que os dados de migração se referem ao quesito data fixa²⁰ do censo demográfico.

Percebe-se que a migração exerce um papel importante no crescimento da população nessa região, chegando a 96,3% (Tabela 8). Entre os municípios de Fonte Boa, Japurá e Juruá, a migração exerce menor peso, enquanto em Maraã, Carauari e Japurá a migração tem tido um peso na redução das taxas de crescimento, corroborando o que foi observado nas taxas de crescimento anual para esses municípios.

Tabela 8: Saldo migratório, população residente, taxa de migração líquida e peso relativo da migração no crescimento demográfico (2000 e 2010):

Nível Geográfico	População		Saldo migratório 2000-2010	Peso da migração no crescimento populacional
	2000	2010	2000/2010	
			Abs.	%
Alvarães	12.150,0	14.088,0	-644,0	-33,2
Carauari	23.421,0	25.774,0	-2.235,0	-95,0
Fonte Boa	31.509,0	22.817,0	-64,0	0,7
Japurá	10.285,0	7.326,0	51,0	-1,7
Juruá	6.584,0	10.802,0	182,0	4,3
Jutaí	22.500,0	17.992,0	-1.875,0	41,6
Maraã	17.079,0	17.528,0	-1.081,0	-240,8
Tefé	64.457,0	61.453,0	-2.962,0	98,6
Uarini	10.254,0	11.891,0	377,0	23,0
Médio Solimões	198.239,0	189.671,0	-8.251,0	96,3
Amazonas	2.800.293,0	3.466.148,0	43.544,0	6,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Nota: dados elaborados a partir da última etapa do migrante. Tabulações especiais do autor.

¹⁹ Para chegarmos a esse resultado, realizamos uma adaptação metodológica cujo fim era a aproximação do cálculo do saldo migratório. Cruzou-se a variável relativa ao quesito de última etapa do censo de 2010 com aquela referente ao tempo de residência nos municípios, filtrada para o valor de até 10 anos (no sentido de cobrir o período intercensitário). Calculados os saldos migratórios dos municípios em questão (subtração dos valores de entradas e saídas dos municípios para as variáveis cruzadas), calculou-se seu peso relativo ao crescimento populacional l averiguado para o período 2000-2010 (subtração das populações municipais de 2010 pelas de 2000), chegando-se, então, nos valores percentuais do peso da migração sobre o crescimento populacional para o intervalo de tempo considerado.

²⁰ Nesse quesito, consideramos migrantes as pessoas que em uma data fixa de cinco anos antes do recenseamento residiam em outro município.

Considerando o índice eficácia migratória²¹ (IEM) para a região referente aos períodos de 1986-1991, 1995-2000, e 2005-2010 (Tabela 9), os índices, tanto positivo quanto negativo, se concentram entre os indicadores -0,13 e -0,29. Ou seja, são muito distantes dos extremos do indicador (-1 como área de evasão e +1 como área de retenção migratória), sugerindo que se trata de uma área com baixa perda migratória. Os municípios de Fonte Boa e Tefé apresentam IEM próximo ao de rotatividade migratória (entre 0,12 e -0,12) para o período de 2005-2010; os indicadores para esses municípios se reduziram gradualmente ao longo dos anos. Fonte Boa, nos períodos entre 1986-1991, foi uma área de forte perda migratória, apresentando IEM de -0,75. Ao longo dos anos, gradativamente, passou a ser uma área de rotatividade migratória (IEM de -0,03 em 1995-2000 e de -0,07 em 2005-2010), ou seja, com o extremo indicador situando-se próximo de zero (migrantes entram e saem).

No que se refere aos municípios que compõem a RESEX-AP (Tabela 9), Japurá, Maraã e Fonte Boa apresentam dinâmica com perda migratória. O município de Maraã foi considerado no censo de 1991 uma área de forte retenção migratória (IEM de 0,66) e nas décadas seguintes passou a ser uma área de perda migratória (IEM -0,30 a -0,50). Nesse mesmo intervalo, o município de Japurá se manteve como área de baixa perda migratória.

Tabela 9: Índice de Eficácia migratória (IEM) para a região do Médio Solimões:

Nível Geográfico	Índice de Eficácia Migratória		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Alvarães	0,44	0,27	-0,39
Carauari	-0,56	-0,50	-0,55
Fonte Boa	-0,75	-0,03	-0,07
Japurá	-0,13	-0,49	-0,15
Juruá	-0,69	-0,15	-0,15
Jutaí	-0,38	0,20	-0,55
Maraã	0,66	-0,43	-0,49
Tefé	-0,44	-0,18	-0,02
Uarini	0,03	-0,13	0,15
Região do Médio Solimões	-0,36	-0,18	-0,19

Fonte: IBGE – Censo Demográfico: 2000 e 2010. Tabulações especiais do autor.

Do ponto e vista da distribuição da população, o crescimento populacional observado tem correspondido ao processo de urbanização na região do Médio Solimões. Em 1980, 31,9% da população viviam em áreas urbanas (Tabela 10). Entre 1980-1991, a

²¹ Utilizamos o conceito de “rotatividade migratória” de Baeninger (2008) no que se refere às análises para os índices de eficácia migratória.

população passou de predominantemente rural para predominantemente urbana. Entre 1991 e 2000, houve uma quebra nesse crescimento, e a população rural da região quase triplicou, passando de 70.789 habitantes em 1991 para 96.924 habitantes em 2000, incremento justificado pela reclassificação de área em alguns municípios (Fonte Boa, Maraã, Jutaí e Tefé). Em 2010, 67% da população viviam em áreas consideradas urbanas.

Tabela 10: Grau de urbanização (%) dos municípios que compõem a região do Médio Solimões no estado do Amazonas: 1991, 2000 e 2010:

Municípios	1991	2000	2010
Alvarães	39,54	43,74	55,98
Carauari	59,58	72,05	76,60
Fonte Boa	35,10	35,20	66,24
Japurá	13,15	22,20	45,02
Juruá	33,22	46,35	52,64
Jutaí	61,03	36,18	58,65
Maraã	18,58	26,47	49,94
Uarini	24,14	37,27	57,14
Tefé	72,37	74,00	81,48
Médio Solimões	51,57	51,67	67,43
Manaus	99,51	99,36	99,49
Amazonas	71,45	74,94	79,08

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais do autor.

No que se refere à participação dos municípios no crescimento populacional da região, percebe-se que alguns municípios vêm passando por algumas modificações (Tabela 11). Municípios menos populosos, como Alvarães, Maraã, Juruá e Uarini, vêm crescendo sua participação desde 1991. O município de Tefé, o mais populoso da região, vem diminuindo gradativamente sua participação no crescimento populacional dessa região, o que pode estar relacionado ao contexto da migração nesse município, já que é uma área de rotatividade migratória, funcionando como uma etapa para os migrantes da região que desejam ir para o município de Manaus.

Tabela 11: Participação no crescimento da população (%) na região do Médio Solimões: 1991, 2000 e 2010:

Municípios	1991	2000	2010
Alvarães	5,81	6,13	7,43
Carauari	13,20	11,81	13,59
Fonte Boa	11,25	15,89	12,03
Japurá	7,37	5,19	3,86
Juruá	3,45	3,32	5,70
Jutaí	10,19	11,35	9,49
Maraã	8,10	8,62	9,24
Tefé	36,93	32,51	32,40
Uarini	3,70	5,17	6,27
Médio Solimões	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Tabulações especiais do autor.

Essas análises, associadas às variações nas taxas de crescimento, mostram que outros fatores estão influenciando a redistribuição espacial da população nessa região. Tais fatores estão relacionados à migração que vem exercendo um peso na dinâmica populacional. Essa influência ocorre se dá na evasão populacional, tendo em vista a diminuição no ritmo de crescimento da população, acompanhada pelo processo de redução nas taxas de fecundidade.

O município de Tefé exerce um papel importante na dinâmica migratória regional, por concentrar a maior oferta de serviços e oportunidades em relação aos demais municípios. As principais trocas migratórias observadas nessa região envolvem os municípios de, em ordem de intensidade, Manaus, Tefé e Fonte Boa.

Diante dessas observações para a região do Médio Solimões, consideramos que a região passa por um processo de redistribuição espacial da população caracterizada pela dinâmica migratória intrarregional (Tabela 12). Embora a dinâmica intrarregional apresente uma redução ao longo dos períodos observados, ainda se mantém superior às demais modalidades analisadas; nota-se que todas as modalidades, com exceção da interestadual fora Amazônia Legal, que vem crescendo ao longo dos anos, têm reduzido sua participação, o que denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais, que precisam ser avaliados com mais profundidade.

Tabela 12: Imigração para os municípios da região do Médio Solimões por suas localidades de origem (Médio Solimões, Amazonas, outros estados dentro e fora da Amazônia legal) – 1986-1991, 1995-2000, 2005-2010:

Período	Intrarregional - Médio Solimões	Intraestadual - Amazonas	Interestadual - dentro da Amazônia Legal	Interestadual - fora da Amazônia Legal	Total
	Imigração (%)				
1986-1991	49,5	42,6	7,6	0,3	2301
1995-2000	46,7	39,8	5,5	8,0	7867
2005-2010	44,5	39,5	3,8	12,1	7563
	Emigração (%)				
1986-1991	23,1	70,6	3,7	2,6	4927
1995-2000	32,5	57,3	3,3	6,9	11291
2005-2010	30,4	59,5	2,2	7,9	11065

Fonte: IBGE – Censo demográfico 1991, 2000, e 2010. Tabulações especiais do autor.

Diante do que se observa, a dinâmica populacional apresentou mudanças na composição da população nos municípios da região do Médio Solimões nos censos de 2000 e 2010. Essas mudanças, comparadas ao que se observou durante a fase de ocupação da Amazônia Legal, apresentam outras dinâmicas para o cenário regional da Amazônia, uma dinâmica de ocupação que se manteve distante dos grandes projetos para a construção das rodovias, mas que não escapou do processo de urbanização experimentado na Amazônia. Podemos imaginar essa região ainda com padrões semelhantes aos dendríticos, que no contexto geral da Amazônia foram substituídos pelos eixos rodoviários com a abertura das estradas durante a década 1970, mas que aparentemente ainda se mantêm no contexto da ocupação na região do Médio Solimões, cujo principal eixo de integração com os centros urbanos ainda são as hidrovias.

3.2. Características sociodemográficas dos moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná

A Reserva Extrativista Auati-Paraná (RESEX-AP), conforme mencionado anteriormente, é uma unidade de conservação de uso sustentável federal, localizada no estado do Amazonas. A RESEX abrange os municípios de Fonte Boa, Maraã e Japurá e possui uma área de 146.950,82 hectares. Foi criada em 2001, como resultado das ações da Associação Agroextrativista de Auati-Paraná (AAPA) e com o movimento dos seringueiros da região,

apoiados pela Igreja Católica (Prelazia de Tefé), Conselho Nacional do Seringueiro (CNS) e Movimento de Educação de Base (MEB).

O principal acesso à RESEX-AP ocorre pelo município de Fonte Boa, que dispõe de aeroporto comercial e porto fluvial. Atualmente, o aeroporto não oferece voos regulares, mas existe a possibilidade de contratar empresas de táxi-aéreo que atuam na região. O principal modo de acesso ao município ainda se dá por via fluvial.

O acesso por via fluvial ao município de Fonte Boa, partindo da cidade de Manaus, pode ser feito em embarcações regionais (barco recreio, oferecido em três dias da semana, com viagens de 72 horas de duração – 680 km) ou lancha expressa (cobrindo o trecho Manaus-Tefé quatro vezes por semana, com viagens de 12 horas de duração; o trecho Tefé-Fonte Boa, partindo no sábado e retornando no domingo, tem 4 horas de duração). O tempo de duração das viagens por via fluvial pode variar de acordo com o nível das águas do rio.

Para chegar às comunidades da RESEX-AP, o acesso se dá exclusivamente por via fluvial, e não há transporte regular para realizar o deslocamento. As possibilidades de acesso às comunidades ocorrem por meio de aluguel de embarcações de pequeno porte, como lanchas e barcos ou por meio de barco “rabeta”, com algum morador da reserva. O tempo de viagem até a primeira comunidade varia conforme o meio de transporte utilizado, podendo durar cerca de 12 horas por meio de barco a motor (15 hp), saindo da sede do município até a última comunidade, Miriti; em canoas, utilizando motores “rabeta”, a viagem dura cerca de 8 horas; em lancha a motor (40hp), 5 horas.

Na Figura 5 podemos observar a variedade de embarcações atracadas no porto da cidade de Fonte Boa. A fotografia foi tirada em um porto secundário, que serve para atracar as embarcações de localidades (comunidades) próximas a Fonte Boa. Podemos observar que ao fundo existe um porto maior, que é utilizado para o transporte fluvial regional e destinado aos barcos recreios e lanchas que fazem o deslocamento intermunicipal. Os portos secundários estão localizados em diferentes pontos da cidade e têm a finalidade de facilitar o acesso de moradores a pontos estratégicos da cidade, como a área de comércio, a área de frigoríficos pesqueiros e a área de estaleiros, situadas em diferentes pontos da cidade.

Figura 5: Embarcações no porto da cidade de Fonte Boa - AM, 2015:



Fonte: Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

No início deste capítulo, vimos que os municípios da região do Médio Solimões surgiram conforme os ciclos de desenvolvimento econômico, destacando-se o látex, e que as populações que habitam a região foram constituídas por migrantes oriundos dessas fases de ocupação e por povos indígenas que habitavam e habitam a região. Essas formas de ocupação contribuíram para a ocupação das áreas de várzea na região do Solimões, tanto as comunidades rurais (ALENCAR, 2009) como as comunidades situadas na RESEX-AP, que também remetem a esse contexto de ocupação mais geral.

De acordo com Alencar (2009), durante o ciclo produtivo do látex, a região recebeu um grande contingente de migrantes motivados pela implantação da indústria da borracha, que havia se expandido nas últimas décadas do século XIX e atraía migrantes de várias regiões do Brasil para a Amazônia, vários destes oriundos do Nordeste, principalmente dos estados do Maranhão e do Ceará, atraídos à região pelas notícias de fartura de recursos naturais e pela promessa de enriquecimento rápido. Passavam pela cidade de Manaus e logo

eram encaminhados às áreas de seringais localizadas no alto rio Purus, Juruá e Japurá, onde se concentravam os seringais mais produtivos da região.

A chegada dessa população na região influenciou na ocupação de vários territórios que já eram ocupados por povos indígenas e contribuiu para o povoamento da região (ALENCAR, 2009, 2010). As diferentes estratégias de ocupação ligadas ao uso dos recursos naturais corresponderam às diferentes mudanças na dinâmica demográfica dessa região.

Alencar (2010), tomando como referência o padrão de povoamento e a questão fundiária, divide essa fase de ocupação em dois períodos (Quadro 2):

Quadro 2: Características do padrão de povoamento e estruturas fundiárias, na RDS Amanã situada na região do Médio Solimões, que nos permitem entender as formas de povoamento da RESEX-AP no contexto regional:

Períodos observados	Características
Século XX, até os anos 1960	a) o predomínio de uma economia centrada na extração de produtos florestais, baseada em expedições de trabalhadores para realizar a extração dos produtos em áreas distantes das margens dos rios principais;
	b) a sujeição dos extratores a um patrão, relacionada ao sistema de financiamento conhecido como aviamento, que predominou no período da economia extrativa da borracha e persiste no século XXI;
	c) um comércio centrado na área rural constituído em torno do barracão dos patrões e na extração de produtos florestais;
	d) a ocupação das terras firmes para a realização atividades extrativistas, castanha, sorva e caça;
	e) a exploração da pesca do pirarucu e de bagres.
Final dos anos 1960 e início dos anos 1970	a) o surgimento das comunidades, um tipo de arranjo que tem como característica principal a formação de uma organização política que seguia o modelo proposto pelo MEB. As comunidades são formadas a partir da agregação de famílias que residiam de forma dispersa;
	b) o desenvolvimento de atividades produtivas centradas na agricultura e no manejo de recursos naturais, como a pesca;
	c) maior presença do Estado, com a criação de novos municípios e a implementação de algumas políticas de extensão rural;
	d) declínio do comércio rural e formação de um campesinato regional;
	e) migração para a área urbana.

Fonte: Adaptado de Alencar (2010:46).

No primeiro momento, a ocupação da região foi dispersa, e a mobilidade se baseava na sazonalidade do deslocamento dos trabalhadores extrativistas e das famílias que

residiam nas áreas das alocações. Essa sazonalidade, em grande medida, estava associada à disponibilidade dos recursos (castanha, sova, látex). Em um segundo momento, a ocupação correspondeu ao que estava ocorrendo na Amazônia nesse período, uma mudança nas formas de produção na região bastante associadas ao declínio da produção extrativista (principalmente o látex) (ALENCAR, 2010). Os “patrões” abandonaram as suas áreas e se deslocaram para o urbano, e as famílias permaneceram nas alocações, se apropriando das formas de produção e desenvolvendo suas atividades individualmente, até que houve a intervenção de uma ideologia religiosa que permitiu que as populações pudessem se organizar em comunidades (ALENCAR, 2010).

Os atuais moradores da RESEX-AP vivem na reserva desde a infância e chegaram a essas terras por intermédio de familiares que já habitavam o lugar, remanescentes da fase de ocupação supracitada. Todo o padrão de moradia, regras de convivência, formas e uso dos recursos são regidos por um acordo de convivência que obedece aos critérios legais previstos no plano de manejo da reserva (ICMBIO, 2011). Mas nem sempre as comunidades estiveram organizadas dessa forma, esse padrão é resultado de outros processos ocorridos na fase anterior à criação da reserva.

Os antigos padrões de ocupações da região foram organizados a partir do sistema de produção vigente (LIMA; ALENCAR, 2000). Os moradores construíam suas locações próximas às estradas de seringa. As antigas localidades não possuíam uma organização social “mais coletiva”, o que resultava na inexistência de políticas governamentais que priorizassem uma melhor qualidade de vida (PEIXOTO, 1991).

A comunidade São José do Inambé, a mais antiga da RESEX-AP, iniciou sua organização em 1920, quando o primeiro morador chegou à área para trabalhar como soldado da borracha na extração de látex. O senhor João Tavares veio do estado da Paraíba aos 18 anos de idade, conseguindo se estabelecer no comércio da borracha, e por muito tempo comandou o comércio dessa atividade na região do Médio Solimões. Junto com ele trabalharam mais 72 famílias (HIGUCHI et. al., 2008). Com a decadência do comércio da borracha, o senhor Tavares comprou todas as terras da região e iniciou um novo processo de economia baseado na coleta de castanha e na produção agrícola.

Estudos de Arantes (2007), Higuchi et. al. (2008) e Silva (2009) demonstram que as demais comunidades da RESEX-AP tiveram origem a partir do mesmo contexto histórico

relacionado com a economia da borracha na região, a partir das colocações²². A organização em agrupamentos comunitários só surgiu quando a Igreja Católica, através dos Movimentos Eclesiais de Base (MEB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)²³, começou a atuar na região, reagrupando em comunidades as diversas famílias que ocupavam as estradas dos antigos seringais.

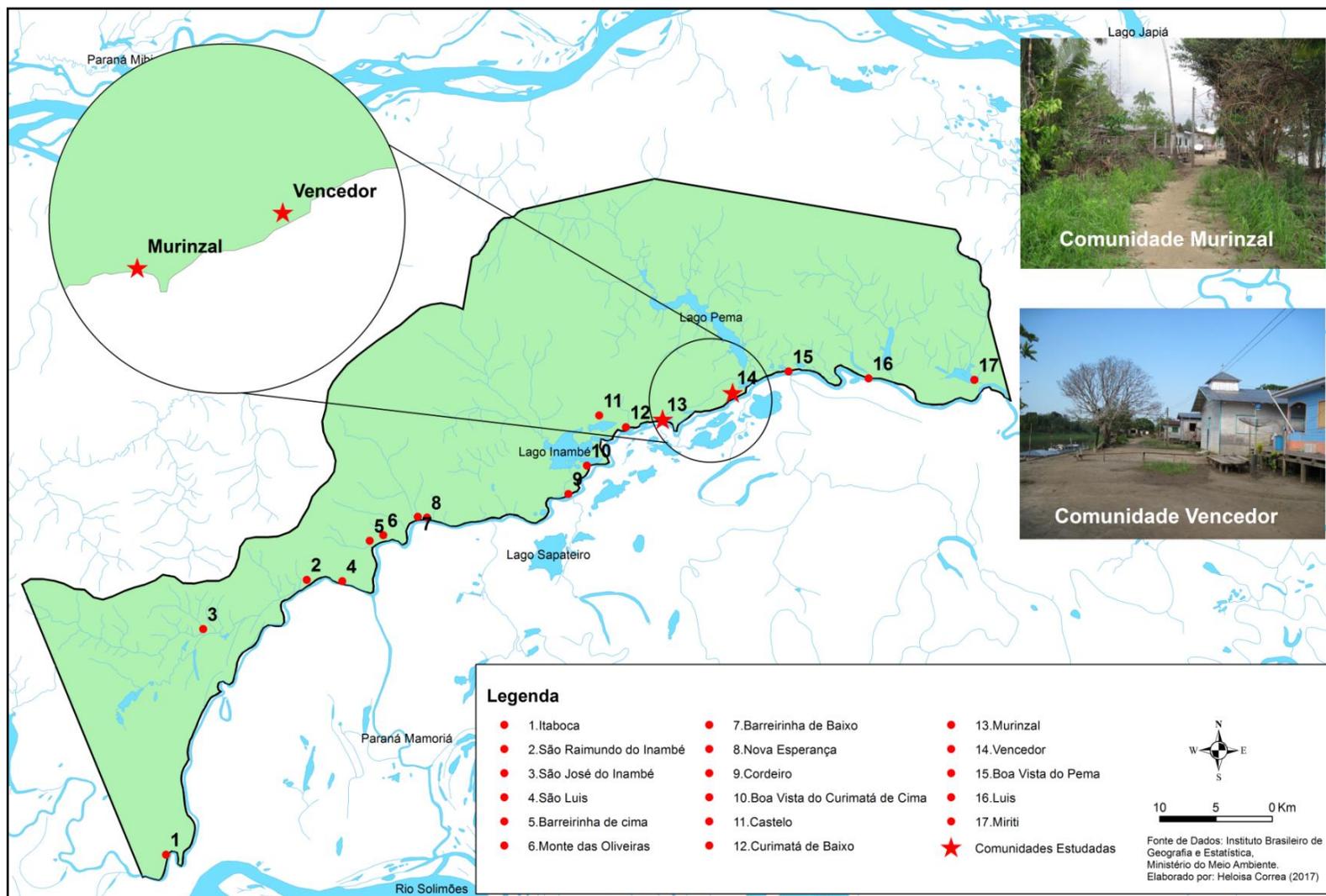
Os educadores do MEB e das Pastorais acreditavam que a formação das comunidades seria uma alternativa para combater uma série de problemas e conflitos enfrentados pelas populações que viviam na Amazônia (SILVA, 2009). Agregado a esse ideal social, utilizou-se o discurso da preservação ambiental, incentivando as populações a preservarem as regiões de lagos onde praticavam a pesca.

Em resposta a essa forma de organização, novas comunidades foram surgindo. O que antes eram apenas localidades hoje corresponde ao total de 17 comunidades (Figura 6). Cada comunidade possui seu núcleo organizacional baseado na forma de organização repassada pelos educadores do MEB, com lideranças e representantes locais que auxiliam na gestão da comunidade. A igreja é a referência da comunidade, seja a Católica ou evangélica, e funciona como área central onde estão localizados o campo de futebol, o barracão comunitário e o principal porto da comunidade. Algumas comunidades, em função do número famílias e de domicílios, ainda lembram as antigas colocações, mas agora sob um regime de produção pautado na coleta de castanha e na pesca e sem a figura do “patrão”.

²² “Colocações eram porções de terra que compreendiam as estradas de seringa, as casas do seringueiro e os equipamentos necessários à produção de borracha, podendo também incluir os roçados. Em uma colocação havia, em média, menos de uma dezena de casas” (REZENDE, 2010:23).

²³ As comunidades rurais da várzea, no estado do Amazonas, carregam em seu histórico de formação a participação da Igreja Católica, por meio dos programas de evangelização. Na região do Médio Solimões, as comunidades foram formadas nesse contexto de “organização religiosa”, e a atuação da igreja foi importante para o fortalecimento social das comunidades.

Figura 6: Localização das comunidades na RESEX-AP com destaque para as comunidades Vencedor e Murinzal.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Meio Ambiente. Elaboração própria.

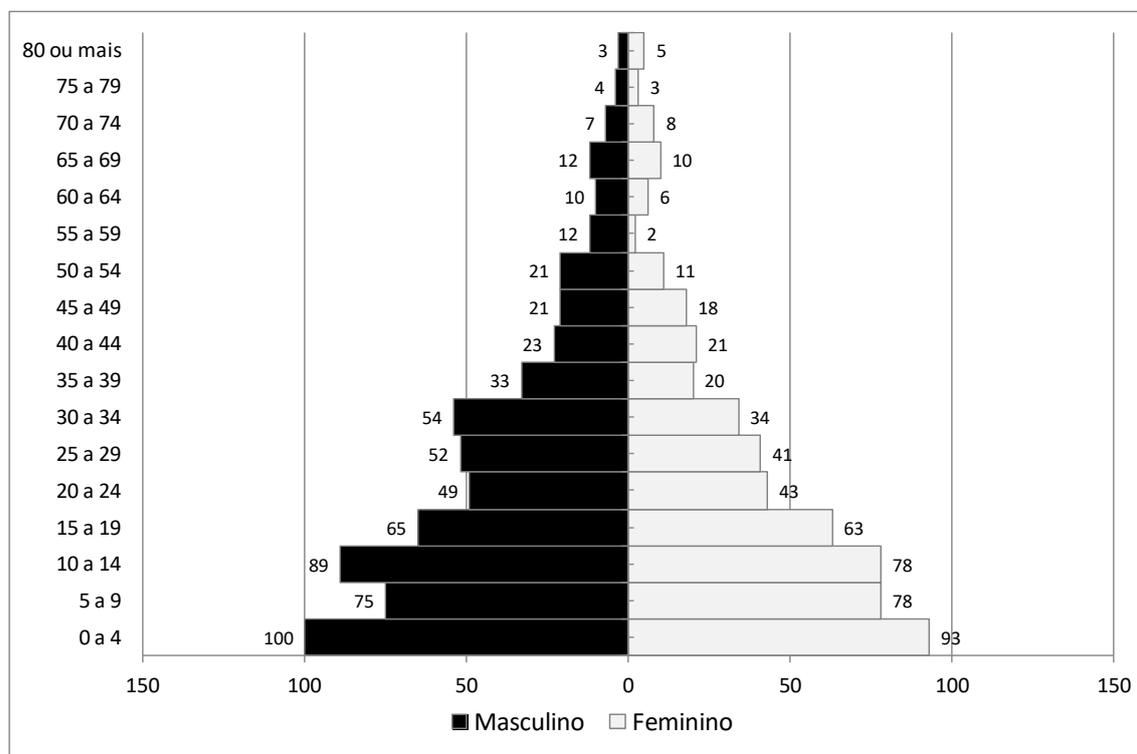
Com relação às características sociodemográficas dos moradores da RESEX-AP, utilizamos dados do censo demográfico referente à coleta de 2010, desagregado por setor censitário. As informações complementares, referentes às atividades específicas dos moradores da RESEX-AP, como as atividades econômicas e de produção, por exemplo, foram analisadas a partir dos dados cadastrais dos moradores da RESEX-AP, disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Os dados do censo demográfico observado nessa pesquisa apresentam algumas diferenças em termos de volume da população. De acordo com o censo, a RESEX-AP é composta por 1165 moradores. Os dados cadastrais do ICMBIO, referentes a 2009, apresentam uma população de 1375 moradores, uma diferença de 210 moradores. Embora os dados do ICMBIO ofereçam uma visão mais aproximada da realidade da população, esses dados não oferecem informações sobre a composição e a estrutura etária dos moradores da reserva. Além disso, os dados do censo demográfico não oferecem informações sobre a distribuição da população por comunidade nem as atividades produtivas e ocupacionais dos moradores.

Nesse sentido, apresentaremos primeiramente as características sociodemográficas da população, utilizando os dados do censo de 2010, como a composição da população e dos domicílios da reserva. E, para as informações específicas – quanto à distribuição da população nas comunidades e suas principais atividades econômicas e produtivas –, apresentaremos as informações referentes aos dados do ICMBIO de 2009, buscando conciliar as informações oficiais com aquilo que foi observado durante a pesquisa de campo realizada no presente estudo.

No gráfico da Figura 7, apresentamos a pirâmide etária dos moradores da RESEX-AP. Neste gráfico é possível observar que se trata de uma população pequena, ainda muito jovem. Na distribuição dos grupos, há muito mais homens do que mulheres, 45,83% compostos por mulheres e 54,16% compostos por homens, com idade média de 31 anos para as mulheres e de 37 anos para os homens.

Figura 7: Distribuição por sexo e grupos de idade dos moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná, censo demográfico 2010.



Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010 (dados do universo). Tabulações especiais do autor.

Ao observar a distribuição etária na Figura 7, notamos a significativa proporção de crianças de 0 a 4 anos de idade e também dos grupos de 10 a 19 anos. Se considerarmos os grupos com até 19 anos de idade como a parcela não economicamente ativa, teremos que cerca de 25,5% dos habitantes são dependentes em idade escolar. Tais aspectos retratam as características específicas desse grupo de habitantes, em que se destacam uma maior parcela de população mais jovem e um número reduzido de população idosa.

Observamos que nas idades entre 15 a 19 anos – idade considerada um período de transição entre a saída do sistema escolar e a entrada no mercado de trabalho – a maioria dos jovens ainda se encontra na escola. A taxa de distorção idade-série²⁴ para as escolas da RESEX-AP mostra que uma média de 48% dos alunos matriculados na educação básica, em 2015, estavam com distorção idade-série, valor considerado bastante

²⁴ A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a sua idade (INEP – Censo escolar). No Brasil, 13% dos alunos apresentam distorção idade-série; no Amazonas, 21% dos alunos (INEP, 2015).

elevado, de acordo os dados do censo escolar 2015. Em algumas comunidades, em virtude da precariedade das escolas e da qualidade do ensino, essa taxa chega a ser de 90% (Tabela 29 – ANEXO 1).

Os serviços educacionais oferecidos na RESEX-AP são precários, tanto do ponto de vista da qualidade do ensino quanto da estrutura das escolas. As comunidades menores são as que enfrentam maiores dificuldades, o que justifica as taxas elevadas de distorção idade-série.

Na comunidade Monte das Oliveiras, as aulas são ministradas na casa de um dos moradores; na Comunidade Nova Esperança não há escola, por se tratar de uma comunidade que não possui crianças em idade escolar e porque os jovens e adultos dessa comunidade frequentam a escola situada na comunidade Barreirinha de Baixo; a comunidade Luiz dispõe de escola, mas não há oferta de todas as séries, somente até o 4º ano, e os alunos precisam se deslocar até a comunidade Boca do Pema para frequentar as outras séries; na comunidade São José do Inambé, as crianças mais adiantadas precisam permanecer nas séries que já concluíram para poder se manter na escola, pois o número de alunos não atinge a meta para formar turma, e o quadro de professores também não corresponde à demanda de alunos.

Nas comunidades em que não é oferecido o Ensino Médio, os alunos precisam ir a comunidades próximas para poder cursar essa modalidade. As comunidades que dispõem de escolas com Ensino Médio são as de Vencedor, Murinzal, Curimatá de Baixo, Cordeiro, Barreirinha de Baixo e São José do Inambé. Os moradores da comunidade Itaboca (a mais distante) e da comunidade São Luis cursam o Ensino Médio na escola da comunidade de Porto Braga, localizada na área do entorno da reserva, pois estão muito distantes das comunidades que dispõem de turmas de Ensino Médio.

Embora o tempo de viagem entre uma comunidade e outra não seja tão longo, variando de 10 a 30 minutos entre comunidades próximas, não existe um sistema de transporte escolar, e para os que estão cursando o Ensino Médio a locomoção até a escola se torna ainda mais difícil, pois as aulas ocorrem à noite. Muitos pais não permitem que os filhos estudem por considerarem um perigo se deslocar no rio durante a noite. Nesse sentido, é muito mais cômodo para alguns pais que os filhos sejam enviados para a casa de parentes que moram na cidade para frequentar a escola. Existem, ainda, famílias que deixaram a comunidade para morar na cidade, a fim de que os filhos pudessem ter melhores condições de acesso à educação.

Além dos fatores supracitados, que influenciam não somente no acesso à escola, mas também na qualidade do ensino, não podemos esquecer que se trata de uma região onde a maioria das escolas está situada em áreas de várzea, e que a disponibilidade das aulas e o acesso dos alunos às escolas dependem de fatores ambientais. Na cheia de 2015, os alunos das comunidades do Vencedor, Murinzal, Luiz, Pema, situadas na várzea, permanecerem três meses sem aulas, pois as escolas estavam alagadas.

A figura 8 apresenta a fotografia de uma escola localizada na comunidade Luiz, representa a estrutura física de uma das escolas da RESEX-AP. Note na figura as marcas na parede destacando a intensidade da cheia do rio.

Figura 8: Marcas da cheia do rio na escola da comunidade Luiz, na Reserva Extrativista Auati-Paraná:



Fonte: Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015. Nota. Podemos observar na imagem a marca deixada pelas águas decorrente da cheia de 2015.

As comunidades da RESEX-AP apresentam um modo de vida ainda muito precário, bem distante do necessário, e a falta de atenção pública não ocorre apenas no nível educacional, a população necessita de assistência em relação a outros serviços. A precariedade desses serviços está associada a um conjunto de fatores que envolve questões

administrativas, políticas e relativas à falta de incentivos a locação de professores nessas áreas e de acesso a esses lugares. Esse quadro poderia ser revertido mediante planejamento para educação em áreas de várzea, levando em conta desde a construção de escolas compatíveis com a efemeridade do ambiente até garantias para locação de professores; as escolas poderiam ser organizadas em polos de educação, concentrando o ensino em uma comunidade específica, permitindo o acesso de alunos de comunidades inseridas nesse polo e disponibilizando meios para o deslocamento dos alunos para essas escolas.

São locais em que as condições sanitárias e de higiene também são inadequadas. Os moradores não dispõem de um meio adequado para captar água, estão sujeitos ao risco de contrair doenças de veiculação hídrica (ICMBIO, 2011). Por exemplo, casos de febre tifoide (Vencedor e Murinzal) e hepatite (São Luiz) ocasionadas pela falta de melhor meio para captar a água. Essa situação é um agravante para a qualidade de vida dos moradores e remete a serviços de saúde e de saneamento inadequados à realidade desses moradores.

Algumas iniciativas têm sido tomadas para dar assistência a essas famílias. Atualmente há um posto de saúde na comunidade Vencedor. O posto conta com o suporte de enfermeiros e Agente Comunitário de Saúde (ACS).

Na figura 9, podemos observar a imagem do prédio onde funciona o posto de saúde da comunidade do Vencedor. Observe que se trata de um Unidade Básica de Saúde (UBS). Esse tipo de unidade de tratamento de saúde foi criado por equipes de Atenção Básica (equipes de saúde da família – eSF – e outras modalidades de equipes de atenção básica), pelos Núcleos de Apoio as equipes de Saúde da Família (NASF) e pelas equipes dos Consultórios na Rua (MINISTÉRIO DA SAÚDE, S/D). As UBSs utilizam tecnologia de cuidado complexa e de baixa densidade (ou seja, mais conhecimento e pouco equipamento); devem auxiliar no manejo das demandas e necessidades de saúde de maior frequência e relevância em seu território (MINISTÉRIO DA SAÚDE, S/D).

Na comunidade do Vencedor, o atendimento disponível na UBS oferece apenas serviços de primeiros socorros e tratamento de ferimentos de baixo risco. A ausência de energia elétrica não permite que a vacinação seja realizada na comunidade, apenas em períodos de campanhas de vacinação. Em casos graves, os pacientes são encaminhados ao pronto socorro situado no município de Fonte Boa, uma viagem de 4 horas em uma lancha com motor de 40hp de potência. As demais comunidades mais afastadas do posto de saúde preferem ir direto para Fonte Boa, pois o tempo de viagem acaba sendo o mesmo.

Figura 9: Posto de Saúde na comunidade do Vencedor, situada na Reserva Extrativista Auati-Paraná, em 2015:



Fonte: Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

O padrão de distribuição dos domicílios é o mesmo observado nas demais regiões de rio da Amazônia. Os domicílios estão instalados ao longo das margens do rio. Essa forma de organização ocorre em virtude dessas populações estabelecerem uma relação muito próxima com o rio. Em frente às casas existe um porto utilizado para atracar as embarcações e para a realização de diversas atividades, desde as domésticas, como lavar roupas e louças, bem como as de higiene pessoal.

Observa na Figura 10 a disposição das casas na comunidade do Cordeiro. As casas estão situadas com a frente para o rio e distribuídas uma ao lado da outra, com um porto na frente das casas que também pode ser usado por famílias. Esse padrão é observado na maioria das comunidades da RESEX-AP, com exceção das comunidades Miriti e Monte das Oliveiras, conforme pode ser observado na Figura 11, em que é possível ver que nessas duas comunidades os domicílios são formados por duas filas de casas de frente uma para outra, e o porto é de uso coletivo, existindo mais de um em frente à comunidade.

Figura 10: Disposição dos domicílios situados na Reserva Extrativista Auati-Paraná, em 2015.



Fonte: Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Figura 11: Disposição das casas na comunidade Miriti - Reserva Extrativista Auati-Paraná, em 2015:



Fonte: Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

De acordo com Moura et. al. (2016), o padrão de distribuição dos domicílios reproduz a importância da estrutura de parentesco que orienta a organização das

comunidades e ainda pode marcar a antiguidade de uma família dentro do grupo social, podendo sua casa ficar por isso mais ou menos próxima da escola, dos templos religiosos, do centro comunitário ou do campo de futebol. Essa forma de distribuição descrita por Moura et. al. (2016) corrobora com a forma de organização dos domicílios observada na RESEX-AP. Próximo às moradias de famílias mais antigas, estão instaladas a casa dos filhos, e as famílias cuja descendência remete à chegada dos primeiros moradores são as mais próximas dos locais de destaque na comunidade.

A título de exemplo, podemos citar o caso do senhor C., na comunidade do Vencedor, e a casa do senhor V., na comunidade Murinzal. Tanto no caso do C. quanto do V., os filhos moram ao redor de suas casas. Além disso, ambos os senhores pertencem a famílias antigas dessas comunidades, e a localização de suas casas está de acordo com o que foi observado por Moura et. al. (2016) quanto à disposição dos domicílios em relação aos locais centrais na comunidade.

As relações sociais e a forma de organização dos moradores nessas áreas ocorrem dentro de um contexto em que a oferta de recursos disponíveis para a subsistência das famílias é fundamental. Outro fator importante que auxilia na subsistência se dá na relação entre os diferentes domicílios da comunidade através de relações familiares, em que parentes pertencentes a uma mesma comunidade se auxiliam e se apoiam economicamente. Esse auxílio ocorre pelo compartilhamento de recursos. Um membro da família realiza uma pescaria e compartilha seus resultados entre os parentes que vivem na comunidade, sendo comum, inclusive, realizarem as refeições juntos.

Na Amazônia, em regiões rurais organizadas em pequenas comunidades, é muito comum a ocorrência de domicílios compostos por famílias extensas, uma vez que os membros estão unidos por fortes laços de parentesco e por relações sociais fundadas no princípio da solidariedade e da reciprocidade (MOURA et. al., 2016). No caso da RESEX-AP, observa-se que vem ocorrendo uma mudança nesse aspecto e o número de famílias do tipo nuclear tem aumentado.

Na Tabela 13, são apresentadas as diversas formas de composição dos agrupamentos domésticos. Os dados apontam para a predominância da composição de tipo nuclear (68,8%), ou seja, grupo doméstico composto por um casal com filhos. Em seguida, aparece a composição de tipo extensa (25,2%), que agrega pais, filhos casados e netos.

Tabela 13: Tipos de unidades domésticas na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2010.

Tipo de unidade doméstica	Total	%
Nuclear	139	68,8
Estendida	51	25,2
Unipessoal	10	4,9
Composta	02	0,9
Total	202	100

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010, dados do universo. Tabulações especiais do autor.

A maior parte dos domicílios situados na RESEX-AP é composta por pais, filhos e netos que ocupam o mesmo espaço, gerando domicílios com um grande número de membros, variando de 1 a 14 (ICMBIO, 2011). Os filhos, quando casam, permanecem na casa dos pais até terem condições de construir suas próprias moradias. Em alguns casos, os filhos assumem o papel de responsável do domicílio. Em um caso observado na comunidade do Vencedor, o filho permaneceu no domicílio dos pais com esposa e filhos, e os pais migraram para a cidade de Fonte Boa, sendo o filho, atualmente, considerado o morador permanente do domicílio.

Em relação à composição domiciliar, a Tabela 14 mostra que boa parte dos domicílios é ocupada por cinco residentes, mas existem casos de domicílios com mais de onze pessoas e de domicílios em que há apenas um morador. Os domicílios com apenas um residente normalmente são ocupados por pessoas do sexo masculino, com idade acima de 60 anos, dos quais boa parte dos familiares já reside em outras localidades, seja em localidade urbana ou em outra localidade rural.

Tabela 14: Número de residentes por domicílio na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2010:

Número de residentes	Domicílios
Um	10
Dois	18
Três	15
Quatro	22
Cinco	38
Seis	23
Sete	20
Oito	27
Nove	12
Dez	08
Onze ou mais	09
Total	202

Fonte: IBGE – censo demográfico 2010, dados do universo. Tabulações especiais do autor.

Na Tabela 15, apresentamos a posição dos residentes no domicílio (relação entre os residentes) por sexo. Ela nos mostra a predominância de responsáveis do sexo masculino e um número significativo de domicílios chefiados por mulheres. Podemos inferir que essas mulheres responsáveis pelo domicílio são separadas, viúvas ou vivem sozinhas com os filhos.

Tabela 15: Posição no domicílio por sexo do residente, 2010:

Posição no domicílio	Responsável	Sexo		Total	Total %
		Feminino	Masculino		
	Responsável	57	145	202	17,34
	Cônjuge	118	49	167	14,33
	Filhos do responsável e do cônjuge	272	326	598	51,33
	Filhos somente do responsável	14	26	40	3,43
	Pai/mãe	10	03	13	1,12
	Netos	37	43	80	6,87
	Irmãos	07	14	21	1,80
	Outro parente	06	14	20	1,72
	Não parente	13	11	24	2,06
Total		534	631	1165	100,00

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010, dados do universo. Tabulações especiais do autor.

A Tabela 16 mostra a maior proporção dos responsáveis pelos domicílios concentrada nos grupos de idade entre 25-34 anos (26%). Em seguida, destacam-se os grupos com idade entre 35-44 anos (24%). Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, os casais apresentam idade média de 16 anos para as mulheres e 21 anos para os homens, e logo iniciam a procriação, sendo, no entanto, bastante frequentes os casos em que os filhos nascem antes da união conjugal ou em situações extraconjugais (MOURA et. al., 2016). Embora se perceba que os jovens, nas comunidades estudadas, ingressem em um relacionamento cedo, o caso da RESEX-AP nos leva a outro entendimento, e estudos mais aprofundados se fazem necessários para compreender o comportamento desses moradores.

Tabela 16: Distribuição dos responsáveis pelos domicílios segundo o grupo de idade – Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2010:

Grupos de idade	Nº de domicílios	%
Até 24 anos	20	9,9
De 25 - 34 anos	53	26,2
De 35 - 44 anos	50	24,8
De 45 - 54 anos	38	18,8
Acima de 55 anos	41	20,3
Total	202	100,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, dados do Universo. Tabulações especiais do autor.

No que se refere à renda mensal observada, em 47% dos domicílios não se observa uma renda salarial mensal (Tabela 17). No entanto, o fato de não receberem rendimento mensal não significa que não apresentem renda. Essa situação é justificada por as atividades econômicas na RESEX-AP estarem concentradas na agricultura e na pesca, e por estas serem atividades sem garantia de renda mensal em virtude de sua sazonalidade. A pesca, por exemplo, é uma das atividades que mais geram renda para as famílias, e a comercialização do pescado ocorre em conformidade com as atividades de manejo pesqueiro da reserva. Pode-se dizer que a renda mensal muito provavelmente se refere a uma estimativa de salários, já que as pessoas com renda salarial estão ocupando cargos públicos, como professor, Agente Comunitário de Saúde (ACS), servente nas escolas, secretário ou técnico de enfermagem, e que esses empregos não estão disponíveis para todos os membros de domicílios da reserva.

Tabela 17: Distribuição da população residente da RESEX AUTI-PARANÁ por classes de rendimento mensal total, 2010:

Rendimento mensal por classes	Nº de pessoas	%
Até ½ salário mínimo	138	11,8
Mais de ½ a 1 salário mínimo	95	8,2
Mais de 1 a 2 salários mínimos	31	2,7
Mais de 2 a 3 salários mínimos	03	0,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	01	0,1
Não tem rendimentos mensais	551	47,3
Pessoas idade <=10 anos	346	29,7
Total	1165	100,0

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010, dados do universo. Tabulações especiais do autor.

A respeito da ocupação dos moradores da RESEX-AP, os dados do ICMBIO (2009) mostram que a maioria das ocupações se concentra em cargos públicos (46%). Esse tipo de ocupação parece ser o agrupamento das ocupações listadas como agente de saúde, professor, serviços gerais e monitor escolar; a oferta de empregos públicos disponível na RESEX-AP não contempla outra forma de ocupação associada a esse grupo de trabalhadores, e nesse sentido, mesmo que apareçam agrupados, os cargos públicos se referem aos cargos supracitados. Esses empregos são disponibilizados pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Saúde, ligadas aos municípios de Fonte Boa e Japurá, que possibilitam aos moradores desenvolverem atividades na própria comunidade, seja no preparo do lanche das crianças, como auxiliares, no cuidado da escola ou no auxílio em caso de doenças. As atividades temporárias são entendidas como aquelas de prestação de serviços na própria comunidade, como roçador, serrador, carpinteiro e pedreiro (ICMBIO, 2011).

Tabela 18: Tipos de ocupação na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2009:

Ocupação	Nº	%
Trabalho Temporário ²⁵	77	29,7
Agente de Saúde	14	5,4
Professor	05	1,9
Serviço geral	24	9,3
Vereador	01	0,4
Monitor Escolar	04	1,5
Funcionário Público	120	46,3
Não informado	14	5,4
Total	259	100,0

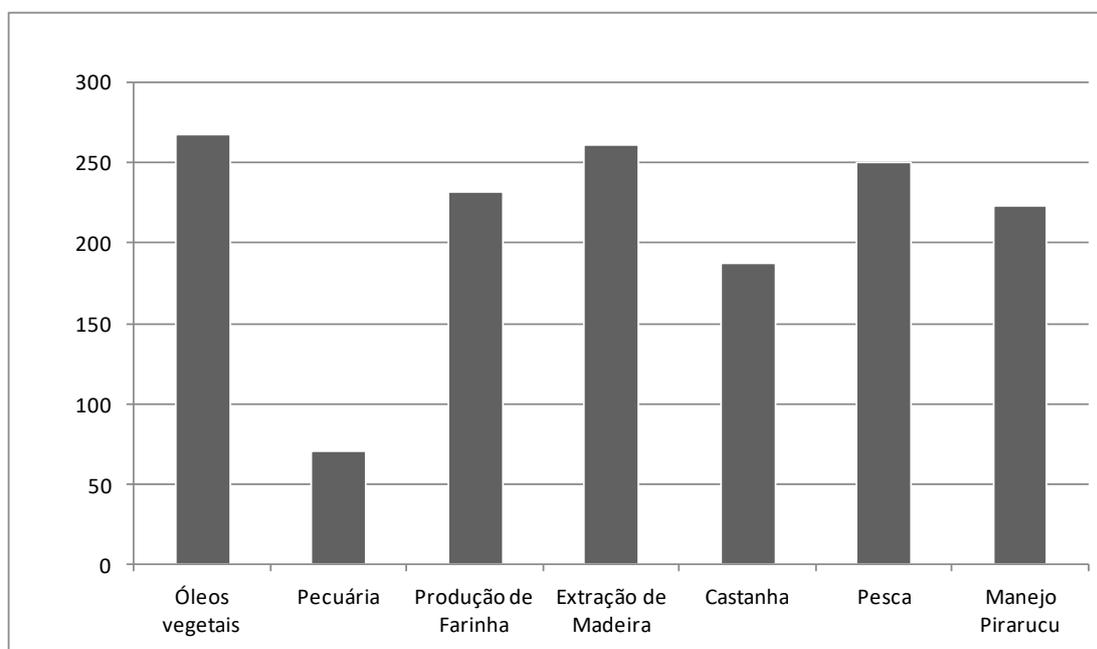
Fonte: ICMBIO – Cadastro dos moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná (2009). Tabulações especiais do autor. Nota: Os tipos de ocupação foram agrupados conforme as opções disponíveis no banco de dados do ICMBIO.

Quanto às atividades econômicas, predominam a pesca, a coleta de castanha e a produção de farinha (Figura 12). Atualmente, destacam-se as atividades de pesca, em virtude do programa de manejo pesqueiro das espécies pirarucu (*Arapaima gigas*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*). A implantação desse programa mudou a relação das comunidades com as áreas de pesca, pois incentivou ainda mais a preservação dos lagos e

²⁵ Trabalho temporário se refere às atividades desenvolvidas por alguns moradores da RESEX-AP nas áreas de marcenaria, alvenaria e serviços de conserto, além de diárias de trabalho para moradores que, em períodos de grande safra, necessitam de trabalhadores para realizar as atividades.

isso tem contribuído para o aumento do estoque pesqueiro na reserva e para o aparecimento de espécies que não eram mais vistas na reserva, como o peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e algumas espécies de quelônios.

Figura 12: Atividades econômicas desenvolvidas na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2009:



Fonte: ICMBIO – Cadastro dos moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná (2009). Tabulações especiais do autor.

Até o final da década de 1990, os moradores da RESEX-AP tinham uma relação muito próxima com os regatões²⁶. Eles alegam que depois da criação da reserva essa forma de comércio tem desaparecido das comunidades (ICMBIO, 2011). Os barcos regatões, considerados uma forma de comércio desleal pelo alto valor das mercadorias vendidas em comparação ao comércio na cidade (MCGRATH, 1999), se apresentavam como uma facilidade para algumas comunidades que viam nessas embarcações a possibilidade obter mantimentos sem a necessidade de deslocamento até a cidade. Com a redução dessa forma de comércio, os moradores passaram a ir com mais frequência à cidade, seja para comprar mantimentos (como sal, produto bastante consumido em virtude da ausência de energia elétrica, portanto fundamental na conservação de carnes e peixe) ou pra vender a produção agrícola.

²⁶ “O regatão é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas” (MCGRATH, 1999:57).

A ausência do regatão gerou outras necessidades, e as famílias acabaram tendo dificuldade em escoar os seus produtos, sendo necessário se deslocarem para os centros urbanos próximos. Os municípios de Maraã e Fonte Boa são os principais destinos dos moradores para a venda de produtos. Costuma-se fazer um mutirão para venda, em que os moradores juntam a sua produção e saem para comercializar na cidade.

As dificuldades para o escoamento da produção entre as populações ribeirinhas é uma realidade na Amazônia (MCGRATH, 1999). Essas dificuldades estariam relacionadas às longas distâncias entre as comunidades e a sede das cidades (PARRY, 2010). Tais condições, associadas à sazonalidade dos rios, tornam-se um empecilho ao comércio da produção agrícola. Algumas comunidades produzem e comercializam produtos, como farinha, goma de mandioca, legumes e frutas, na própria RESEX-AP. Quem dispõe de melhores embarcações vende os produtos nos municípios de Fonte Boa e Maraã.

Na comunidade do Vencedor, os moradores fazem mutirão para a venda de melancia. Vários moradores se reúnem e dividem os gastos com gasolina e mantimentos para vender a produção no município de Maraã. Essa forma de organização também foi observada nas comunidades Murinzal e Curimatá de Baixo.

As formas de organização dos moradores da RESEX-AP estão bastante associadas ao ambiente em que se localizam (Várzea e Terra firme), e 53% das comunidades estão situadas em áreas de várzea. A dinâmica da população que vive nas áreas de várzea apresenta uma característica típica desse tipo de ambiente, diferente das populações que residem na área de terra firme. Em ambientes de várzea, as famílias estão sempre prontas para a possibilidade de mudança, desmontando casas, abandonando comunidades e recomeçando sua vida em novas localidades (LIMA; ALENCAR, 2000). Tais mudanças estão associadas à “efemeridade das margens dos cursos de água, assim como das áreas agrícolas e agroflorestais, e em função de incertezas fundiárias e de oportunidades para trabalho e mercados” (PINEDO-VASQUEZ et. al., 2008:44).

Durante o período de enchente dos rios, muitas famílias migram para as cidades (Fonte Boa e Maraã são as alternativas mais viáveis em termos de deslocamento) ou para as comunidades situadas em terra firme por um curto período de tempo. O período da cheia é considerado a pior época para se viver na reserva, pois a população sofre nesse período ameaças de animais silvestres, cuja oferta de alimentos se torna reduzida e por isso recorrem aos núcleos humanos em busca de alimentação fácil (como resto de comida e até

mesmo animais domésticos) ou ainda em busca de um local seguro, longe de outros predadores.

As características da população que vive no interior da RESEX-AP nos levam à compreensão de que essas populações apresentam uma forma de organização e relações sociais bastante peculiares. As formas de organização dos domicílios, tipos de produção e atividades desenvolvidas respondem à dinâmica ambiental, influenciada pela sazonalidade dos rios, e implica diretamente na mobilidade e na distribuição da população pela reserva. Em resposta a essa dinâmica, as relações sociais se consolidam através da ajuda mútua, facilitada pela vida em comunidade.

3.3. A pesquisa de Campo e seus resultados

A RESEX-AP, por se tratar de UC de gestão Federal, apresenta condições especiais de acesso, não sendo permitida a entrada de pessoas de fora da comunidade sem que haja uma autorização prévia acompanhada de justificativa. Para realizarmos o estudo nessa área, foi necessária uma autorização oficial do ICMBIO.

Nesse sentido, para que fosse possível desenvolver os estudos na RESEX-AP, foi preciso submeter um projeto de pesquisa ao Sistema de Autorização e Informação em biodiversidade (SISBIO²⁷) (documento em anexo).

A partir da autorização de acesso à reserva, fez-se necessária uma reunião envolvendo as lideranças comunitárias e a Associação Agroextrativista de Auati-Paraná (AAPA), para que fossem esclarecidos os objetivos básicos da pesquisa e o tempo de permanência na comunidade. A reunião foi realizada na sede do município de Fonte Boa, no prédio da AAPA, e contou com a presença de sete representantes das comunidades, em um total de dez pessoas.

Durante a reunião, foram repassadas informações sobre cada comunidade e informados os nomes dos representantes e das pessoas que deveriam ser procuradas em cada comunidade, como o presidente da comunidade e o agente de saúde, além dos

²⁷ “O Sisbio é um sistema de atendimento à distância que permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisa em unidades de conservação federais e cavernas. O sistema permite ao ICMBio realizar a gestão da informação resultante das pesquisas realizadas, visando a conservação da biodiversidade por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Instituto sobre ocorrência e distribuição de espécies. A integração dos dados gerados pelos pesquisadores será relacionada a uma base cartográfica digital de qualidade, provendo, assim, mecanismos de difusão de informação sobre a biodiversidade nacional para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores” (SISBIO. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/sisbio/saiba-mais.html>>. Acesso em: 22 ago. 2017).

moradores antigos que poderiam auxiliar nas entrevistas. As reuniões nas comunidades ocorreram por intermédio dessas pessoas e de acordo com a disponibilidade dos moradores. Essa primeira etapa foi realizada a partir das indicações oferecidas na reunião realizada em Fonte Boa, seguindo as orientações dos moradores da RESEX-AP que estavam presentes.

A pesquisa de campo ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2015 e foram visitadas todas as 17 comunidades incluídas na área de influência da RESEX-AP. A coleta de dados foi desenvolvida em duas etapas: a primeira etapa consistiu em realizar entrevistas em todas as 17 comunidades; na segunda, as entrevistas ocorreram nas comunidades do Vencedor e Murinzal, e as entrevistas foram direcionadas à Unidade Doméstica (UD).

As reuniões comunitárias foram o ponto de partida para a segunda etapa da coleta de dados. Diante das informações observadas nessa primeira etapa da pesquisa, foi elaborado um perfil para cada comunidade. Esse perfil foi estabelecido seguindo alguns critérios, tais como: o período de existência da comunidade, as mudanças nas formas de uso do ambiente, a dinâmica populacional (entre a RESEX e a Cidade) e o número de habitantes. A partir desses critérios foram selecionadas duas comunidades nas quais seria realizada a segunda etapa da pesquisa.

O objetivo das reuniões coletivas realizadas em cada comunidade foi entender, a partir de uma percepção mais geral dos moradores, quais mudanças ocorreram nas áreas de uso da comunidade, entender a mobilidade dos moradores no que se refere à criação da reserva e à dinâmica local e ainda identificar se a criação da RESEX influenciou na saída de moradores daquela comunidade.

Para as reuniões coletivas foram utilizados como fonte de coleta de dados registros audiovisuais (gravações e registros fotográficos), questionários contendo 19 questões e mapas de localização da reserva. As reuniões tiveram duração de 1h40 minutos, aproximadamente. O número de participantes foi em média de seis moradores por comunidade. Durante as reuniões, tomavam a palavra as lideranças, representantes da associação e membros do conselho gestor da reserva. Embora não houvesse uma participação com falas de todos os moradores presentes na reunião, havia um grupo que participava como ouvinte.

Os mapas foram utilizados como um meio para os comunitários visualizarem todo o ambiente em torno da comunidade e os municípios de abrangência da RESEX. Pretendia-se, a partir dos mapas, identificar possíveis mudanças nas áreas de uso da

comunidade depois da criação da reserva, identificar as relações estabelecidas com outras comunidades e perceber qual a dinâmica da comunidade com as cidades mais próximas.

O mapa foi crucial para o bom andamento da reunião, pois os moradores se sentiram mais à vontade e conseguiam perceber seu ambiente através do conhecimento dos rios e lagos. A partir dessa ferramenta, introduzimos o questionário de maneira discreta, de modo que as perguntas foram registradas e anotadas em forma de diálogo, muitas vezes fugindo um pouco do roteiro estabelecido, o que enriqueceu as anotações de campo.

Na segunda etapa da coleta de dados, foram selecionadas as comunidades do Vencedor e Murinzal como comunidades focais. Nessas duas comunidades foram entrevistados membros das UD cujo morador estava presente durante a pesquisa. Utilizou-se um questionário contendo 60 perguntas abertas e fechadas, direcionadas ao “dono” e à “dona” da UD e à obtenção de dados a respeito das características da UD. Foram realizadas 54 entrevistas, sendo 30 na comunidade do Vencedor e 24 na Comunidade Murinzal.

O tempo de execução dessa fase da pesquisa foi mais longo, e todas as entrevistas foram previamente agendadas, conforme a disponibilidade dos moradores. Para essas entrevistas, entregamos um documento com as informações da pesquisa e os dados do coordenador de campo. As pessoas eram convidadas a responder o questionário, e somente a partir do consentimento as entrevistas eram realizadas.

Encerradas as atividades em campo, partimos para a sistematização dos dados. As informações coletadas na primeira etapa da pesquisa, referentes às reuniões com os grupos focais, foram transcritas e avaliadas individualmente. Os questionários coletivos foram sistematizados e armazenados em um banco de dados gerado a partir da plataforma de Sistema SysNEPO²⁸.

O Sistema SysNEPO foi desenvolvido para viabilizar a aplicação de questionários em campo, em duas versões: Online e Off-line (NEPO, 2015). O acesso à versão Online se dá através de qualquer Web Browser (Chrome, Internet Explorer, Mozilla Firefox), e todas as informações coletadas são sincronizadas e armazenadas diretamente no servidor do NEPO. A versão Off-line também utiliza qualquer Web Browser. Os dados ficam armazenados no equipamento e devem ser sincronizados com o servidor quando a conexão com a internet for estabelecida (NEPO, 2015).

O questionário individual da pesquisa foi submetido a um sistema de dados digital, criando um questionário eletrônico permitindo que as questões fossem

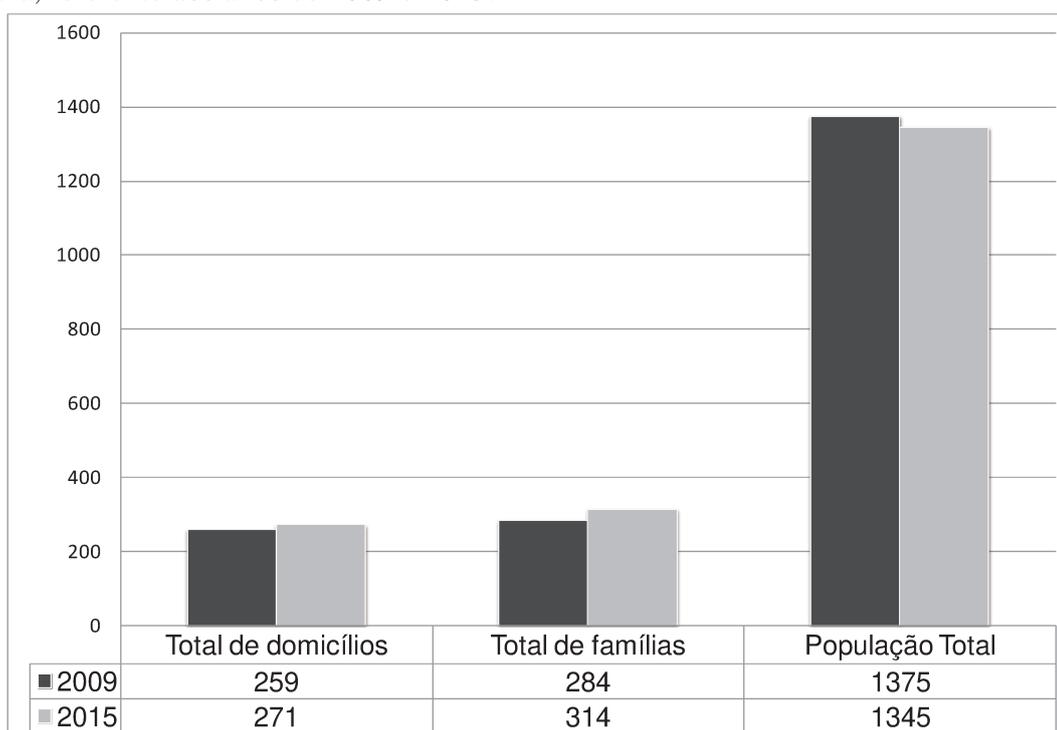
²⁸ Aplicação foi desenvolvida por Rogério Fabbri Broggian Ozelo – Administrador de RedesNEPO/UNICAMP.

armazenadas em um Tablet. Durante a pesquisa de campo, não foi possível utilizar os questionários digitais. Por implicações técnicas e para a segurança da pesquisa, optamos por utilizar a versão impressa dos questionários.

A plataforma SysNEPO foi utilizada posteriormente para digitalizar os questionários e gerar um banco de dados virtual, que pode ser acessado de qualquer lugar que ofereça acesso à Internet. Os dados são armazenados em planilhas, que podem ser baixadas nos formatos csv, xls, e txt.

Os resultados das análises de campo mostram que a população na reserva em 2015 era composta por 1.345 habitantes, sendo 314 famílias e 271 domicílios. Em relação aos dados cadastrais de 2009, observa-se que no intervalo entre o período (2009 e 2015) houve uma redução no número de habitantes e um aumento no número de domicílios e de famílias (Figura 13).

Figura 13: Total de domicílios, de famílias e de moradores da Reserva Extrativista Auati-Paraná, referente aos anos de 2009 e 2015.



Fonte: ICMBIO – dados cadastrais da população 2009; Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

As mudanças observadas na Figura 13, em relação ao número de moradores, se referem à saída de população dessas comunidades. Quanto ao aumento no número de famílias, o dado se refere aos novos casais surgidos ao longo do período observado. Com relação aos domicílios, observamos que o aumento está associado aos impactos do

programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nas comunidades da RSEX-AP. Com a criação da reserva, mais de 179 famílias foram beneficiadas pelo crédito de instalação do INCRA, mas apenas 48 famílias tinham recebido o benefício em 2009 (ICMBIO, 2011). O crédito de instalação consiste em fornecer recursos financeiros sob a forma de concessão de crédito aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar os meios necessários para a instalação e a permanência do homem no campo e o desenvolvimento inicial das atividades rurais ou recuperação do Programa Nacional de Reforma Agrária²⁹ (PNRA) (ICMBIO, 2011a).

No que se refere às Reservas Extrativistas, o crédito de instalação se torna uma oportunidade para as famílias reformarem suas moradias ou construir novas, além de auxiliar na qualificação das atividades econômicas desenvolvidas por essas populações, visto que, historicamente, elas já estão instaladas nas respectivas áreas (ICMBIO, 2011a).

A chegada desses benefícios trouxe mudança para as comunidades. Motivadas pela possibilidade de acesso ao programa, as famílias que residiam à margem direita do rio Auati, portanto fora dos limites oficiais da RESEX-AP, mudaram-se para o interior da RESEX-AP para serem beneficiadas por esse programa.

Houve também uma mudança dos locais de moradia devido ao crédito do INCRA, onde muitas comunidades que se localizavam na margem direita do rio (dentro da área da RDSM) tiveram que se mudar para a margem esquerda (dentro da RESEX Auati-Paraná) para poder acessar o crédito (ICMBIO, 2011:115).

As comunidades Boca do Inambé, Curimatá de Cima e Curimatá de Baixo são citadas como exemplo de comunidades que optaram por mudar as casas de local em função do programa. Na comunidade Curimatá de baixo, podemos perceber que as famílias que foram contempladas pelo programa têm as suas moradias localizadas na margem esquerda do rio Auati, e as famílias não contempladas ainda permanecem na margem direita do rio.

Outro aspecto a ser considerado se relaciona à chegada de novos moradores. Os dados observados para a saída de população da reserva demonstram que a diminuição no volume de população também pode ser atribuída a saída de moradores.

²⁹ O PNRA é o conjunto de medidas que tem por meta promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A desconcentração e democratização da estrutura fundiária; A produção de alimentos básicos; A geração de ocupação e renda; O combate à fome e à miséria; A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; A interiorização dos serviços públicos básicos; **A redução da migração campo-cidade**; A democratização das estruturas de poder; e A promoção da cidadania e da justiça social (ICMBIO, 2011a).

Na Tabela 19, apresentamos os registros de chegada e saída de moradores da RESEX-AP, obtidos a partir das entrevistas coletivas realizadas nas 17 comunidades da reserva, tendo como referência o ano de criação da reserva, 2001. Nota-se que o total de pessoas que têm saído das comunidades é superior ao número de pessoas que chegaram à reserva, o que reforça o aspecto restritivo para a chegada de moradores. Observa-se ainda que a saída de população ocorreu em maior número para as famílias (73 famílias migraram) do que para uma população que migra sozinha (32 pessoas). Entre as comunidades da RESEX-AP, na comunidade Miriti percebemos que houve maior número de casos de famílias que deixaram a comunidade (15 famílias), e na comunidade Murinzal houve maior número de pessoas que saíram sozinhas. A comunidade Miriti também se destaca por apresentar maior saída de população entre todas as comunidades da RESEX-AP (75 pessoas deixaram a comunidade).

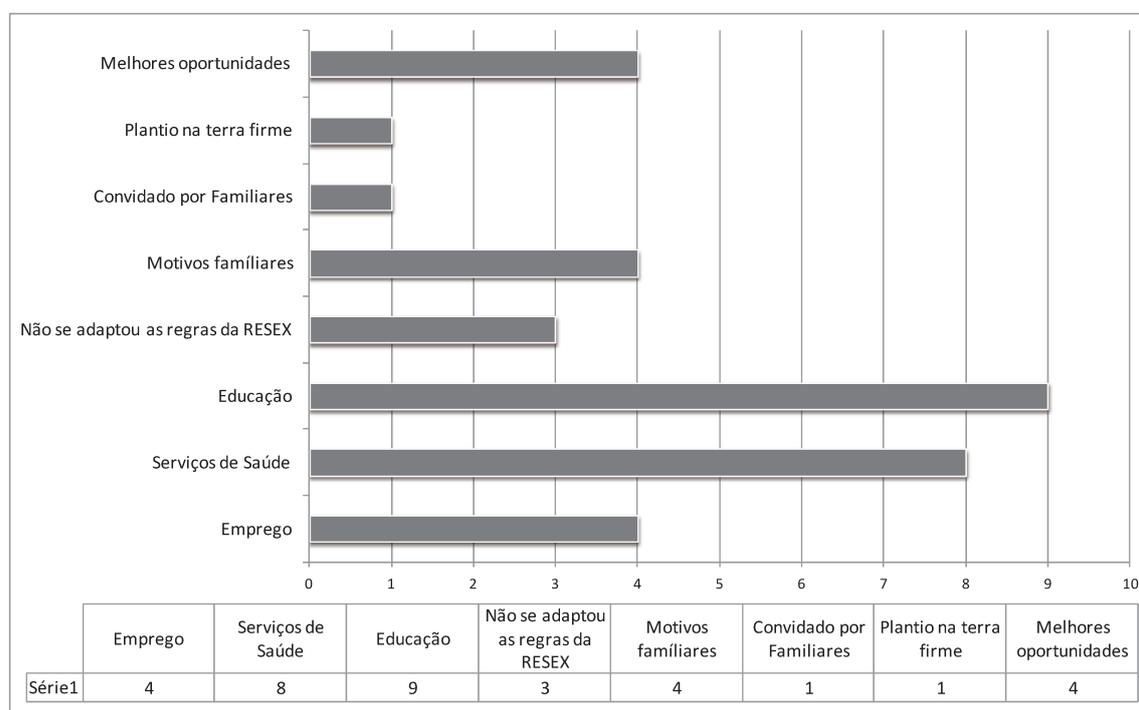
Tabela 19: Chegada e saída de moradores nas comunidades da Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2001, 2015:

Comunidades	Chegada de moradores			Saída de moradores		
	Total de registros	Número de Famílias	Pessoas sozinhas	Total de registros	Pessoas sozinhas	Número de famílias
Itaboca (RDS Mamirauá)	01	-	01	49	-	03
São José do Inambé	02	-	02	36	-	08
São Raimundo do Inambé (Boca do Inambé)	01	-	01	05	-	01
São Luis	13	-	02	43	01	08
Barreirinha de Cima	14	03	-	06	-	01
Monte das Oliveiras	20	02	05	20	-	04
Nova Esperança	01	-	01	08	-	01
Barreirinha de Baixo	03	01	-	23	-	03
Bela Vista do Curimatá de Cima	03	02	01	11	-	02
Cordeiro (RDS Mamirauá)	-	-	-	03	-	01
Curimatá de Baixo	-	-	-	60	09	06
Castelo	-	-	-	10	-	03
Murinzal	02	-	02	47	22	06
Vencedor	-	-	-	24	-	05
Boa Vista do Pema	04	03	01	19	-	03
Luis (RDS Mamirauá)	-	-	-	46	-	03
Miriti	-	-	-	75	-	15
Total	64	11	16	485	32	73

Fonte: Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná – NEPO/Unicamp – FAPEAM, 2015.

Esse contexto da migração nas comunidades está relacionado ao motivo pelo qual as pessoas estão deixando as comunidades, como a busca por educação, o motivo mais citado. Na sequência, identificam-se saídas motivadas pelo acesso a serviços de saúde (Figura 14). Percebe-se que em algumas comunidades foram mencionados motivos ligados à não adaptação às regras da RESEX-AP. Isso ocorreu em três comunidades³⁰: São José do Imabé, Boca do Pema, Castelo.

Figura 14: Motivos que influenciam na saída de população das comunidades na Reserva Extrativista Auati-Paraná.



Fonte: Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná – NEPO/Unicamp – FAPEAM, 2015. Nota: uma mesma comunidade pode ter citado todos os motivos relacionados.

Devemos considerar que a relação de motivos mencionadas na Figura 14 se refere às pessoas que permaneceram na RESEX-AP, e não às pessoas que saíram. São os motivos que de certa forma retratam o desejo dessas pessoas em deixar a reserva e podem ter levado os moradores que migraram a tomar a decisão de deixar a comunidade.

³⁰ Referente à saída motivada pela não adaptação à reserva, se tratam de casos específicos. Na comunidade São José do Imabé, a pessoa saiu com a família e foi para outra comunidade fora da RESEX-AP motivado pela não adequação às regras relacionadas ao manejo do pescado; na comunidade Boca do Pema, uma família morava no Lago do Pema, e esse lago estava situado próximo à comunidade. Quando houve a reorganização das áreas de uso, o Lago do Pema passou a ser de uso de outra comunidade, e a família não pôde mais permanecer no local. Na comunidade Castelo, o morador desrespeitou as regras de convivência e foi convidado pelos demais membros da comunidade a se retirar.

Entendemos essa relação como uma proximidade dos motivos pelos quais às pessoas tendem a deixar a RESEX-AP.

Observamos ainda, sobre a saída de moradores, que a família tem um papel importante na tomada de decisão em migrar. As pessoas que saem da reserva, em sua maioria, migram com toda a família. A escolha entre migrar sozinho ou com a família envolve dois aspectos observados. O primeiro se refere às famílias, cuja decisão em migrar é medida pela posse de uma casa no urbano, ou pela presença de algum parente que dê suporte a essa família na cidade. O segundo aspecto se refere às pessoas que migram sozinhas. Normalmente se trata de um filho jovem, cuja família possui melhores condições econômicas, e que migra para a cidade para estudar e passa a morar na casa de algum parente, ou até mesmo na casa da família na cidade, onde já há algum outro membro do domicílio morando.

O que se observou quanto à chegada de moradores é que muitos são antigos moradores que estão retornando para suas comunidades. Normalmente são famílias ex-moradoras ou pessoas que vão para as comunidades para trabalhar como professor. As pessoas que vão para trabalhar são consideradas moradoras da comunidade, mas não têm os mesmos benefícios de um morador natural da reserva.

Embora se perceba uma saída maior do que uma chegada de moradores na RESEX-AP, os moradores que retornam para comunidades voltam por tomarem conhecimento da melhoria na qualidade de vida na reserva, atribuída aos benefícios concedidos aos moradores em termos de programas sociais, conquistados após a criação da RESEX, como moradias do INCRA, água encanada (apenas em duas comunidades) e a chegada do programa de mídias digitais do governo do Amazonas, que oferece o Ensino Médio à distância. Além desses, há os programas de manejo do pirarucu e madeireiro. Esse quadro geral de melhorias, segundo os moradores, tem se tornado uma motivação para as populações que haviam deixado a reserva retornarem para suas antigas moradias.

As condições para a chegada de novos e antigos moradores constam nas regras de convivência das comunidades, sendo impostas pelos próprios moradores, e apresentam um caráter restritivo. Por se tratar de uma Unidade de Conservação, considera-se um espaço onde a entrada de população é controlada (ICMBIO, 2011). A chegada de novos moradores deve ser autorizada pelos membros da comunidade. Os novos moradores são pessoas de fora da comunidade que se estabelecem no local. Pode ser um professor, ou ainda uma pessoa de fora da RESEX-AP que se casa com o morador de alguma comunidade. Por um período de um ano, a pessoa permanece na comunidade numa espécie

de “estágio probatório”, e serão observados a conduta e o comportamento da pessoa em relação às regras da RESEX-AP e às regras da comunidade (ICMBIO, 2011). Caso a pessoa não se adapte, será convidada a se retirar da comunidade.

Quanto à instalação dessas pessoas, no caso dos professores, ao fixar residência na reserva, dependendo da comunidade, elas permanecem em uma casa construída pela Secretaria de Educação do Município em que a escola está ligada, podendo ser pelo município de Japurá ou Fonte Boa, e no caso da comunidade não dispor de escola, pode ocorrer de o professor ficar na casa de algum morador da comunidade, ou até mesmo na própria escola.

As pessoas que se estabelecem na comunidade por questões de casamento podem construir uma casa mediante autorização da comunidade. Inicialmente, o casal ainda permanece um tempo na casa do sogro ou da sogra, até que tenham condições para construir a casa. Essas regras valem para os novos casais constituídos na própria comunidade ou com algum morador de outra comunidade da reserva.

Ocorre que muitos moradores não dispõem de recursos para construção de moradias, e, embora tenham autorização pra retirada de madeira da RESEX-AP para a construção de casas, existem algumas dificuldades em beneficiar essa madeira, pois a forma de beneficiamento manual tem deixado de ser comum nessas comunidades. O que se observa é que parte dos moradores prefere comprar os materiais na cidade, levando mais tempo para construir a casa.

Diante do que se observou entre os moradores que vivem na RESEX-AP, percebemos que a dinâmica dessas populações está muito mais associada às características socioambientais e econômicas, em garantir meios de subsistência que permitam que essas populações se mantenham nessas áreas, do que propriamente a questões ligadas à criação da RESEX. Os moradores da RESEX-AP não usufruem de bons serviços de educação, saúde e assistência básica, os meios de locomoção dessas populações influenciam nas suas atividades econômicas e essas condições socioeconômicas implicam na maneira como se relacionam e se distribuem em seu território.

O que se percebe no contexto que abrange todas as comunidades da reserva é que existe uma rotatividade entre os moradores da RESEX-AP, pessoas indo embora e pessoas retornando para a comunidade, o que de certo modo equilibra o número de habitantes da reserva. Essa dinâmica, associada ao controle dos recursos, permite que exista uma consonância em termos de subsistência das populações e uma disponibilidade de recursos que garanta essa subsistência.

CAPÍTULO IV

MOBILIDADE E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MORADORES

4.1. Impactos da Reserva Extrativista na mobilidade espacial e na redistribuição da população

A partir do que se observou nas entrevistas domiciliares realizadas nas Comunidades do Vencedor e Murinzal, referentes a 54 domicílios entrevistados, foram reunidas informações sobre as características dos representantes desses domicílios, de seus membros e sobre a própria dinâmica dessas duas comunidades. Os dados obtidos nas entrevistas coletivas, que foram desenvolvidas em todas as comunidades, corroboram com as observações ali feitas.

A comunidade do Vencedor é composta por 148 moradores, e a de Murinzal por 128 moradores. As duas comunidades juntas correspondem a 272 moradores (sendo 52% homens e 47% mulheres), cerca de 30% do total de moradores da RESEX-AP. Em relação às demais comunidades situadas na área de influência da RESEX-AP, são comunidades consideradas maiores em termos de número de moradores e total de domicílios.

Em 2009, essas comunidades eram compostas por 291 moradores e 65 famílias. A comunidade do Vencedor apresentava um número de 154 moradores, e a comunidade Murinzal, 137. Em 2015, percebe-se uma pequena redução no volume de moradores nessas comunidades. Associando essa redução ao observado para o contexto geral da reserva, percebe-se que as comunidades do Vencedor e Murinzal vêm acompanhando uma tendência geral na RESEX-AP, a redução no número de moradores.

Os dados de entrada e saída de população para essas comunidades têm registrado mais saída de moradores do que chegada. Estima-se que 15% da população que tem emigrado da RESEX-AP têm saído dessas duas comunidades, principalmente da comunidade Murinzal. E essas não são as comunidades com maior indicativo de evasão de população, comunidades como do Itaboca, Miriti e Curimatá de Baixo também têm apresentado registros significativos para saída de população da RESEX, conforme observado na Tabela 19 do tópico 3.2 desta tese.

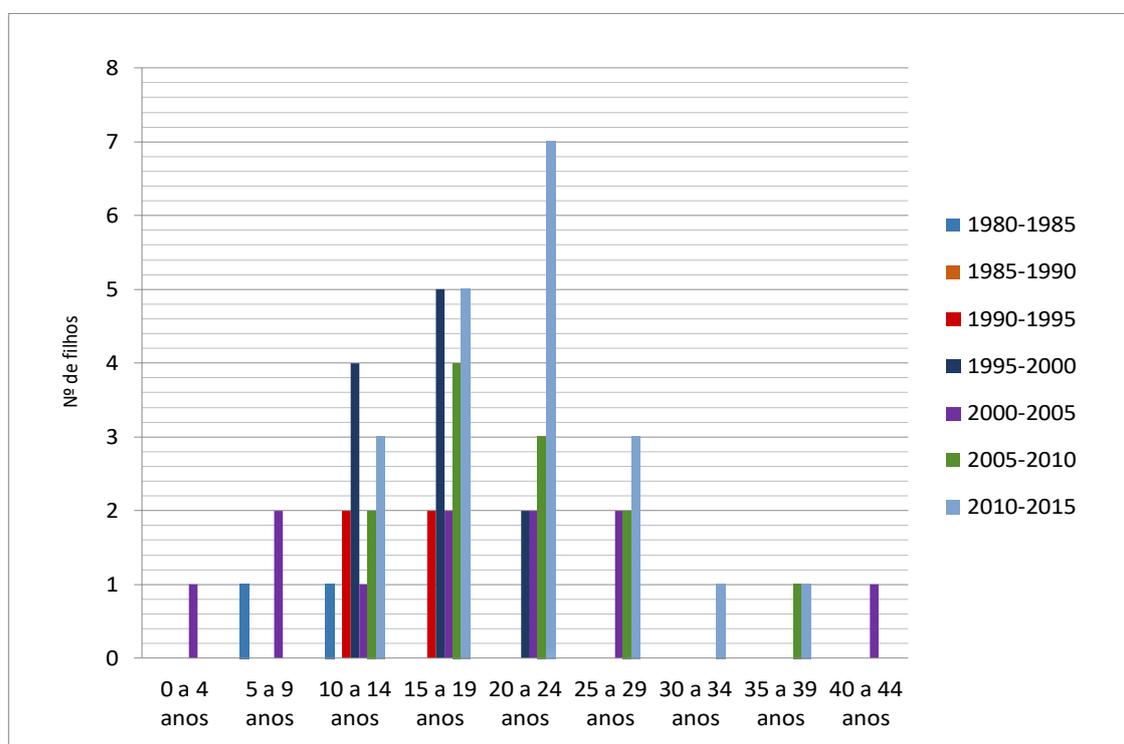
Sabemos que a maioria dos moradores que têm deixado a RESEX-AP tem saído com toda a família, e consideramos que as pessoas que têm deixado a reserva sozinhas se referem aos jovens que saem da comunidade em busca de oportunidades de

trabalho e estudo nos municípios próximos. No gráfico da Figura 15, apresentamos a distribuição dos filhos emigrantes por grupos de idade e ano de emigração, que não residiam no domicílio no momento da entrevista. Novamente, devemos chamar atenção para a coleta de dados, tendo em vista que essas informações foram obtidas pelos pais desses jovens que migraram, sendo considerado, no que diz respeito à motivação desses filhos em migrar, uma justificativa para saída desses jovens.

Nota-se ainda, na Figura 15, que registros de emigração vão sendo mais frequentes a partir dos períodos de 1985-1990, mostrando maior ocorrência entre os anos de 2010-2015. Podemos observar, ainda, que existe uma mudança na idade de emigração dos filhos. Entre 1990-1995 os filhos na faixa etária de 15-19 anos eram os que mais saíam da comunidade; a partir de 2010-2015, observa-se a mudança nessa tendência, e os jovens na faixa entre 20-24 são os que mais têm emigrado. O contexto educacional da reserva é bastante precário, e esses jovens na faixa etária de 15-19 anos deixavam a comunidade em busca de oportunidades para concluir os estudos.

Os motivos relacionados à saída dos jovens estão ligados à necessidade em continuar os estudos e à busca por outras oportunidades de trabalho na cidade, tendo sido obtidos a partir das informações dos filhos que não residiam no domicílio no período da entrevista. Nota-se que as mulheres são as que saem em busca de estudos, enquanto os jovens do sexo masculino têm emigrado muito mais por busca de emprego do que por fatores educacionais.

Figura 15: Distribuição dos filhos emigrantes conforme grupos de idade e ano de emigração:



Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015. Nota: Referente aos filhos que não residiam no domicílio no momento da entrevista.

O que se percebe a partir da entrada e da saída de moradores da reserva é que a criação da RESEX trouxe mudanças não apenas na subsistência e proteção dos recursos naturais, mas influenciou na dinâmica dos moradores. O acesso a programas que incentivam a melhoria da qualidade de vida desses moradores, como o manejo pesqueiro, oferece condições que anteriormente não existiam. A instalação de novas escolas permitiu que boa parte dos moradores tivesse acesso a um emprego fixo, melhorando a renda da família, oferecendo condições para os jovens estudarem em suas comunidades. São mudanças que permitem a esses moradores apresentar certos comportamentos que anteriormente eram difíceis de manter.

Até o ano de 2008, não havia sido implantado nas escolas da RESEX-AP o Ensino Médio, isso ocorreu somente no ano de 2009, nas comunidades de Miriti, Murinzal e Vencedor. Com a chegada do Ensino Médio, houve uma mudança no sistema educacional de algumas comunidades, e essa mudança tem contribuído para que os jovens adiem a saída da comunidade.

Mesmo havendo mudança positiva no quadro educacional da RESEX-AP, a busca por melhor educação é o principal motivo³¹ para saída de moradores. Os jovens são os que mais têm deixado a reserva, sendo mais recorrente entre as mulheres do que entre os homens. Em relação às mulheres, os homens saem muito mais para buscar emprego do que para ir estudar.

Tabela 20: Motivos relacionados à emigração de jovens, 2015.

Motivadores	Homem	Mulher	Total Geral	Homem (%)	Mulher (%)	%
Emprego	10	06	16	31,3	17,1	23,9
Casamento	07	09	16	21,9	25,7	23,9
Saúde	02	02	04	6,3	5,7	6,0
Educação	11	16	27	34,4	45,7	40,3
Qualidade de vida	01	01	02	3,1	2,9	3,0
Outros	01	01	02	3,1	2,9	3,0
Total Geral	32	35	67	100,0	100,0	100,0

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Na Tabela 21, apresentamos a distribuição por sexo e destino de emigração dos filhos não residentes no domicílio no momento da entrevista. O município de Fonte Boa se destaca como principal destino, cerca de 35% dos jovens que não moram na RESEX-AP estão morando na cidade de Fonte Boa, e esse número é mais representativo para as mulheres, 45% das jovens emigrantes estão residindo em Fonte Boa. O município de Manaus também se destaca como destino, 35% dos jovens emigrantes residem em Manaus, sendo esse considerado um destino mais comum para jovens do sexo masculino (40%) do que para as do sexo feminino (31%).

³¹ Esse fato me lembrou de quando eu era criança, minha mãe chegou a receber por diversas vezes moças com idade de 12 a 20 anos em nossa casa, que moravam lá por um tempo para que pudessem estudar, e essas moças vinham de um lugar onde o meu avô paterno tinha um sítio, um lugar na várzea do rio Maicá, no município de Santarém no Pará. Por muito tempo na minha vida, eu vi essa situação não só na minha casa, mas na casa de meus tios, dos meus avós e dos amigos de meus avós.

Tabela 21: Emigração dos filhos que não residiam no domicílio no momento da entrevista, conforme o sexo e município de destino:

Municípios de emigração	Homem	Mulher	Total Geral	Homem (%)	Mulher (%)	%
Coari	01	-	01	3,1	0,0	1,5
Fonte Boa	10	16	26	31,3	45,7	38,8
Japurá	01	02	03	3,1	5,7	4,5
Jutaí	02	-	02	6,3	0,0	3,0
Manacapuru	03	01	04	9,4	2,9	6,0
Manaus	13	11	24	40,6	31,4	35,8
Maraã	01	02	03	3,1	5,7	4,5
Tabatinga	01	-	01	3,1	0,0	1,5
Tefé	-	03	03	0,0	8,6	4,5
Total Geral	32	35	67	100,0	100,0	100,0

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Em termos absolutos, não existe grande diferença entre o número de homens e mulheres migrando para esses municípios; o destino da migração é compreendido a partir das motivações dos migrantes. O município de Fonte Boa está mais próximo à reserva e garante aos filhos emigrantes cursarem o Ensino Médio, dispõe de cursos profissionalizantes e curso técnico e oferece condições para terminar os estudos. O município de Manaus, capital do estado do Amazonas, concentra maior espaço para mão de obra laboral e por isso se torna um atrativo às pessoas em idade econômica ativa. Essas características tornam Manaus um destino de migração não apenas para os moradores da RESEX-AP, mas também se destaca na região do Médio Solimões e demais municípios no interior do estado do Amazonas.

Convém observar que o fato de os moradores da RESEX-AP estarem migrando para o município de Manaus não significa que as pessoas estejam saindo diretamente da RESEX-AP para esse destino, a migração ocorre em etapas. As pessoas primeiramente passam por Fonte Boa e em seguida se deslocam para o município de Tefé (considerado o centro urbano regional); de Tefé, se deslocam para Manaus. No tópico 3.1 deste trabalho podemos observar essa dinâmica a partir do contexto regional.

As características socioeconômicas dessas famílias também implicam na decisão em enviarem os filhos para viver na cidade, ou ainda tomar a decisão em migrar com toda a família. Vimos no tópico anterior que as famílias da RESEX-AP optam por migrar somente quando têm certa estabilidade e segurança, e isso implica em ter uma casa

e uma renda salarial mensal. Nesse sentido, percebe-se que as famílias que têm filhos morando fora da comunidade são as que apresentam maior renda econômica anual, e também são aquelas que já dispõem de uma casa ou um terreno na cidade.

A renda econômica dos moradores está ligada a agricultura, extrativismo, cultivo de hortaliças, pesca, comércio, serviços e benefícios sociais (HIGUCHI et. al., 2008). Dentre as atividades destacadas por Higuchi (2008), observamos que um mesmo morador desenvolve mais de uma atividade, e em um mesmo domicílio pode existir mais de uma pessoa recebendo algum tipo de benefício do governo, como domicílios com mais de um idoso e por isso duas aposentarias, domicílios composto por mais de uma família que, além da aposentadoria, podem receber bolsa família e bolsa floresta.

Com a criação da RESEX-AP, a extração madeireira considerada em 2009 como uma das principais fontes de renda nas comunidades, foi suspensa, e com a quebra do comércio de óleos vegetais, a pesca se tornou a principal fonte de renda dos moradores da RESEX-AX.

Na Tabela 22, apresentamos a classificação dos tipos de fonte de renda recebida pelos moradores das comunidades do Vencedor e Murinzal. Podemos observar na tabela que as atividades ligadas à pesca têm exercido um peso na renda salarial anual dos moradores, que 79% dos domicílios entrevistados participam do programa de manejo pesqueiro e em 57% há pessoas recebendo seguro defeso³². O que se destaca na renda domiciliar dos moradores nessas duas comunidades é a renda advinda de programas e benefícios do governo (como bolsa família, aposentadoria, pensão e bolsa floresta), em 83,3% dos domicílios existem pessoas recebendo algum tipo de benefício, e em 51,9% existem pessoas recebendo renda salarial mensal.

Tabela 22: Classificação dos tipos de fontes de renda, por domicílio, 2015:

Tipo de renda	Nº de domicílios recebendo		Não recebem	
		%		%
Benefícios do governo	45	83,3	09	16,6
Salário mensal	28	51,9	26	48,1
Seguro defeso	31	57,4	23	42,5
Manejo pesqueiro	43	79,6	11	20,3
Negócios (bar/comércio, etc.).	02	3,7	52	96,3
Renda de produção	06	11,1	48	88,8

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015. Nota: Para os domicílios observados N=54.

³² Seguro defeso ou seguro desemprego do pescador é o benefício concedido ao Pescador Profissional Artesanal durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação de espécies, conforme disposto na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 (INSS, s/d).

Na Tabela 23, apresentamos a renda da Unidade Doméstica (UD) referente ao ano de 2014. Nestes dados, optamos por incluir a renda anual dos moradores, para que a renda recebida anualmente como seguro defeso e manejo pesqueiro fosse considerada. As informações são referentes aos domicílios em que os filhos moram na comunidade, domicílios em que os filhos moram fora da comunidade e para a renda de todos os domicílios entrevistados, divididos em quatro classes de renda.

Nos domicílios em que os filhos moram na comunidade, verifica-se uma maior distribuição entre as quatro classes de renda consideradas, com destaque para faixas intermediárias, que concentram a maior parte dos domicílios, ou seja, com renda anual de “12 S.M. até 24 S.M.” (Tabela 23).

Quando observamos a renda anual para os domicílios com filhos morando fora da comunidade, predomina a classe de rendimentos superior a 24 S.M. ou mais, percebida em 60% dos domicílios entrevistados. Esse grupo corresponde apenas a 12 domicílios, e a renda anual supera o observado na renda total dos domicílios, demonstrando que mesmo compreendendo menor quantidade de domicílios, essas UD apresentam maior renda salarial em relação ao observado para o total de domicílios entrevistados (38%).

Tabela 23: Renda domiciliar anual dos moradores das comunidades do Vencedor e Murinzal, referente ao ano de 2014:

Presença dos filhos no domicílio		Classes de renda dos domicílios				Total
		Menos de 06 S.M.	De 06 S.M. até 12 S.M.	De 12 S.M. até 24 S.M.	24 S.M. ou mais	
Não possui filhos fora do domicílio	Número de domicílios	06	09	10	09	34
	%	17,65	26,47	29,41	26,47	100
Possui filhos fora do domicílio	Número de domicílios	01	01	06	12	20
	%	5,00	5,00	30,00	60,00	100
Renda total dos domicílios	Número de domicílios	07	10	16	21	54
	%	13,0	18,5	29,6	38,9	100

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Todos os domicílios em que os filhos não moram na comunidade têm casa no município de Fonte Boa, mesmo os domicílios em que os filhos migraram para outro município. Entre esses domicílios, três enviam remessas de dinheiro para parentes. Essa forma de auxílio para quem está morando fora das comunidades ocorre de várias maneiras, não necessariamente inclui remessas em espécie.

O senhor C. tem onze filhos e seis de seus filhos não moram na comunidade. Um dos filhos vive em Fonte Boa, outros cinco filhos moram em Manaus e os demais vivem na comunidade: uma filha ainda mora na casa do senhor C. e os outros quatro filhos têm casa e família na comunidade. Embora os filhos já tenham uma independência financeira, o senhor C. costuma lhes enviar parte da sua produção, como peixe, melancia, jerimum e demais produtos cultivados por ele.

Outra forma de auxílio ocorre entre as pessoas que estão na cidade e as na comunidade. Os filhos e parentes que estão na cidade ajudam as pessoas que ainda estão na comunidade. Isso foi percebido durante as entrevistas nos domicílios em que os membros possuem parentes na cidade. Esse auxílio ocorre quando necessitam de alguma encomenda, como medicamentos ou algum tipo de alimento específico, como o sal, quando precisam marcar alguma consulta médica ou ainda quando precisam de um lugar para ficar na cidade.

O fato de os moradores da RESEX-AP terem uma rede de articulação (parentes, amigos, familiares) bastante consolidada é algo extremamente importante, uma vez que sempre haverá essa relação de trocas mútuas entre as pessoas residentes na comunidade e as que são da comunidade e vivem no urbano. Os laços não se rompem com a migração, e essas relações são importantes para compreender a dinâmica espacial dessas populações.

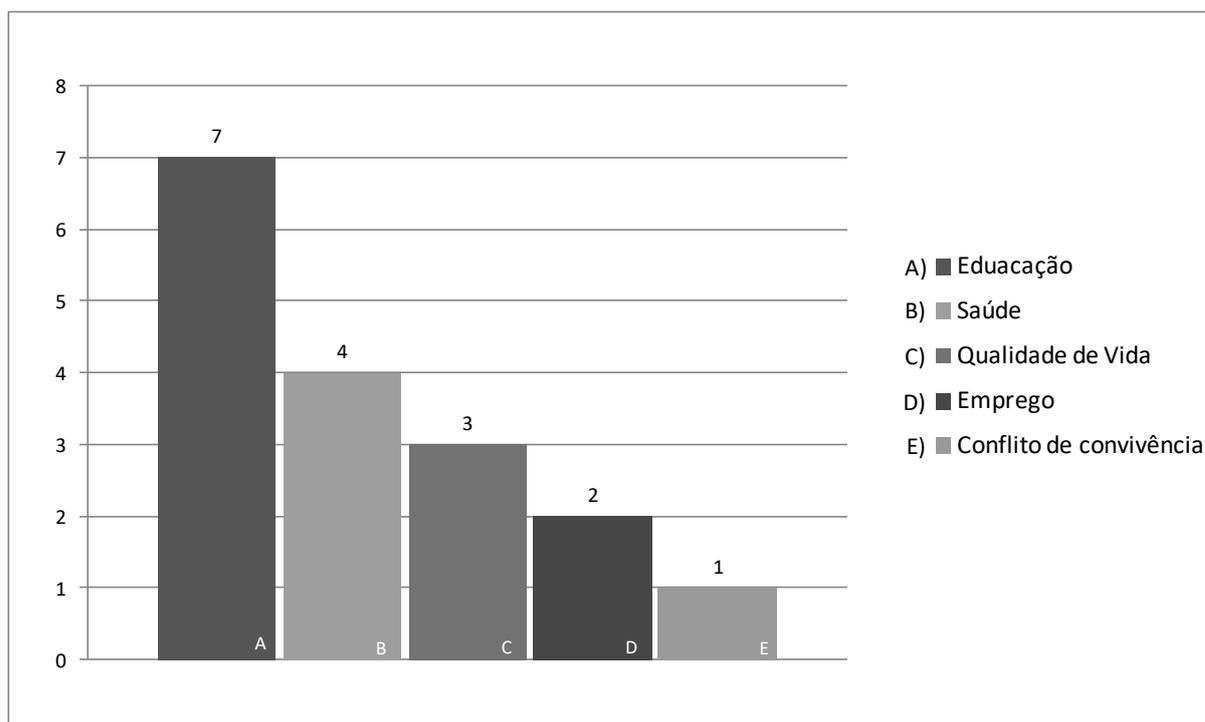
As dificuldades apontadas pelos moradores, como as relacionadas à continuidade dos estudos, e as questões ligadas à produção são a justificativa para os moradores que saíram da reserva. Embora essas informações retratem a visão daqueles que permanecem na comunidade, servem como um modo de compreensão das motivações relacionadas à saída de moradores da reserva, não tendo, portanto, relação com a criação da RESEX-AP.

O que percebemos a partir das questões sobre a saída de população e a criação da reserva nos revela que, antes de a reserva ser implementada, quatro dos moradores dos domicílios entrevistados tinham planos de sair de suas comunidades. Entre os motivos atribuídos ao desejo de migrar naquele momento, foram citadas questões financeiras,

ligadas à falta de recursos para manter a subsistência, e melhores condições de ensino. Após a criação da RESEX-AP o interesse em deixar a comunidade permanece, e esse número passou de quatro para 15 moradores. Os motivos ainda estão ligados à carência de melhores condições de ensino, mas principalmente à dificuldade em comercializar os recursos que agora são abundantes.

Atualmente, dentre os quatro moradores que pretendiam migrar antes da criação da RESEX-AP, dois permaneceram na comunidade, um deles porque não teve condições financeiras para migrar e o outro porque já havia migrado anteriormente e decidiu ficar motivado pelo casamento. Nesse sentido, podemos considerar que dos 54 domicílios entrevistados, em 17 deles foi identificado o interesse em deixar a reserva. E, novamente, os motivos estão relacionados à educação, saúde, emprego, além de problemas de convivência na comunidade (Figura 16).

Figura 16: Motivos para migração dos moradores das comunidades do Vencedor e Murinzal:



Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

O que manteve na comunidade alguns moradores que pretendiam migrar foi o fato de não terem renda salarial mensal, não terem casa na cidade e, principalmente, por terem a garantia da terra no rural. A criação da RESEX-AP trouxe muitas promessas de melhoria, entre elas as já implantadas, como o programa de manejo pesqueiro, o programa

de manejo madeireiro e os benefícios do INCRA, e que ainda não chegaram, como Programa Luz para Todos, escola de qualidade e meios transporte. Esses programas também têm sido um dos motivos para os moradores da RESEX-AP permanecerem na comunidade.

Anualmente, os moradores dessas comunidades chegam a fazer em média 15 viagens por ano à cidade (Tabela 24). No passado, antes da criação da reserva, consideravam essa frequência de viagens muito baixa, pois nem todos dispunham de transporte. Atualmente, a maioria dos moradores nas comunidades da RESEX-AP dispõe de um rabetão³³ (concedido pelos benefícios do programa do INCRA), que utilizam para essas viagens, e ainda podem contar com outras formas de deslocamento disponíveis em algumas comunidades.

Tabela 24: Número de viagens dos moradores entrevistados nas comunidades do Vencedor e Murinzal da Reserva Extrativista Auati-Paraná:

Número de viagens	Frequência por domicílio	%
Não vai à cidade	01	1,9
Menos de cinco viagens ao ano	08	14,8
Até 10 viagens ao ano	19	35,2
Até 15 viagens ao ano	24	44,4
Até 24 viagens ao ano	02	3,7
Total	54	100,0

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Os moradores que possuem transporte próprio acabam indo à cidade com mais frequência, seja por sua necessidade pessoal, seja para atender a necessidade de outro membro da comunidade, como ida ao médico, atenção a alguma emergência de parentes que vivem na cidade ou a participação em alguma reunião.

O deslocamento mais frequente ocorre entre a comunidade e o município de Fonte Boa, considerado o mais próximo à reserva e de melhor acesso. O tempo de viagem varia de 5 a 12 horas, dependendo da potência do motor do transporte utilizado. As comunidades não dispõem de transporte contínuo, e o deslocamento ocorre por meio de

³³ Tipo de barco de pequeno porte feito de madeira e com motor de popa acoplado, normalmente com capacidade para seis pessoas (fotos em Anexo).

transporte próprio, por meio de caronas ou até mesmo pela venda de passagens oferecida por moradores que dispõem de transporte particular, sendo cobrado R\$20,00 por pessoa.

As viagens costumam ocorrer com mais frequência no final da primeira quinzena de cada mês. O período para a realização dessas viagens coincide com a data de pagamento dos professores e dos profissionais de saúde (enfermeiros, e agente comunitário de saúde) que trabalham nas comunidades. A prefeitura dos municípios de Fonte Boa e Japurá disponibilizaram embarcações nas comunidades do Itaboca, Vencedor e Murinzal para que os professores possam se deslocar entre a cidade e o município de Fonte Boa.

Essas embarcações, disponibilizadas para os professores acabam servindo de meio de transporte para outros moradores da reserva. Muito moradores aproveitam as viagens que são organizadas nesse período para irem à cidade receber os benefícios do governo, bem como realizar compras, pagamentos, visitar parentes, ir ao médico e demais atividades que não são acessíveis na comunidade.

Quanto aos motivos das viagens, observa-se que em 30 dos domicílios entrevistados os moradores costumam ir à cidade para realizar compras (Tabela 25). Dentre as atividades listadas, ocorreu de no mesmo domicílio terem sido citados todos os motivos listados, no entanto consideramos apenas a primeira opção citada, como o principal motivo.

Tabela 25: Motivos de viagens realizadas pelos moradores das comunidades do Vencedor e Murinzal ao urbano:

Motivos	Totais	%
Ir ao Banco	15	27,8
Fazer Compras	30	55,6
Ir ao médico	06	11,1
Reunião de Trabalho	02	3,7
Não viaja	01	1,9
Total	54	100,0

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Embora não apareça entre os motivos listados na Tabela 25, outra condição que influencia na dinâmica entre a comunidade e o urbano está relacionada à venda da produção agrícola, principalmente à venda de melancia e farinha. Essa condição é tão comum entre

os moradores que não é considerada um motivo para ir à cidade, e acabam associando a ida à cidade a outros motivos fora dos de costume.

Diante do que se observou nas comunidades do Vencedor e Murinzal, e até mesmo durante as reuniões comunitárias, os moradores costumam realizar mutirão para essas viagens, e em alguns casos a venda ocorre na própria comunidade para o morador que dispõe de embarcação ou de melhor recurso para a viagem. Em seguida, esse morador vende a produção na cidade e depois acerta a venda na comunidade. A venda da produção requer um tempo de permanência na cidade e normalmente é realizada pelos homens, que costumam permanecer no local o tempo que for necessário para esgotar a produção, podendo durar de uma a duas semanas.

As características ambientais dessas comunidades também implicam na mobilidade dos moradores. As comunidades do Vencedor e Murinzal estão situadas na área de várzea da RESEX-AP e estabelecem uma dinâmica sazonal³⁴ entre o rural e o urbano. Em áreas de várzea, as famílias costumam ter suas casas alagadas (Figura 17, Figura 18) durante certo período do ano, podendo durar até três meses, como ocorreu na cheia de 2015. Alguns moradores, que dispõem de casas na cidade ou parentes na Terra Firme acabam permanecendo nesses lugares durante esse período, e retornam às suas casas quando o nível do rio volta ao normal.

³⁴ Nesse estudo utilizamos o termo sazonal para nos referir à dinâmica que ocorre nos períodos de cheia e seca do rio, quando as pessoas costumam ficar mais tempo na cidade (na cheia) ou ir à cidade com mais frequência (na seca).

Figura 17: Comunidade Luis durante a cheia em 2015 na Reserva Extrativista Auati-Paraná.



Fonte: Hilkiene Alves da Silva. Reserva extrativista Auati Paraná, 2015.

Figura 18: Comunidade boca do Pema durante a cheia de 2015, Reserva Extrativista Auati-Paraná:



Fonte: Fonte: Hilkiene Alves da Silva. Reserva extrativista Auati Paraná, 2015.

O senhor V. costuma, durante o período de cheia do rio Auati, permanecer um tempo na comunidade São José do Inambé, que está situada na área de terra firme da RESEX-AP. Na comunidade São José do Inambé mora a filha do senhor V. Durante esse tempo em que o permanece em São José do Inambé, ele e o genro aproveitam para trabalhar com mandioca e fazer farinha. Eles sabem que depois da cheia muitas famílias não vão ter nenhuma produção ativa e aproveitam para comercializar parte da produção nas comunidades da reserva.

O senhor P. e a dona L. têm uma casa no município de Fonte Boa, e durante a cheia de 2015 perderam quase todos os móveis e eletrodomésticos e toda a plantação de mandioca. Consideraram uma época difícil, por isso permaneceram no município de Fonte Boa até o rio voltar ao seu nível normal. Dona L. tem crédito³⁵ em um dos comércios da cidade e pode pegar alimentos e o restante do que necessita e pagar na época da despesa do pirarucu, além de poder contar com benefícios do governo, como aposentadoria e bolsa família.

São dinâmicas bastante relacionadas com as características ambientais da RESEX-AP e influenciam diretamente na maneira como as populações se organizam e se distribuem nessa área. Conforme vimos anteriormente, são aspectos que predominam em todas as comunidades da reserva.

Além desses fatores, existe a precariedade dos serviços de educação e de acesso à de saúde, conforme mencionado no início deste tópico. Essas condições não são particulares de populações que vivem no interior de Unidades de Conservação, nem mesmo exclusiva aos moradores da RESEX-AP, podem ser observadas na grande maioria das comunidades rurais da Amazônia.

A questão da propriedade e da terra é um fator motivador para a criação de RESEX, e os moradores dessas áreas podem exercer suas atividades, ter acesso a recursos e formas de trabalho que asseguram a subsistência, garantindo, portanto, a posse da terra (em apropriação coletiva) e suas formas de utilização (segundo métodos tradicionais). A posse ocorre de forma coletiva, extinguindo-se a individualização da propriedade, mas

³⁵ Um aspecto interessante sobre o crédito nos mercados em Fonte Boa se refere ao bolsa família. Ocorre de os moradores deixarem seus cartões nos comércios da cidade, que funcionam como uma espécie de local de saque. Os moradores deixam seus cartões no mercado e pegam toda renda em rancho. No final do ano, de 2015 houve um grande incêndio em um dos mercados em Fonte Boa, e a preocupação dos moradores durante esse período era com os cartões que haviam deixado nesse estabelecimento. Esse tipo de negociação nos pareceu muito comum entre os moradores, pois muitos nem sabem como usar o caixa eletrônico.

ainda assim os moradores consideram a propriedade que ocupam na reserva como um direito individual.

Os moradores da RESEX-AP já vivem na área há muitos anos e levam um tempo para assimilar a ideia de propriedade coletiva de uso comum. Por essa razão, 78% dos entrevistados (equivalente a 79 “donos” e “donas” dos domicílios) se consideram donos da propriedade que ocupam, enquanto 22% (24 “donos” e “donas”) assumem que não são os donos. Os moradores que não se consideram donos, associam isso ao fato de a comunidade estar situada em uma área de várzea e consideram a propriedade coletiva terras da união.

Ao serem questionados sobre como adquiriram a propriedade, 35% contam tê-la recebido da comunidade, o que significa dizer que, ao construírem as suas moradias, escolheram o terreno e houve uma permissão dos demais membros da comunidade para a construção da casa. As demais moradias (25%) foram construídas com recursos do INCRA, e grande parte dessas casas pertence a moradores que já tinham uma propriedade e tiveram suas casas reformadas pelo programa. Outra parte se refere a moradores que não tinham casa e conseguiram os materiais por meio do programa. Os demais moradores dizem ter recebido como herança de parentes, enquanto outros já moram no lugar desde que nasceram. Alguns, por fim, chegaram a comprar de moradores que deixaram a comunidade (Tabela 26).

Tabela 26: Aquisição das propriedades dos moradores entrevistados na comunidade do Vencedor e Murinzal.

Aquisição da propriedade	Total	%
Comprou	04	7,4
Herdou	07	13,0
Recebeu da Comunidade	19	35,2
Recebeu de Parentes	07	13,0
Recebeu do INCRA ou ITEAM	14	25,9
Sempre morou no lugar	03	5,6
Total	54	100,0

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Percebe-se que existe certa confusão entre os moradores sobre o que seria a aquisição da propriedade. Mesmo quem já estava morando na RESEX antes da chegada do

programa do INCRA, e que teve sua casa reformada por esse programa, ignora o fato de estar no terreno desde antes da criação da RESEX. Observamos que as pessoas que afirmaram ter recebido a propriedade do INCRA ou do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) nasceram na comunidade em que residem atualmente, e que ao considerarem ter recebido a propriedade dessas instituições na verdade se referem aos benefícios concedidos para a construção das moradias.

Os moradores que alegaram ter comprado o terreno na comunidade na verdade compraram as benfeitorias (como a casa, por exemplo), já que em áreas de RESEX não é permitida propriedade particular, existindo apenas a concessão para o uso comunal dos recursos (BRASIL, 2000). Se refletirmos sobre o histórico de ocupação da RESEX-AP, chegaremos à conclusão de que na verdade os primeiros moradores, com exceção dos povos indígenas que vivem na região, na verdade são posseiros que ocuparam terras devolutas.

A disposição dos terrenos na RESEX-AP não possui metragem definida e nem mesmo uma divisão por cercas que separem uma propriedade da outra. As casas são muito próximas (Figura 19). Os moradores consideram que o limite do terreno está na lateral das casas e que para os fundos não há um limite, o morador utiliza da maneira que lhe convém. Essa forma de entender o terreno onde se constroem as casas é percebida no padrão das moradias, as casas têm um formato retangular, são estreitas na largura e grandes no comprimento (Figura 20).

Figura 19: Disposição das casas em relação ao tamanho da propriedade, comunidade Cordeiro na Reserva extrativista Auati-Paraná, 2015:



Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp FAPEAM, 2015.

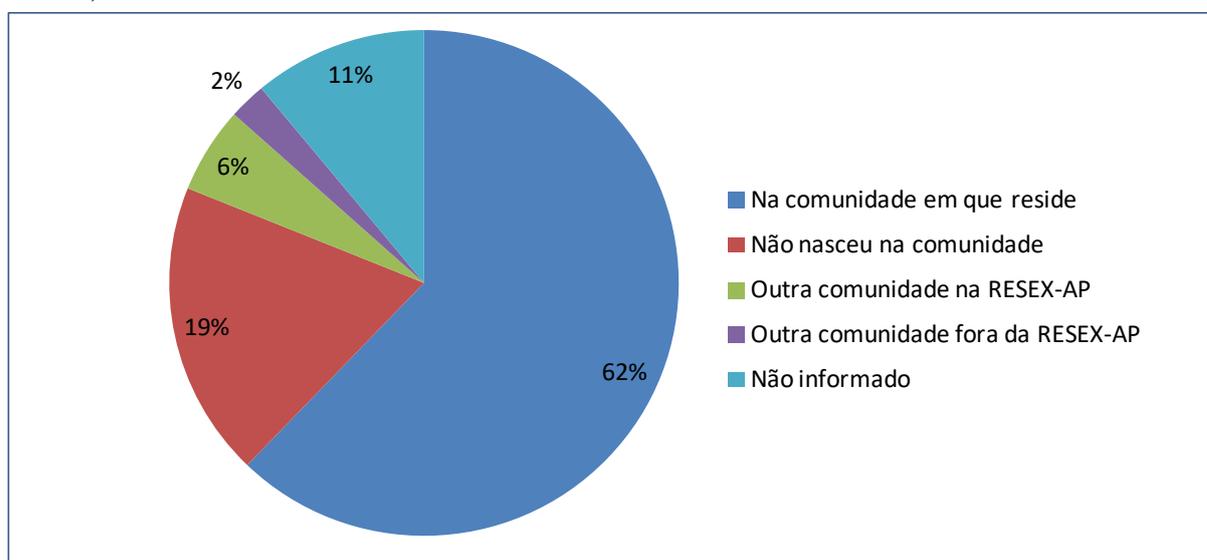
Figura 20: Padrão de moradia na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2015:



Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Muitos dos moradores que vivem na RESEX-AP (40%) nasceram e se criaram na comunidade sem nunca terem morado em outro lugar; 58% dos moradores já moraram em outros lugares antes de se fixarem na reserva (HIGUCHI, 2008:24-25). Nas comunidades do Vencedor e Murinzal, observou-se que 62% dos entrevistados nasceram na comunidade onde residem (Figura 21); desse grupo, 56,5% nunca moraram em outro lugar, e 38,9% apresentam histórico de migração (Tabela 27).

Figura 21: Local de nascimentos dos representantes (“dona” e “dono”) dos domicílios entrevistados nas comunidades do Vencedor e Murinzal na Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2015:



Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Tabela 27: Classificação dos representantes dos domicílios (“dona” e “dono”) entrevistados na Comunidade do Vencedor e Murinzal quanto à migração:

Classificação	Dono	Dona	Total
Com histórico de migração	19	23	42
Nunca migrou	34	27	61
Sem “dono” ou “dona”*	01	04	05
Total	54	54	108

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

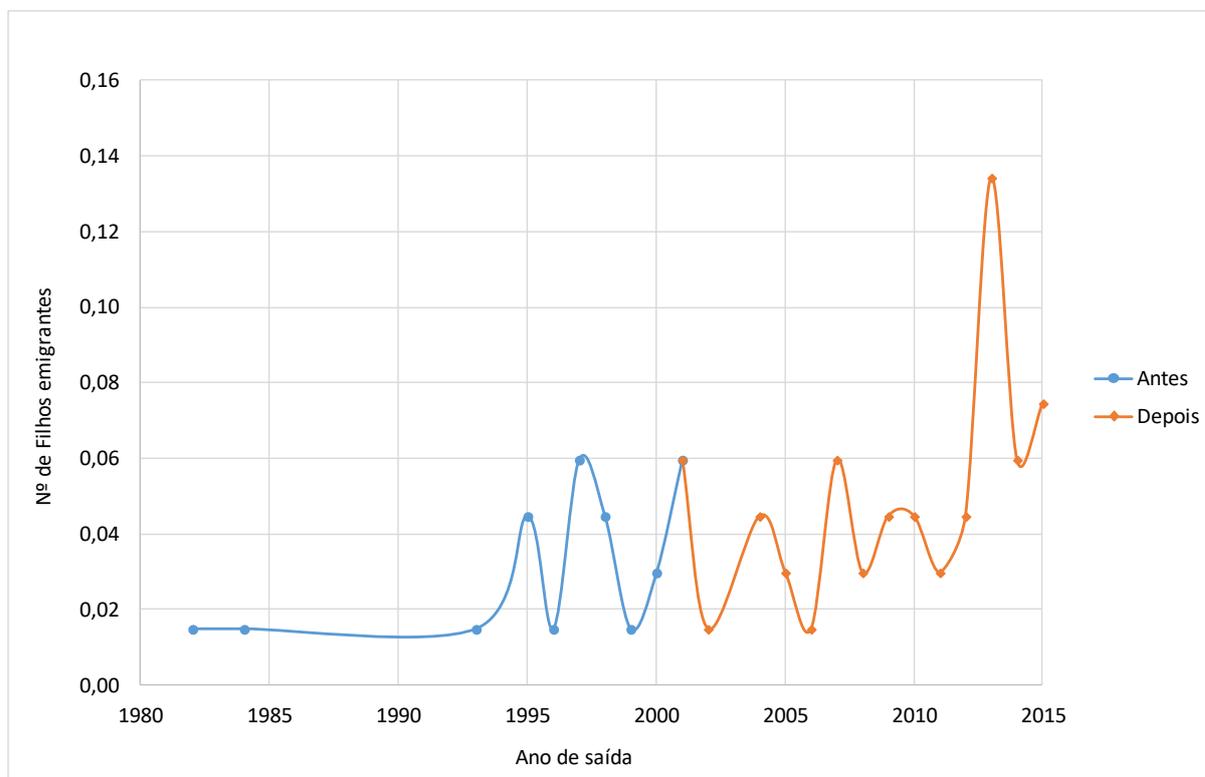
*Corresponde aos domicílios sem o casal, seja por divórcio, solteirice ou viuvez.

Ainda sobre a Tabela 27, percebe-se que as mulheres (donas) também são as que mais apresentam histórico de migração em relação aos homens (donos). Quando analisamos as informações sobre os filhos que não residiam na UD no momento da entrevista, as mulheres jovens eram as que mais emigravam, seguindo um perfil já conhecido para migração rural-urbana, em que as mulheres são as que mais migram (RAVENSTEIN, 1985). Se considerarmos a idade que as “donas” migrantes tinham no período, chegaremos a uma conclusão que obedece o perfil das jovens migrantes identificado nas comunidades do Vencedor e Murinzal.

O que podemos observar na dinâmica dos moradores da RESEX-AP é que embora existam mudanças nas formas de vida dos moradores, na relação que estes mantêm com o ambiente e em tudo que diz respeito às regras de convivência e às leis ambientais, as mudanças nas relações sociais e a maneira como esses moradores se movem e se distribuem não estão previstas no processo de criação da RESEX-AP, pois independentemente de estarem condicionados às regras da reserva, eles demonstram não ter suas dinâmicas abaladas pela criação da RESEX-AP, muito pelo contrário. A partir do que se observou, com a criação da reserva parece estar havendo a intensificação da mobilidade espacial desses moradores.

No gráfico da Figura 22 podemos observar, a partir dos dados de emigração dos filhos emigrantes, o registro de migração estimada pra antes e depois da RESEX-AP. O que pretendemos demonstrar nesta figura é que antes da criação da reserva já existia uma dinâmica populacional estabelecida que aparentemente parece ter se intensificado após a criação da Reserva.

Figura 22: Ano de emigração dos filhos que não residiam no domicílio no período da entrevista realizada nas comunidades do Vencedor e Murinzal, 2015:



Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Outros aspectos que envolvem a criação da RESEX-AP se referem às mudanças associadas às formas de uso dos recursos por parte dos moradores. Identificamos ao longo deste estudo que algumas atividades mais predatórias deixaram de ser praticadas após a criação da RESEX-AP, como a atividade madeireira, a pecuária, e as atividades que requerem mais cuidados, como a extração do óleo de copaíba e a coleta da andiroba. Percebemos que os moradores resignificaram as relações com as suas áreas de uso, adquirindo formas mais responsáveis de usos desses recursos.

Com relação às atividades que praticavam antes da reserva, 65% dos domicílios entrevistados (35) alegaram não ter deixado de praticar essas atividades, e em 35% dos domicílios disseram ter deixado de praticar. Entre as atividades que deixaram de ser praticadas, predominam a extração de seringa, citada por 10 pessoas, a madeira, citada por cinco pessoas, e o plantio de tabaco, citado por quatro pessoas (Tabela 28).

Tabela 28: Atividades não são mais praticadas pelos moradores nas comunidades do Vencedor e Murinzal, 2015:

Atividades	Total de domicílios
Seringa	10
Madeira	05
Tabaco	04
Total	19

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

O fato de essas atividades não serem mais praticadas por esses moradores não está diretamente associado à criação da RESEX-AP. Atividades como a seringa e o tabaco, muito antes da reserva ser criada, já não eram mais comuns entre os moradores. Em relação à seringa, os moradores associam o abandono da prática à queda no mercado desse produto. Quanto ao plantio do tabaco³⁶, apesar de considerarem uma atividade lucrativa, nem todos sabem trabalhar com o produto, e por isso deixaram de praticar. Com relação à extração de madeira, a atividade só pode ocorrer mediante manejo florestal sustentável, e por ser um programa que ainda está sendo implantado na reserva, a prática comercial está suspensa, sendo permitida apenas para construção de moradias.

Em termos de mudanças nas áreas de uso, considerávamos que após a criação da reserva ocorreriam mudanças tanto nas atividades que são desenvolvidas pelos moradores da reserva como nos locais onde praticam tais atividades. Percebe-se que as mudanças ocorreram na maneira como utilizam as áreas, e não nos locais de uso. Antes da criação da RESEX-AP, em 2001, as comunidades não dispunham do zoneamento das áreas de uso, o que ocorreu apenas depois da criação da RESEX, com a implantação do zoneamento da unidade³⁷.

³⁶ O cultivo do tabaco em Unidades de Conservação, em alguns casos, pode ser tratado como infração ambiental. Por ser uma espécie considerada exótica, o cultivo somente é permitido quando faz parte do modo de vida tradicional dos moradores da Unidade de Conservação, e mesmo nesse caso o plantio comercial em larga escala não é permitido, pois é considerado incompatível com o modo de vida tradicional das populações que residem em UC de usos sustentável, considerando o fato de ser inviável em razão da extensa área em corte raso (SENA, 2017). Para maiores informações consulte: Decreto nº 6.514, de 22 de Julho de 2008/Decreto nº 6.686, de 10 de Dezembro de 2008.

³⁷ O zoneamento é definido pela Lei 9.985/2000 como “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (BRASIL, 2000 Art. 2º item XVI).

O zoneamento da RESEX Auati-Paraná tem o objetivo de consolidar espacialmente os diferentes tipos de usos que as populações fazem da área, localizando as áreas de uso e delimitando zonas que confluem para objetivos comuns, com normas que venham a regulamentar os setores, respeitando as tradições locais e a conservação do ambiente. O ponto de partida para a construção do zoneamento foi à integração do conhecimento das comunidades sobre a área da RESEX e seu uso. (ICMBIO, 2011:191)

As USs devem apresentar em seu plano de manejo a divisão das áreas de uso das comunidades. Essa divisão é parte de um modelo embutido na criação dessas áreas, e está prevista no SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, capítulo I item VI a VIII). As áreas que serão destinadas para cada uso são definidas com a participação dos moradores e decididas mediante audiência pública.

Antes da criação da RESEX-AP, em 2001, as comunidades vinham se dedicando com o apoio do Padre Michel, missionário francês ligado a Paróquia de Fonte Boa, à proteção dos lagos de pesca em algumas comunidades: Miriti, São José do Inambé, Vencedor, Murinzal e Curimatá (SILVA, 2009). A forma de proteção incluía a mesma lógica de preservação do Zoneamento de UC, onde se separam as áreas de uso, destinadas à subsistência, das áreas de procriação de espécies. Com a criação de UC, acrescentou-se a zona de amortecimento.

Nesse sentido, a RESEX-AP está dividida em três zonas de uso: Zona de Uso Direto (ZUD), Zona de Baixa Intensidade de Uso (ZBIU) e Zona de Amortecimento (ZA), e para cada tipo de Zona existem diferentes tipos de usos, conforme estabelecido no Plano de Manejo da Reserva (ICMBIO, 2011:191-200):

Zona de Uso Direto (ZUD): Abrange as áreas situadas nas proximidades da margem esquerda do canal Auati-Paraná, nas quais estão localizadas as comunidades e suas áreas de uso, onde o extrativismo, a caça, a pesca e a abertura de roçados são mais intensivos, possuindo uma área aproximada de 88.512,13 hectares.

Zona de Baixa Intensidade de Uso (ZBIU): Esta Zona abrange toda a área da RESEX onde não foram identificadas atividades extrativistas de uso direto, englobando as áreas pouco utilizadas pela população local, aparentemente com alto grau de conservação, onde a caça e o extrativismo acontecem esporadicamente, sendo inexistente a derrubada da mata para abertura de roçados. São áreas pouco alteradas e pesquisadas, desconhecidas por muitos moradores.

Zona de Amortecimento (ZA): Está localizada no entorno das unidades de conservação “onde as atividades humanas estão sujeitas a

normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade”. (Lei 9.985/2000)

Nas comunidades do Vencedor e Murinzal, quando foram questionadas as mudanças nas áreas de uso da comunidade, 66% dos domicílios entrevistados (Tabela 29) consideraram não haver mudanças, pois continuam a utilizar os mesmos locais de antes, da mesma forma que sempre trabalharam, respeitando as regras de preservação. Esse posicionamento se justifica pelas práticas de conservação que já vinham sendo desenvolvidas em algumas comunidades da RESEX-AP com o apoio do Padre Michel. Contrariando esse grupo, 33% dos domicílios entrevistados observaram ter ocorrido mudança nas áreas de uso e que o zoneamento da unidade fez com que o uso dos lagos fosse melhor conduzido pelos moradores. As regras definidas ajudaram na conscientização, pois antes da criação da RESEX nos pareceu não haver um consenso quanto ao uso dessas áreas, o que levou alguns moradores a usar a expressão “agora respeitavam a área da comunidade”.

Tabela 29: Consideração dos moradores sobre mudanças nas áreas de uso de suas comunidades após a criação da Reserva Extrativista Auati-Paraná, 2015.

Mudança	Murinzal	Vencedor	Total	Murinzal	Vencedor	Total %
Não	19	17	36	79,2	56,7	66,7
Sim	05	13	18	20,8	43,3	33,3
Total geral	24	30	54	100,0	100,0	100,0

Pesquisa Mobilidade Espacial da População na Reserva Extrativista Auati-Paraná - NEPO/Unicamp - FAPEAM, 2015.

Percebe-se nesse contexto que as mudanças não são consideradas negativas, pois foram importantes para a manutenção da pesca e dos demais recursos que antes da criação da reserva eram escassos. Nas entrevistas comunitárias, percebeu-se o mesmo, existindo um consenso entre os moradores da RESEX-AP sobre as melhorias após a criação da reserva, mesmo que considerem essas melhorias mais expressivas quanto à oferta de recursos, à abundância de pescado e aos animais que antes da reserva não eram mais vistos e passaram a ser encontrados, como quelônios e o peixe-boi.

Nem todas as comunidades compartilharam dessa mesma percepção, principalmente as comunidades que se consideraram prejudicadas na divisão dos lagos de pesca e as comunidades em que havia moradores que trabalhavam com a extração de madeira. Como na comunidade do Luis, em que boa parte dos moradores trabalhava com a extração de madeira e agora se sente prejudicada por não poder mais desenvolver essa atividade. Além disso, alegam não mais poder vender o pescado como antes e que o fato de existir um programa de manejo dificulta esse comércio, pois não é todo ano que conseguem fazer a despesca.

Na comunidade Boa Vista do Pema, consideram ter perdido um Lago importante para subsistência da comunidade, lago que atualmente faz parte da comunidade do Vencedor e é utilizado para o manejo pesqueiro. A saída dos moradores da comunidade Boa Vista do Pema foi associada ao uso desse lago, tendo em vista que uma família que morava na área próxima teve que sair do local por não fazer mais parte da comunidade. Indignada com a mudança, a família migrou para a cidade de Fonte Boa.

Embora nenhuma comunidade tenha ficado sem uma área do lago para pesca, esse assunto ainda gera muitos problemas entre as comunidades e demanda muito bom senso dos moradores em relação a essas regras. Em entrevista, Claudia Louro, analista ambiental do ICMBIO e gestora da RESEX-AP (entrevista realizada em Tefé em 23 de outubro de 2015), considera que as regras ainda são muito difíceis de entender para os moradores da reserva, e essa dificuldade fica mais clara durante a pesca nos lagos de manejo, pois muitos não querem respeitar essas regras, principalmente os moradores mais jovens. Ainda assim, Claudia Louro afirma que a pesca é o que tem mantido os moradores na reserva.

As considerações sobre o que entendem ser uma Reserva Extravista demonstra, de um lado, o discurso do Estado na fala dos moradores ao citarem preservação e uso sustentável, além de uma clara percepção sobre o cuidado com os recursos e certa aflição no uso. Por outro lado, percebe-se que existe consciência quanto às mudanças em termos de disponibilidade de recursos.

“tudo o que tem aqui tem o direito tirar com controle, preservando” (sr. S., comunidade Murinzal).

“Quando passa a ser reserva há um respeito na área da comunidade, ninguém invade a área do outro, tem acesso aos programas” (sr. R., comunidade do Vencedor).

“Nem tudo o que a pessoa quer pode fazer, tem que respeitar as regras, não pode invadir as comunidades vizinhas” (sr. E., comunidade do Vencedor).

“Quando eu uso, cuido das atividades extrativistas sem prejudicar o amanhã” (sra. M, comunidade Murinzal).

Diante do que se observa na RESEX-AP, consideramos que os moradores ainda associam a criação da reserva a algo restrito, e não há um consenso sobre o que de fato representa para eles estar morando nessa área. É como se o propósito de luta dos extrativistas durante a década de 1970 tenha resultado apenas em uma forma de controle sobre essas populações pelo Estado.

De certo modo, a criação da RESEX-AP não partiu diretamente dos moradores dessas comunidades, se levarmos em consideração nesse processo o papel da Igreja Católica nessa região, como visto no início deste capítulo. Podemos considerar que, ao longo do tempo, os moradores dessa área foram compreendendo a importância da conservação dos recursos, e que, diante dos conflitos enfrentados pela pesca predatória, acabaram vendo na criação da RESEX-AP a solução para os problemas que vinham enfrentando naquele momento. Nos domicílios entrevistados fica claro esse entendimento, observa-se que se a criação da reserva foi importante para algumas mudanças, principalmente às relacionadas ao pescado.

Predomina entre os moradores dessa área uma confusão sobre os investimentos em políticas públicas direcionados para RESEX-AP. Em muitos domicílios, e até mesmo durante as reuniões comunitárias, percebe-se que alguns moradores atribuem ao ICMBIO o papel do Estado em levar infraestrutura para a reserva. Muitos moradores esperavam que após a criação da RESEX-AP pudessem usufruir de melhores serviços de educação, saúde, transporte e melhorias na renda. De fato, houve mudanças positivas nesse sentido, mas, diante do que se observa no próprio contexto da Amazônia, onde as políticas públicas até mesmo no urbano são precárias, o que esperar de investimentos em uma região no rural,

em que a principal dificuldade dos moradores ainda é a falta de energia elétrica e de abastecimentos de água potável?

O caso dos moradores da RESEX-AP é o de uma dinâmica populacional em que as pessoas ainda estão se movendo em busca de melhores condições de trabalho, de acesso a serviços de educação e cuidados com a saúde. Na década de 1970, o debate que surgia de conciliar o desenvolvimento da Amazônia com a preservação dos recursos naturais (e em consonância com as populações) consolidou e reestruturou as políticas para a criação de Unidades de Conservação de uso sustentável; atualmente, o esforço que se faz ainda está na consonância entre população e ambiente.

As políticas voltadas para conservação do ambiente natural dessas áreas garantem essa manutenção sob uma série de restrições, e os programas e investimentos que tornem essas populações economicamente independentes, dentro desse ambiente preservado, ainda demonstram dificuldades. Essas dificuldades associadas ao contexto ambiental dessas populações, mesmo que inconscientemente, é o que influencia a mobilidade e a distribuição espacial dessas populações.

4.2. Dinâmica Populacional na Amazônia: o lugar das reservas extrativistas

A dinâmica populacional de uma região pode ser alterada a partir de três componentes: a fecundidade, a mortalidade e a migração. No que tange à dinâmica populacional da Amazônia, pode-se dizer que a migração foi um dos elementos centrais da dinâmica demográfica dessa região, pois assumiu um papel importante no crescimento populacional nas cidades, na urbanização e nas formas de produção orientadas pelo governo.

A migração para a Amazônia foi direcionada pelo contexto de expansão da fronteira agrícola para essa região, quando o governo concedeu incentivos para ocupar uma área considerada “vazia” mediante a incorporação de terras para a agropecuária. Esses incentivos foram acompanhados por projetos de tecnologia e a abertura de estradas e rodovias que colocavam em prática o plano de integração da Amazônia às demais regiões do país. Conforme vimos no capítulo I deste estudo, no final do século XX, os investimentos direcionados para a Amazônia seguiram uma tendência pouco articulada com a realidade local. A lógica do desenvolvimento, de um lado, introduzia a tecnologia e modernizava os meios de comunicação; de outro, se caracterizava pelo genocídio das populações indígenas e pela degradação ambiental (BECKER, 2005).

A dinâmica populacional na Amazônia pode ser compreendida por diferentes processos. Um que nos leva às áreas de expansão da fronteira agrícola, alvo dos grandes projetos, as áreas mais afetadas pelos programas do governo e que apresentam maiores transformações na dinâmica populacional. O outro caminho nos leva às áreas distantes dos grandes projetos e empreendimentos, que obedecem a outras formas de ocupação, apresentando dinâmicas menos intensas.

O contexto de ocupação da Amazônia a partir da década de 1970 ocorre em virtude da expansão da fronteira agrícola para essa região (MUELLER, 1979; SAWYER e PINEHRO, 1984; MARTINE, 1992). Nesse contexto, observamos uma dinâmica de fronteira incentivada pela agricultura e pela ocupação da terra, atraindo uma população migrante para a área dos projetos de colonização. Essa forma de ocupação contribuiu para o crescimento acelerado da população e, posteriormente, na redistribuição dessas populações em direção às cidades, marcando a fase de urbanização. O desdobramento dessa dinâmica trouxe uma série de transformações econômicas, sociais e ambientais para a Amazônia.

Outro contexto da dinâmica populacional da Amazônia se refere às áreas não atingidas diretamente pelos projetos de colonização. Esse contexto pôde ser observado a partir do histórico de ocupação da região do Médio Solimões, em que a ocupação ocorreu em virtude de outras fases de desenvolvimento da Amazônia e se baseou na exploração econômica de produtos florestais, com destaque para o látex. No Médio Solimões, a ocupação se manteve dispersa, orientada pelo curso d'água. As cidades, até os dias atuais, têm as hidrovias como principal eixo de integração com os centros urbanos.

Tanto na dinâmica de fronteira, que foi conduzida pelo Estado, quanto na dinâmica mais dispersa, as populações envolvidas responderam aos mesmos desdobramentos observados para o contexto mais geral da Amazônia. Entre o período de 1970-1980, viam-se na Amazônia as facilidades para compra de terra decorrente da decadência do seringal nativo, da especulação fundiária e do crédito fácil.

No estado do Acre, além dos elementos comuns para toda a Amazônia, acrescentava-se a essas facilidades criadas pelo governo a expansão da agropecuária, incentivando a migração por busca de terra barata para abertura de pastos, provocando danos ambientais e sociais, atingindo os moradores que permaneciam nessas áreas (ALLEGRETI, 1994). Na região do Médio Solimões, os “patrões” abandonavam as colocações e migravam para as cidades, e quem permaneceu nessas áreas buscou se adaptar a outras formas de produção (ALENCAR, 2010).

A colonização da Amazônia resignificou a ocupação de espaços que foram considerados pelo governo como sendo “vazios”. Diante da extensão territorial e da visão que se tinha sobre “vazio populacional”, identifica-se que a dinâmica populacional, orientada por meio de diferentes ciclos econômicos, pode ser justificada por dois fatores de atração: o trabalho e a terra. A migração por trabalho foi o que atraiu um grande contingente de população para a Amazônia, e as questões ligadas a terra atraíram fazendeiros e compradores de terra para a região e são consideradas um dos elementos centrais para a saída da população do rural em direção as áreas urbanas.

Paralelo a esse processo, muda-se a concepção do governo sobre os modelos de áreas protegidas que vinham sendo adotados no Brasil, o que traz para a pauta de discussão não só as reivindicações das populações extrativistas, mas críticas à forma como as áreas protegidas no país estavam sendo planejadas. Imediatamente, a necessidade das populações extrativistas se ajustou à necessidade das populações indígenas, revelando a negligência do governo com as populações que viviam dentro de áreas de preservação já criadas no país, passando a questionar o modelo de áreas protegidas vigente naquele momento.

As Unidades de Conservação existentes hoje no Brasil são parte de um processo que envolveu mudanças estruturais na maneira como as primeiras áreas foram criadas e na maneira como eram gerenciadas. Tais mudanças ocorreram a partir da participação dos movimentos sociais, com destaque ao movimento indígena e extrativista, que se fortaleceram durante a década de 1980 (SILVA M., 2005), em virtude dos conflitos supracitados na Amazônia.

As lutas dos seringueiros contra a expansão das fazendas de gado e os projetos de colonização do INCRA caracterizaram essa mudança, bem como os conflitos que se instalaram na década de 1970 por conta das populações que viviam nas áreas protegidas de uso indireto (VIANNA, 2008). O reconhecimento da população como importante para o manejo dos recursos naturais foi necessário para a criação de novas categorias de unidade de conservação.

As RESEX demonstram não apenas uma nova forma de se pensar a relação entre população e ambiente (no contexto de Unidades de Conservação), mas resignificam as formas de atuação do governo na Amazônia, modificam a lógica de ocupação pautada na visão de vazios populacionais, de soberania nacional, para uma ocupação controlada. Um controle de interesse internacional, já que a proteção da floresta Amazônica se tornou uma preocupação mundial.

Embora a ocupação tenha sido controlada e tenha ocorrido o reconhecimento nas formas de usos pelas populações tradicionais e povos indígenas, ainda hoje predominam na Amazônia conflitos envolvendo povos indígenas e fazendeiros, extrativistas e grileiros, e a mediação do governo é pouco articulada com o contexto dessas populações (econômico, social, cultural). Ainda se mantém a visão de controle sobre o ambiente, atraindo e incentivando a ocupação por meio de projetos voltados para a exploração dos recursos naturais na Amazônia, sem a preocupação com as populações locais.

A dinâmica dos moradores da Reserva Extrativistas Auati-Paraná (RESEX-AP) demonstra certa fragilidade quanto ao seguimento das políticas para criação de Unidades de Conservação de uso sustentável. Se por um lado existe o controle sobre os conflitos e pressão dos recursos naturais, por outro existe uma fragilidade em promover o bem estar das populações que vivem nessas áreas no que se refere à oferta de serviços básicos, como saúde e educação de qualidade.

Esses fatores, somados ao contexto ambiental dos moradores RESEX-AP, é que influencia a mobilidade e a distribuição espacial dessas populações. Os moradores da reserva mantêm uma forte conexão com o urbano, seja para venda de produtos agrícolas, seja para suprir necessidades básicas, seja para fugir dos períodos mais críticos de permanência na reserva.

Essa dinâmica entre o rural e o urbano também foi observada em estudos que não se referem à população residente de unidades de conservação. Como no estudo de Amaral et. al. (2013), em que as populações ribeirinhas na cidade de Santarém no Pará demonstraram uma forte conexão com um urbano, diante das necessidades do contexto das comunidades que foram estudadas pela pesquisa, demonstrando que existe uma relação entre essas comunidades e o tecido urbano local. Tais “comunidades representam núcleos populacionais tradicionais com forte ligação com a rede de rios, os quais conferem conectividade e mobilidade para suas populações, desenvolvendo relações específicas destes locais” (AMARAL et. al., 2013:391).

Os moradores da RESEX-AP revelaram ter uma forte conexão com o urbano, apresentam viagens regulares a cidades. Demonstraram que o ir e vir da cidade exerce importância em suas dinâmicas, pois é ali que as famílias devem ir para coletar sua aposentadoria e outros benefícios. Essas formas de conexão, pelo que se observa em outros estudos, comi WinklerPrins e Souza (2005) e Padoch (2008), parecem ser um comportamento comum das populações que vivem no rural da Amazônia e que independe

de estarem residindo em uma Unidade de Conservação ou em outras formas de ocupação humana. O que oferece garantias à fixação de uma população no território está relacionado ao fato de essas populações terem atendidas nesses locais suas necessidades individuais.

A dinâmica dos moradores da RESEX-AP exerce importância na escala regional, assim como vem sendo observado nas comunidades rurais em outros lugares na Amazônia. Não podemos entender neste estudo o quanto essa dinâmica interfere na rede urbana regional do Médio Solimões ou como esses processos podem ser percebidos no urbano desses municípios. Mas consideramos que essa conexão com o urbano, além dos fatores já observados, se dá pela relação entre os domicílios multilocalizados, que demonstram ter certa influência nessa conexão, pois existe uma relação de dependência entre eles que não necessariamente inclui trocas econômicas (envio de remessas), mas se dá sob outras formas de assistência.

Os deslocamentos sazonais e a multilocalidade dos domicílios são elementos comuns em toda Amazônia (PINEDO-VASQUEZ et. al., 2008). Estudos de Nugent (1993) e Winklerprins (2002), ambos realizados na região de Santarém, no Pará, mostram que muitas famílias que habitam o rural mantêm uma dupla residência: na cidade e na comunidade, usando recursos de ambas. Vimos na reserva que alguns moradores mantêm esse tipo de conexão, como foi o caso do senhor S., residente na comunidade do Vencedor.

Observamos que nas comunidades do Vencedor e Murinzal, existem 10 famílias que mantêm uma casa na comunidade e no urbano do município de Fonte Boa. A maioria dessas famílias inclui um ou mais membros que tendem a permanecer na área urbana por mais tempo, enquanto outros membros circulam entre a comunidade e a cidade. De acordo com Pinedo-Vasquez et. al. (2008), os sistemas familiares e as redes sociais em geral são fundamentais para a manutenção desse fluxo.

O que observamos em nossos estudos, é que atualmente a dinâmica populacional na Amazônia se concentra em dinâmicas inter-regionais, estando associada a dinâmicas que acontecem numa escala menor. As comunidades situadas na RESEX-AP demonstram intensa dinâmica com o município de Fonte Boa, e, na escala regional, esse município apresenta alta rotatividade migratória. Mas, se analisarmos os dados para o estado do Amazonas, a migração nesses municípios tem um peso menor e, no contexto da Amazônia Legal, não demonstra ter influência na dinâmica populacional dessa região.

A proposta das primeiras RESEX tinha como um de seus objetivos garantir a permanência de moradores extrativistas em suas áreas produtivas, conforme visto no capítulo II deste estudo, evitando assim a intensa migração rural-urbana que vinha

ocorrendo principalmente nos estados do Acre e de Rondônia. Sobre esse aspecto, a partir dos dados do censo demográfico, observa-se que o êxodo rural foi contido, mas surgiram outras dinâmicas que têm um papel importante no contexto regional.

Ao analisarmos os dados dessa pesquisa, notamos que, apesar de existir uma pequena parcela de moradores da RESEX-AP migrando para as cidades, a maioria dos moradores tem permanecido na reserva, mas estabelece uma conexão com o urbano que acontece de acordo com o que WinklerPrins e Souza (2005) identificaram em seus estudos: não se pode assumir que o rural e o urbano na Amazônia estão separados, estão interligados por relações socioespaciais que também são observadas no contexto dos moradores da RESEX-AP.

Nesse sentido, a criação da RESEX-AP afeta seus residentes a partir do momento em que cria condições para a permanência de população nessas áreas. É um local onde essas populações podem usufruir dos recursos naturais, mas, estando sujeitos a variações ambientais e as limitações socioeconômicas, acabam por manter uma relação próxima com o urbano.

Do que foi aqui apresentado, resta considerar que o entendimento da mobilidade e da distribuição espacial da população na Amazônia abrange diferentes contextos que podem ser influenciados pelas diferentes formas de ocupação espacial, em distintas escalas. Portanto, um painel mais amplo de estudos específicos, de caso, se faz necessário. Estudos detalhados exigem profundidade na obtenção dos dados e propiciam análise de um conjunto de variáveis e aspectos que permitem ir além dos dados disponíveis nas fontes oficiais de pesquisa. Porém, é essencial que tal dimensão, a dos casos específicos, seja articulada às outras, mais gerais, que só se podem ver através de bases de dados cadastrais e censos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese buscou explorar a mobilidade e distribuição espacial da população em Unidades de Conservação de uso sustentável na Amazônia, com vistas a identificar e compreender como a criação de UC afeta a população residente dessas áreas a partir da perspectiva dos estudos de população, e ainda se a criação de UC afeta a mobilidade e distribuição da população nesses espaços.

Ao considerarmos as regras ambientais que acompanham a criação de UC, supomos que tais regras seriam um fator limitante à presença de população nessas áreas, estando os moradores dentro desses espaços sujeitos à adaptação a essas regras e dessa adaptação partiria a decisão em permanecer ou migrar desses espaços. Além disso, os locais onde esses moradores desenvolvem suas atividades e a maneira como se relacionam com o ambiente também estariam sujeitos a mudanças após a criação de UC.

Entender essas questões representou um desafio metodológico tendo em vista as limitações em termos de fonte de dados para estudos demográficos em UC. Vencer tais desafios inclui incorporar às análises diferentes fontes de dados. E neste estudo utilizamos os dados do censo demográfico referentes às informações do universo desagregado por setor censitário, dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) referentes ao cadastro dos moradores da RESEX-AP e os dados da pesquisa campo.

Dessa maneira, para analisar a relação entre a criação da RESEX-AP e a dinâmica populacional, apresentamos três níveis de análise. O primeiro se referiu às fontes secundárias: censo demográfico e ICMBIO. O segundo nível se referiu à coleta de dados no que diz respeito ao contexto das comunidades; e o terceiro nível se referiu às entrevistas domiciliares realizadas nas comunidades do Vencedor e Murinzal.

O primeiro nível de análise apresentou as características sociodemográficas dos moradores e dos domicílios da RESEX-AP, mostrando que as formas de organização ocorrem mediante a ajuda mútua facilitada pela vida em comunidade e que as relações socioespaciais dos moradores respondem às características ambientais da reserva influenciadas pela sazonalidade dos rios (cheia, seca, a enchente e a vazante).

Os moradores nessa área enfrentam dificuldades de acesso à educação e os serviços disponíveis nas comunidades não atendem à demanda dos moradores, e isso gera impacto na dinâmica dessas populações à medida que esses fatores criam necessidades que influenciam na mobilidade desses moradores, seja a dinâmica interna ou a dinâmica entre o rural-urbano (reserva e urbano). Além desses fatores, a queda do comércio por regatão na

região gerou outras demandas que associadas às demandas sociais intensificam a mobilidade e distribuição espacial desses moradores que têm como principal destino o município de Fonte Boa.

No segundo nível de análise, os dados comunitários demonstraram que houve mudanças no volume de habitantes da reserva ocasionada pela migração de famílias, e que essa migração se justifica por contexto atribuído a fatores socioeconômicos. E ao mesmo tempo em que observamos redução no número de moradores, também notamos que houve aumento no número de domicílios decorrente ao crédito de instalação de moradias oferecido pelo INCRA, que influenciou na distribuição da população contribuindo para a mudança do local de residência dos moradores em comunidades situadas à margem direita do rio (fora dos limites oficiais da reserva) para a margem esquerda do rio (dentro dos limites da reserva), modificando a localização da comunidade.

Quanto à dimensão do impacto das regras ambientais nos locais e formas de uso das comunidades e sobre como essas regras influenciam na mobilidade, constatamos que as regras ambientais ajudaram a reorganizar as formas de uso dos recursos contribuindo para o aumento do estoque pesqueiro. Os moradores não tiveram suas áreas de uso modificadas com a criação da reserva, mas a criação da reserva modificou a maneira como eles utilizam essas áreas estando mais claro entre as comunidades até onde podem explorar os recursos.

Apesar disso, alguns moradores atribuem à reserva um caráter restritivo e consideram que a saída de algumas famílias ocorreu pela dificuldade em entender e compreender tais regras. Como vimos nas comunidades Luiz, São José do Inambé e Boa Vista do Pema. Ainda assim, os fatores sociais são os que mais pesam na decisão em deixar a reserva.

No terceiro nível da análise, desenvolvido a partir do que foi observado nas comunidades do Vencedor e Murinzal, compreendemos que a mobilidade e distribuição espacial da população na RESEX-AP ocorrem mediante aos fatores ambientais, sociais e econômicos da reserva. Esses fatores reforçam o que foi observado no primeiro e segundo níveis da pesquisa.

Nos diferentes níveis dessa pesquisa, percebemos que existem dois contextos para entender a mobilidade e distribuição espacial da população na reserva. O primeiro se refere à mobilidade sazonal, justificada pelas características ambientais da reserva, em que a mobilidade ocorre mediante as variações do rio influenciando no deslocamento dos moradores para as áreas urbanas e para as comunidades na própria RESEX situadas em terra firme. O segundo contexto se refere à migração de moradores, justificada pelas características

socioeconômicas predominantes na reserva, como os serviços precários de educação, saúde e transporte para escoamento da produção agrícola.

Devemos considerar, ainda, que no ambiente interno da RESEX-AP os moradores mantêm uma dinâmica intensa entre uma comunidade e outra para usufruir de serviços que não são oferecidos em suas comunidades. E consideramos que os fatores, como aqueles relacionados às questões sociais e os ligados às características ambientais, que justificam essa dinâmica interna também influenciam na mobilidade e distribuição espacial desses moradores.

No contexto regional, observamos que a região do Médio Solimões passa por um processo de redistribuição espacial da população, caracterizada pela migração intrarregional em conformidade com o que vem sendo observado na Amazônia. Os municípios que possuem território na reserva representam uma etapa dessa dinâmica que segue em direção aos centros urbanos, como Tefé e Manaus. Os dados da RESEX-AP contestam essa dinâmica, pois, apesar de existir uma parcela de moradores migrando em direção às cidades, boa parte desses tem permanecido na reserva.

No contexto da Amazônia, as RESEX serviram para conter o êxodo rural das populações afetadas pelos projetos de desenvolvimento (ALLEGRETTI, 1994). Observa-se que embora tenha minimizado a migração rural-urbana, o caso da RESEX-AP demonstra que, ao garantirem a permanência da população nessas áreas, outras dinâmicas surgiram. Dinâmicas que se estendem para além da reserva e que interligam o rural e o urbano.

Dessa maneira, nossas hipóteses de pesquisas nos levaram a outros caminhos. Apesar de existir uma pequena parcela de moradores da RESEX-AP migrando para as cidades, a maioria dos moradores tem permanecido na reserva, mas estabelecem uma conexão com o urbano, o que nos permite inferir que a partir da criação de reservas controla-se a saída de população do rural, mas contribui-se para outras dinâmicas que têm um papel importante no contexto regional.

Diante do que se observou neste estudo, consideramos que o entendimento da mobilidade e da distribuição espacial da população na Amazônia abrange diferentes contextos que podem ser influenciados pelas diferentes formas de ocupação espacial, em distintas escalas, e por esses diversos contextos não se pode assumir que o rural e o urbano na Amazônia estão separados, mas que estão interligados por relações socioespaciais como as observadas neste estudo.

Nesse sentido, embora não possamos assumir os resultados encontrados nesse estudo de caso como aplicáveis às demais UC's existentes, é preciso reconhecer a necessidade de pesquisas que busquem entender como essas populações se comportam no interior dessas

áreas. A partir do estudo de caso da RESEX-AP, compreendemos como os moradores dessa área se movem e se distribuem nesse território, mas é preciso ampliar esses estudos para entender aspectos mais específicos dessa população, que incluam outras características sociodemográficas não apresentadas nesse estudo, como as relacionadas à família e fecundidade, e que ajudem a repensar a efetividade das políticas para criação e manutenção de UC.

Diante da conjuntura política atual do Brasil, é preciso sustentar a hipótese de que a criação de UC oferece subsídios para autonomia administrativa e financeira dessas áreas, conforme previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de modo que a política para criação de UC não se torne economicamente inviável no plano Nacional. Estudar essas áreas, tanto do ponto vista ambiental quanto no aspecto populacional, oferece meios para fortalecer essa política.

A demografia pode contribuir com esses estudos a partir das suas demais categorias de análises, englobando pesquisas mais amplas sobre as modificações no tamanho, estrutura e distribuição espacial da população e permitindo entender a magnitude dos processos socioeconômicos no comportamento dessa população. Tais pesquisas vão exigir novos esforços teóricos e metodológicos, a ampliação das fontes de dados coletados, bem como a utilização cada vez mais criativa das informações já existentes para essas áreas, de modo que os demais componentes da dinâmica demográfica sejam compreendidos.

A partir do que obtivemos neste estudo, novas pesquisas fazem-se necessárias, de modo que o estudo não fique apenas no ambiente da RESEX-AP, mas se volte para outras análises. Essas devem incorporar, nesse contexto apresentado, as informações referentes à população da reserva que vive no urbano por meio das redes que conectam essas populações e aprofundar os estudos quanto aos diferentes arranjos domiciliares e/ou familiares que conectam o rural e o urbano. Devem, ainda, buscar respostas para o papel dessas dinâmicas na rede urbana regional e o impacto desses movimentos para essas cidades.

Consideramos o presente estudo como uma iniciativa para reforçar os avanços da demografia nos estudos que compreendem a relação entre população e ambiente. E, mais do que isso, chamar a atenção para outros aspectos da dinâmica demográfica na Amazônia, assumindo que a questão demográfica e os problemas ambientais devem ser repensados para além da pressão populacional sobre os recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. O tempo dos Patrões brabos: Fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - AM. **Revista Amazônica**, v. v. 1, n. 1, p. 178-199, 2009.

_____. **Dinâmica territorial e mobilidade geográfica no processo de ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã-AM**. Revista Uakari. V. 6, nº 1. p.39-58 2010.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A.; ALLEGRETTI, M., *et al* (Ed.). **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro, RJ; Curitiba, PR: Relume-Dumará; Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; Fundação Konrad Adenauer, 1994. Cap. 17, p.276. ISBN 85-85427-57-4.

_____. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002. (Tese de Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Terra de quilombo, terra indígena, babaçu livre, castanha do povo, faxina e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Edição. 2008.

ALMEIDA, M. A. F. D. **A ocupação recente da Amazônia através das grandes empresas pecuárias**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1982.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, 2004, Caxambu, Minas Gerais. p. 20.

AMARAL, S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). 2001

AMARAL, S. ET al. **Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do baixo Tapajós (Pará-Brasil)**.

Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP). V. 30, nº 2, p. 367-399 2013.

ANDERSEN, S. D. M. **Meio ambiente, ONGs e os bancos multilaterais de desenvolvimento: o paraná em foco**. Revista Paraná em desenvolvimento. N 89, p. 75-87, 1996.

ANDRADE, G. S. M.; RHODES, J. R. **Protected Areas an local communities: an inevitable partnership toward successful conservation strategies?** Ecology and Society Magazine. V. 17, n 4, Art. 14 2012.

ARANTES, M. **Histrio de ocupação das comunidades da Reserva Extrativista Auati-Paraná**. Associação Agroextrativista de Auati-Paraná RESEX (AAPA). Fonte Boa - AM. 2007

ARRUDA, R. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Revista Ambiente e sociedade. Ano II n 5, 1999.

AYRES, J. M. et al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**: Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá: 256 p. 2005.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século 21. In: (Ed.). **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu, Minas Gerais, 2008.

_____. **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil**. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU). Ano XX n 39, p.77-100 2012.

_____. **Migrações internas no Brasil: Tendências para o século XXI**. Revista Núcleo de Estudos em Economia (NECAT). Ano quatro n 7 p. 9-22 2015.

BARRETO FILHO, H. T. **Populações Tradicionais: Introdução  crítica da ecologia Política de uma nação**. São Paulo: Annablume, 2006. 109-144 ISBN 35-7419-644-4.

BECKER, B. K. **A implantação da Rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional**. Anuário do Instituto de Geociências. V. 1, p. 32-46, 1977.

_____. **A atuação do Estado na expansão da fronteira: uma contribuição geopolítica ao estudo da região do Araguaia Tocantins.** Seminário regional expansão d fronteira agrícola e meio ambiente na América Latina. LATINA, C. E. P. A. Brasília, Brasil, 10 a 13 de novembro de 1981.

_____. **Amazônia.** São Paulo, SP: Ática, 1990. ISBN 8508036086.

_____. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Revista Parcerias estratégicas. V. 6, n. 12, p. 135-159, 2001.

_____. **Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação.** In: COY, M. e KOHLHEPP, G. (Ed.). **Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais.** Rio de Janeiro: Garamond: Tubinger, Alemanha: Geographischer Institute, 2005. ISBN 85-7617-082-5.

BECKER, B. K.; LÉNA, P. **Análise dos efeitos sociais, econômicos e políticos das ações visando ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Rio de Janeiro: Cooperação CNPq/IRD 2006.

BENATTI, J. H. **Unidades de Conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira.** Novos Cadernos NAEA. V. 2, n° 2, p. 107-128, 1999.

BORGES, S. H., IWANAGA, S., MOREIRA, M., DURIGAN, C. C. **Uma análise geopolítica do atual sistema de unidades de conservação na Amazônia Brasileira.** Política Ambiental. N° 4; p. 3-42, 2007.

BRANDON, K. E.; WELLS, M. **Planning for people and parks: design dilemmas.** Magazine World Development. Vol. 20, Issue: 4, p. 557–570, 1992.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953.** Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências, 1953.

_____. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, 1973.

_____. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000.

_____. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 2003.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais 2007.

BUENO, M. D. C. D.; DAGNINO, R. D. S. População em Unidade de Conservação na Amazônia: estimativas a partir da contagem populacional de 2007. In: D'ANTONA, Á. D. O. e CARMO, R. L. D. (Ed.). **Dinâmica demográfica e ambiente**. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Breque (NEPO), 2011. p.240. ISBN 978-85-88258-28-0.

CAMPOS, S. M. M. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**. 2004. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em 11/01/2017.

CARR, D. **Un perfil socioeconómico y demográfico del parque nacional sierra del lacandón**. 1999. Disponível em: <http://geog.ucsb.edu>. Acesso em: 07/06/2014

CARVALHO, H. J. A. D.; BRUSSI, A. J. E. **Entre as pedras e as flores da terra**. Lua Nova: Revista de cultura e política 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452004000300004>. Acesso em: 16/04/2015.

CAVALCANTI, F. C. D. S. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as Reservas Extrativistas**. 2002. (Tese de Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

CAVENAGHI, S. **Informe técnico a experiência do Brasil nos módulos de domicílio e família nos censos demográficos**. Seminário-taller “Los censos de 2010 y las condiciones de vida” de 7 al 9 de junio de 2010. Santiago, Chile.

CORRÊA et al. **Avanços e desafios da demografia nos estudos populacionais em áreas protegidas na Amazônia brasileira.** VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP). Lima, Perú, 12 a 15 de agosto de 2014.

COSTA, F. D. A. **Neologismo e questão agrária na Amazônia.** Belém, Pará: Universidade Federal do Pará 1992.

CUNHA, A. S. D. **O Índice de Eficácia Migratória: suas raízes e o seu uso na análise e interpretação dos movimentos migratórios.** Programação preliminar do IX encontro nacional sobre migrações. Campinas, São Paulo 2015.

CUNHA, J. M. P. D. **Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise.** Revista São Paulo em Perspectiva. V. 19, nº 4, p. 3-20, 2005. Disponível em: <http://ref.scielo.org/4n79vw>. Acesso em: 16/01/2017.

_____. **A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004.** Parcerias Estratégicas: v. 11, n. 22, p. 381-440, p. 2010.

CUNHA, M. C. D. **Populações tradicionais e a convenção da Diversidade Biológica.** Revista Estudos Avançados. V. 13 nº 36, p. 147-163, 1999. Disponível em: <http://ref.scielo.org/cy8875>. Acesso em: 26/05/2015.

CÔRTEZ, J. C. **Novas abordagens para áreas de fronteira agrícola na Amazônia: recente dinâmica demográfica em Santarém, PA.** XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2012, Águas de Lindóia-SP, Brasil, 19 a 23 de novembro de 2012.

CÔRTEZ, J. C., CORRÊA, H. C. **A dimensão demográfica dos projetos políticos da Amazônia brasileira: mobilidade populacional e uso da terra em duas áreas de regularização fundiária.** VI Congreso ALAP – Asociación Latino-Americana de Población: Dinámica de población y desarrollo sostenible con equidad. De 12 a 15 de Agosto de 2014. Lima, Perú.

D'ANTONA, Á. D. O. **Questões demográficas na definição, monitoramento e planejamento de Reservas Extrativistas da Amazônia Legal brasileira.** XII Encontro

Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu - MG, Brasil., 23 a 27 de outubro de 2000. 2000. Disponível em: <https://goo.gl/RIH0kB>. Acesso em: 02/06/2014.

_____. **Garantir a terra, garantia da terra? Reservas Extrativistas na Amazônia Legal brasileira**. 2003. (Tese de Doutorado). Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

D'ANTONA, Á. D. O.; BUENO, M. D. C.; DAGNINO, R. D. S. **Estimativa da população em unidades de conservação na Amazônia Legal brasileira: Uma aplicação de grades regulares a partir da contagem 2007**. Revista Brasileira de Estudos de população (REBEP). V. 30, nº 2, p. 401-428, 2013. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/367>. Acesso em: 10/11/2016.

D'ANTONA, Á. D. O.; VANWEY, L. K. **Estratégia para amostragem da população e da paisagem em pesquisas de uso e cobertura da terra**. Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP). V. 24, nº 2, p. 263-275 2007. Disponível em: <http://ref.scielo.org/ws34kj>. Acesso em: 26/06/2014.

DAGNINO, R. D. S. et al. **População dentro de unidades de conservação federais no estado do Amazonas, Brasil**. Revista Olam: Ciência e Tecnologia. v. 1, nº 2, p.356-374 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>. Acesso em: 10/11/2016.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. HUCITEC, 2001.

DIEGUES, A. C. et al. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. D. A.; OLIVEIRA, D. D. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. 2011. Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas., Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília.

DUDLEY, N. **Guidelines for applying protected area management categories International Union for Conservation of Nature (IUCN)**. IUCN, Gland, Switzerland, 2008. Disponível em: <https://www.iucn.org>. Acesso em: 17/02/2014. ISBN 978-2-8317-1086-0.

DUTRA, R. L. D. C. **Unidades de Conservação no Amazonas e Planejamento Territorial no Baixo Uatumã.** Departamento de Geografia. Manaus, Amazonas: Universidade Federal do Amazonas. Monografia 2008.

FORMIGA, M. C. D. C.; RAMOS, P. C. F.; MONTEIRO, M. F. G. **A qualidade dos dados censitários populacionais e sua associação com fatores socioeconômicos: um estudo para as mesorregiões do estado do Rio Grande do Norte - Brasil.** Caxambu, Minas Gerais.

GODFREY, B. J. **Frentes de Expansão na Amazônia: uma perspectiva geográfico-histórica.** Revista do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (Geosul). V. 3, n. 6, p. 7-19, 1989. Disponível em: <https://goo.gl/x3Bdqc>. Acesso em: 07/04/2015.

HALL, A. **Amazônia: desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1991. ISBN 8571101671.

HAYES, T. M. **Parks, People, and Forest Protection: An institutional assessment of the effectiveness of protected areas.** World Development Magazine. V. 34, Nº. 12, p. 2064–2075, 2006. Disponível em: www.elsevier.com/locate/worlddev. Acesso em: 19/02/2014.

HIGUCHI, M. I. G. et al. **Vida Social das comunidades da RESEX do Auati-Paraná Fonte Boa-AM.** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Nupech), Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (LAPSEAP) Manaus-AM. 2008.

HOGAN, D. J. **Mobilidade populacional e meio ambiente.** Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP). V. 15, nº 2, p. 83-92, 1998. Disponível em: abep.nepo.unicamp.br. Acesso em: 17/09/2014.

HOGAN, D. J.; D'ANTONA, Á. D. O.; CARMO, R. L. D. Dinâmica Demográfica Recente da Amazônia. In: (Ed.). **Amazônia: Natureza e sociedade em transformação.** São Paulo: Edusp, 2008. Cap. 4, ISBN 9788531411267.

IANNI, O. **A luta pela terra: historia social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2ª. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 1979. 235.

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia-TO**, 2000. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/>. Acesso em: 30/10/2016.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. ESTATÍSTICA, I. B. D. G. E. 2000.

_____. **Regiões de influência das cidades (REGIC) 2007**. 2008. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

_____. **Censo demográfico 2010**. ESTATÍSTICA:, I. B. D. G. E. 2010.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Auati-Paraná**, 2011. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/>. Acesso em: 10/01/2014.

_____. Manual de procedimentos para implantação do crédito instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. 2011a. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/>. Acesso em: 06/04/2017.

IEA. **Seminário: Planejamento e Gestão do processo de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia**: Instituto de Estudos Avançados (IEA), Curitiba, Paraná 1988.

INCRA. **Livro Branco da grilagem de terra do Brasil**. Brasília: Ministério da Política Fundiária e do desenvolvimento agrário 1999.

INEP. **Censo Escolar 2015**.

JAQUES, D. N. **Dados sobre os municípios do Amazonas**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: helo.santarem@gmail.com, em 16 de fevereiro de 2017. 2017.

KOHLHEPP, G. **Desafios à ciência e às políticas de desenvolvimento regional: reflexões e recomendações sobre o futuro desenvolvimento da Amazônia**. Revista Estudos Avançados. V. 3, nº 7, p.183-199 1989. Disponível em: <http://ref.scielo.org/rdz6vj>. Acesso

em: 16/01/2017.

_____. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Revista Estudos Avançados. V. 16, nº 45, p.37-61 2002. Disponível em: <http://ref.scielo.org/hqrnqw>. Acesso em: 04/10/2016.

LEE E.S. **A Theory of Migration.** *Demography*. 3:47-57. 1966.

LIMA, D. M. D.; ALENCAR, E. F. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: TORRES, H. e MONTEIRO, H. (Ed.). **População e meio ambiente.** Brasília: SENAC e Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2000.

MACHADO, L. O. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira.** Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 1, p. 109-138, 1999. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/>. Acesso em: 05/01/2017.

MAHAR, D. et al. **Brazil: Integrated Development of the Northwest frontier.** Banco Mundial. Washington, D. C., U.S.A. 1981.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA, INPES: 259 p. 1978.

MARTINE, G. **Migração e Metropolização.** São Paulo, SP: Perspect. 1, p. 28-31, 1987.

_____. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. 1992.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista.** Rio de Janeiro: tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar, 1992. 183 ISBN 85-85427-094.

MCGRATH, D. **Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional.** Novos Cadernos NAEA. v. 2, nº 2, 57-72, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.109> . Acesso em: 15/01/2017.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.** Revista Ambiente e Sociedade. Vol.9, n.1, pp.41-64, 2006. Disponível em: <http://ref.scielo.org/4nr34c>. Acesso em: 29/04/2015.

MENEZES, M. As Reservas Extrativistas como alternativa ao desmatamento. In: ANDERSON, A.; ALLEGRETTI, M., *et al* (Ed.). **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Rio de Janeiro, RJ; Curitiba, PR: Relume-Dumará; Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; Fundação Konrad Adenauer, 1994. Cap. 49, p.276.

MILANO, M. S. **Parques e reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação.** Revista Floresta. V. 15, nº 12, p.4-9, 2001. Disponível em: <http://www.sifloresta.ufv.br/>. Acesso em: 26/02/2014.

MITTERMEIER, R. A. et al. **Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil.** Megadiversidade. 1 julho de 2005.

MMA. **Plano de Manejo.** s/d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso: 10 de abril 2017.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.** São Paulo, SP: Annablume, 2001.

MOUGEOT, L. T. A. **Ascensão socioeconômica e retenção migratória durante o desenvolvimento da fronteira na região norte do Brasil.** Seminário Regional da fronteira agrícola e meio ambiente na América Latina. Brasília-DF, Brasil, 10 a 13 de novembro de 1981: Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), 1981. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/rep/1981/S8102613.pdf>. Acesso em: 21/04/2015.

MOURA, E. A. F. et al. **Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2001-2011).** Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2016. 310p. ISBN 978-85-88758-43-8.

MUELLER, C. C. **Expansión de la frontera agrícola y medio ambiente en el Brasil: El sur de la región centro-oeste y la Amazonia.** Seminario regional Estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina. Santiago de Chile, 19 a 13 de novembro de 1979: Projeto CEPAL/PNUMA 1979. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/20741>. Acesso em: 20/04/2015.

_____. **O Estado e a expansão da fronteira agrícola no Brasil.** Seminário regional expansão da fronteira agrícola e meio ambiente na América Latina. Brasília-DF, Brasil, 10 a 13 de novembro de 1981: Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), 1981. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/rep/1981/S8102613.pdf>. Acesso em: 17/04/2015.

_____. **Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil.** Revista Administração Pública. v. 6, nº 26, p. 64-87, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/>. Acesso em 26/04/2015.

NEPO. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. Aplicação desenvolvida por Rogério Fabbri Broggian Ozelo – Administrador de RedesNEPO/UNICAMP. **Manual do Sistema SysNEPO**, 2015.

OLIVEIRA, J. A. D. **Cidades na Selva**. In: (Ed.). Manaus, Amazonas: Valer, 2000.

PADOCH, C. et al. **Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia.** Ecology and society Magazine. v. 13, nº 2, Art. 2, 2008. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art2/>. Acesso em: 31/08/2015.

PARRY, L. et al. **Rural-urban migration brings conservation threats and opportunities to Amazonian watersheds.** Conservation Letters Magazine. V. 3, 251–259, 2010. Disponível em:
doi: 10.1111/j.1755-263X.2010.00106.x. Acesso em: 02/12/2010.

PEIXOTO, R. **Ação cultural e concepção política entre a igreja católica e os camponeses (um estudo na região de Marabá).** Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. LÉNA, P. e OLIVEIRA, A. E. D. Belém, PA: Museu Paraense Emilio Goeldi: 363 p. 1991.

PERALTA, N. et al. **Renda doméstica e sazonalidade em comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 1995-2005.** Revista UAKARI. V. 5, nº 1, p. 7-19, 2008. Disponível em: <http://www.uakari.org.br>. Acesso em: 16/05/2015.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. **Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas.** Revista Ambiente e Sociedade. V. 11, nº 1, p. 81-97, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2008000100007>. Acesso em: 09/06/2014.

PETERS, J. **Understanding conflicts between people and parks at Ranomafana, Madagascar.** Agriculture and Human Values. V. 16, nº 1, p. 65-74 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1023/A:1007572011454>. Acesso em: 25/05/2015

PIMBERT, M.; PRETTY, J. N. **Parks, People and Professionals: Putting Participation into Protected Area Management.** UNRISD, Geneva: 1995.

PINEDO-VASQUEZ, M. et al. **Urbano e rural: famílias, multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA. v. 11, nº 2, p. 43-58, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i2.271>. Acesso em: 15/01/2016.

PINHEIRO, M. R. **Dinâmica populacional e mapeamento participativo do uso dos recursos naturais feito pelos moradores do Parque Nacional do Jaú – AM, 2003.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade São Paulo

PINTO, L. F. **Amazônia: no rastro do saque:** São Paulo, SP: Hucitec 1980.

QUEIROZ, K. O. D. **Valorização e fragmentação do território: os desmembramentos histórico-territoriais de Tefé no Amazonas.** VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientais. São Paulo de 8 a 12 de setembro de 2014: 1972-1992 p.

RAVENSTEIN, E. G. **The Laws of migration.** Statistical Society of London. 48, Nº 2 (Jun., 1985), p.: 167-235 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/297918>. Acesso em: 05

de Abril de 2017.

REZENDE, R. S. **Das Colocações à Vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre**. 2011. (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

RODRIGUES, E. A. **Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões**. Manaus, Amazonas: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. **Unidades de conservação brasileiras**. Revista Megadiversidade. V. 1, nº 1, p. 27-35, 2005. Disponível em: <http://www.conservation.org/>. Acesso em: 29/04/2015.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo, SP: Peirópolis. Realização: IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil; ISA - Instituto Socioambiental, 2012. ISBN 978-85-7596-040-0.

SANTOS, V. M. D. **A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira**. 2011. (Doutorado). Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SATHLER, D.; MONTE-MOR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. D. **A Amazônia das redes em desequilíbrio**. Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento. Belém-PA, 9 a 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/>. Acesso em: 29/12/2016.

_____. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira**. Revista Nova Economia. V. 19, nº 1, p. 11-39, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100002>. Acesso em: 29/12/2016.

SAWYER, D. R. **Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil: Ensaio de interpretação estrutural e espacial**. Seminário regional expansão da fronteira agrícola e meio ambiente na América Latina. Brasília-DF, Brasil, 10 a 13 de novembro de 1981: Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) Programa das Nações Unidas para o

Meio Ambiente (PNUMA), 1981. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/rep/1981/S8102613.pdf>. Acesso em: 27/12/2016.

SAWYER, D. R.; PINHEIRO, S. D. M. G. **A Dinâmica demográfica das regiões de fronteira**. Anais do IV Encontro Nacional da ABEP. Águas de São Pedro-SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). V. 4 1984. Disponível em: <http://www.abep.org.br/>. Acesso em: 30/12/2012.

SCHWEICKARDT, K. H. S. C. **As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implementação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá**. 2010. (Tese de Doutorado). Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SEHLI, D. A. et al. **Sistemas de unidades de conservação: Estudo comparativo entre os preceitos da International Union for Conservation of Nature (IUCN) e as realidades brasileiras e Norte-Americanas**. Revista Olam: Ciência e Tecnologia. V. 1, nº 2, p. 149-168, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>. Acesso em: 10/11/2016.

SENRA, K. V. **Políticas Federais de desenvolvimento regional brasileiro: uma análise comparada dos períodos pós-guerra (1945-1964), pós-golpe militar (1964-1988) e pós-constituição Federal (1988-2000)**. 2009. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia. Programa de pós-graduação em geografia, Universidade de Brasília (UNB).

SILVA, H. A. D.; SANTOS, E. D. C. **Dinâmica da ocupação e utilização do espaço em comunidades do Paraná do Aranapú, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM/Brasil**. Revista Geografia de América Central. V. 2, nº 47, p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/>. Acesso em: 10/01/2017.

SILVA, K. **Sociogênese de uma unidade de conservação: um estudo sobre a reserva Extrativista Auati-Paraná – Fonte Boa/AM** 2009. (Dissertação de Mestrado). Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas.

SILVA, M. **O programa brasileiro de unidades de conservação**. Revista Megadiversidade.

V. 1, nº 1, p.22-26, 2005. Disponível em: <http://www.conservation.org/>. Acesso em: 29/04/2015.

STELLA, T. H. D. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. (Dissertação de Mestrado). Desenvolvimento econômico, espaço e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Campinas.

VERISSÍMO, A. et al. **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Instituto Socioambiental (ISA), 2011. ISBN 11-02652.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo, SP: Annablume, 2008. ISBN 978-85-7419-852-1.

VILARINHO, C. R. O. **O Brasil e o banco mundial diante da questão ambiental**. Perspectiva: revista de ciências sociais. V. 15, p. 37-57, 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/issue/view/26>. Acesso em: 27/04/2015.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 2012. (Professor Titular). Departamento de Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. **House-lot gardens in Santarem, Para, Brazil: Linking rural with urban**. Urban Ecosystems Magazine. v. 6, nº 1, p. 43–65, 2002. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1023/A:1025914629492>. Acesso em: 17/08/2016.

ANEXOS

ANEXO 1:

Tabela 29: Taxa de distorção idade série das Escolas localizadas no interior da Reserva Extrativista Auati-Paraná (2015):

Localização	Nome do Município	Nome da Escola	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Barreirinha de Baixo	Fonte Boa	Esc. Mun. Ana Ramos Coelho	66,7	43,8	92,9	22,2	16,7	50,0	66,7	71,4	90,0	100,0	75,0	100,0
São José do Inambé	Fonte Boa	Esc. Mun. Nair Maciel Correa	40,7	14,3	69,2	0,0	0,0	0,0	33,3	33,3	0,0	80,0	100,0	33,3
Cordeiro	Fonte Boa	Esc. Mun. Nossa Senhora De	48,6	33,3	64,7	0,0	0,0	60,0	100,0	100,0	100,0	50,0	33,3	100,0
		Guadalupe												
São Luis	Fonte Boa	Esc. Mun. Nossa Senhora Do	46,8	20,7	88,9	0,0	16,7	0,0	50,0	100,0	83,3	100,0	75,0	100,0
Murinzal	Fonte Boa	Perpetuo Socorro	45,0	35,7	66,7	50,0	0,0	66,7	33,3	0,0	100,0	66,7	50,0	0,0
Vencedor	Fonte Boa	Esc. Mun. Santa Maria	92,9	0,0	92,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	83,3	100,0	100,0
Curimatá de Baixo	Fonte Boa	Esc. Mun. União	47,8	45,5	50,0	0,0	0,0	100,0	50,0	100,0	66,7	0,0	66,7	0,0
Castelo	Fonte Boa	Esc. Mun. São Sebastião 3	88,0	88,9	87,5	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	60,0
Barreirinha de Cima	Fonte Boa	Esc. Mun. Castelo	72,0	62,5	88,9	0,0	66,7	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0
Itaboca	Fonte Boa	Esc. Mun. Barreirinha	28,6	16,7	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Itaboca	Japurá	Esc. Mun. Itaboca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bela Vista do Curimatá de Cima	Japurá	Esc. Mun. Amâncio Santana	65,5	20,0	89,5	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	60,0	100,0	100,0	100,0
		Esc. Mun. São João Batista												
Miriti	Japurá	Esc. Mun. Sagrado Coração De	57,8	46,7	80,0	16,7	0,0	57,1	100,0	55,6	100,0	100,0	62,5	0,0
Murinzal	Japurá	Jesus	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Esc. Mun. Santa Luzia												
Curimatá de Baixo	Japurá	Esc. Mun. Etevaldo Cativo Dos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vencedor	Japurá	Santos	80,6	77,3	85,7	0,0	62,5	77,8	0,0	100,0	100,0	75,0	50,0	0,0
Boa Vista do Pema	Japurá	Esc. Mun. Rosimar Filgueira	31,6	23,5	100,0	0,0	33,3	0,0	0,0	75,0	0,0	100,0	0,0	0,0
		Esc. Mun. Macelino Cavalcante												

Fonte: Censo Escolar 2015 – QEdu Academia. Disponível em: <http://academia.qedu.org.br>.

ANEXO 2: Formulário de autorização de pesquisa de campo concedido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no âmbito da Reserva Extrativista Auati-Paraná:



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 46714-3	Data da Emissão: 17/09/2015 17:18	Data para Revalidação*: 16/10/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Heloisa Correa Pereira	CPF: 706.203.772-91
Título do Projeto: Distribuição e mobilidade da população em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia brasileira: o caso da reserva extrativista Auati-Paraná.	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	CNPJ: 46.068.425/0001-33

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Entrevistas com moradores locais	06/2015	10/2015
2	Entrevistas com moradores locais	10/2015	02/2016

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	1. Solicitar autorização do ICMBio para acessar a Unidade de Conservação; 2. Obter anuência das comunidades para realização da pesquisa. 3. Disponibilizar a gestão da Unidade de Conservação o material oriundo da pesquisa (relatórios, fotos, publicações).
2	1. Solicitar autorização do ICMBio para acessar a Unidade de Conservação; 2. Obter anuência das comunidades para realização da pesquisa. 3. Disponibilizar a gestão da Unidade de Conservação o material oriundo da pesquisa (relatórios, fotos, publicações).

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Lucas Figueira Corrêa	Assistente de Pesquisa	023.205.122-41	7083485 Segup-PA	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		AM	RESERVA EXTRATIVISTA AUATI-PARANÁ	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 31892173



Página 1/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 46714-3	Data da Emissão: 17/09/2015 17:18	Data para Revalidação*: 16/10/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Heloisa Correa Pereira	CPF: 706.203.772-91
Título do Projeto: Distribuição e mobilidade da população em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia brasileira: o caso da reserva extrativista Auati-Paraná.	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	CNPJ: 46.068.425/0001-33

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 31892173



Página 2/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 46714-3	Data da Emissão: 17/09/2015 17:18	Data para Revalidação*: 16/10/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Heloisa Correa Pereira	CPF: 706.203.772-91
Título do Projeto: Distribuição e mobilidade da população em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia brasileira: o caso da reserva extrativista Auati-Paraná.	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	CNPJ: 46.068.425/0001-33

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 31892173



Página 4/4

ANEXO 3: Questionário utilizado na primeira etapa da pesquisa de campo realizada na Reserva Extrativista Auati-Paraná, em que foram entrevistadas todas as 17 comunidades que compõem a RESEX-AP:

QUESTIONÁRIO COLETIVO	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Data da entrevista: _____
	<i>Projeto: Mobilidade e Distribuição da População na RESEX Auati-Paraná.</i>	Início: _____:_____ hs
		Término: _____:_____ hs

Vila / comunidade _____	Coordenadas:
Esta na área de entorno: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	UTM X __ __ __ __ __ __
Município: _____	UTM Y __ __ __ __ __ __

Liste todas as pessoas que ajudaram a responder o questionário |__|__|__| (*preencher quantidade*)

Nº de Casas: _____	Agente de Saúde: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Gerador de Luz <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Nº de Famílias: _____	Associação: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Energia Elétrica <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Nº de pessoas: _____	Posto de Saúde: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Poço artesiano <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	Escola: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Casa de farinha <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

I. UTILIZAÇÃO DO MAPA

O mapa será utilizado para mostrar as possíveis mudanças e locais que os moradores costumam ir. Buscando identificar se tais mudanças ocorreram antes ou depois da criação da RESEX.

- Qual cidade costuma ir pra vender produtos;
- Quais locais costumam plantar
- Quais locais costumam pescar
- Quais locais costumam coletar
- Qual local os filhos vão a escola
- Qual local extraem produtos
- Quais locais caçam
- Quais cidades costumam ir quando estão doentes.

II. CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Essa comunidade já existia antes da criação da RESEX?

1. NÃO
2. SIM, nesse mesmo lugar
3. SIM, em outro lugar fora dos limites da RESEX
4. SIM, em outro lugar dentro dos limites da RESEX

1.1. Caso **NÃO**, porque criaram a comunidade?

1.2. Porque transferiram para este lugar? -----> Não se aplica (*caso não tenha sido transferida*)

Registro: |__|__|__|__|

III. MUDANÇAS NAS ÁREAS DE USO

Obs: O onde se refere ao local ex: mesmo terreno, alguma área da comunidade, etc.

2. Alguém dessa comunidade pesca?

1. Sim 3. Não pescam

3. Pra que pesca?

1. Consumo 2. Venda 3. Outros: _____

3.1. Onde vendem o que pescam?

1. Na cidade 2. Na comunidade
3. Outro lugar. Onde? _____ 4. Não se aplica

3.2. Onde pescam?

1. Área coletiva da comunidade (uso comum)
2. Área de uso coletivo da RESEX
3. Área de uso particular
4. Outro lugar. Onde? _____

3.2.1. É o mesmo lugar que pesca pra vender?

1. Sim 3. Não, onde pesca? _____ (ex. área particular, coletiva).

3.3. É o mesmo lugar que pescavam antes da criação da RESEX?

1. SIM 2. NÃO

3.4. Onde pescavam antes? -----> Não se aplica (caso seja o mesmo lugar)

4. Alguém na comunidade planta ou mantém uma produção (roçado)?

1. Sim 2. Não

5. Pra que plantam?

1. Consumo 2. Venda 3. Outros: _____

6. Pra que plantam?

1. Consumo 2. Venda 3. Não se aplica

6.1. Onde vendem o que produzem?

1. Na cidade 2. Na comunidade
3. Outro lugar. Onde? _____ 4. Não se aplica (se não vende/planta)

6.2. Todos tem uma área para plantar aqui nessa comunidade?

1. Sim. Onde fica? _____
2. Não. Fica em outro lugar. Onde? _____

6.3. Como era antes da criação da RESEX?

1. Do mesmo jeito 2. Outro jeito: _____

6.4. Por que mudou? -----> Não se aplica (*caso seja o mesmo lugar*)

7. Alguém dessa comunidade trabalha com atividades extrativistas? (seringa, castanha, açaí, etc.)

1. Sim 2. Não (*vá para Q 8.5*)

8. Pra que extraem ou coletam

1. Uso pessoal
2. Venda
3. Não se aplica

8.1. Onde vendem o que retiram/coletam? -----> Não se aplica (*caso não venda*)

1. Na cidade 2. Na comunidade 3. Atravessador
4. Barco Recreio 5. Outro: _____

8.2. Onde fica essa área?

1. Área coletiva da comunidade (uso comum)
2. Área de uso coletivo da RESEX
3. Área de uso particular (cada moradora tem sua área)

8.3. Qual tipo de recurso vocês extraem mais? (*marcar apenas um*)

1. Seringa 2. Castanha 3. Açaí 4. Andiroba
5. Copaíba 6. Outro: _____

8.4. É o mesmo lugar que costumavam ir antes da criação da RESEX?

1. SIM 2. NÃO

8.5. Como era antes da criação da RESEX? -----> Não se aplica

9. Tem alguma outra atividade que praticam, além das já citadas? (*relacionada à produção, agricultura*)

1. SIM 2. NÃO

9.1. Sempre fizeram?

	ANTES	DEPOIS
1		
2		
3		
4		
5		

9.2. Porque não praticavam antes?

10. Como regulam as áreas de uso comum (dos terrenos) nessa comunidade?

10.1. Cada morador pode usar individualmente?

10.2. Como era antes de criarem a RESEX?

11. Quando algum morador se casa para onde ele vai?

1. Fica na casa dos pais
2. Constrói uma casa. Onde? _____
3. Vai embora pra cidade. Qual? _____
4. Outros: _____

Justifique as respostas: _____

11.1. Onde essa nova família vai praticar as atividades?

1. Plantio: _____
2. Caça: _____
3. Pesca: _____
4. Coleta: _____

Observações: _____

11.2. Antes de a RESEX ser criada como essas pessoas faziam?

1. Ficava na casa dos pais

2. Construía uma casa. Onde? _____
3. Ia embora da comunidade. Qual? _____
4. Outros: _____

Justifique as respostas: _____

IV. MOBILIDADE DOS MORADORES

12. Alguém dessa comunidade tem casa em outro lugar?

1. Sim. Onde? _____
2. Não

13. Alguém dessa comunidade vai pra outro lugar quando o rio “enche”?

1. Sim 2. Não

13.1. Pra onde costumam ir?

1. Pra cidade
2. Outra comunidade fora da RESEX. Onde? _____
3. Outro lugar. Onde? _____

14. Alguém dessa comunidade vai pra outro lugar quando o rio “seca”?

1. Sim 2. Não

14.1. Pra onde costumam ir?

1. Pra cidade
2. Outra comunidade fora da RESEX. Onde? _____
3. Outro lugar. Onde? _____

14.2. Porque não ficam na comunidade durante esse período?

15. Quais séries são oferecidas na escola dessa comunidade?

1. Alfabetização
2. Alfabetização de jovens e adultos
3. Ensino fundamental
4. Educação de jovens e adultos (EJA) /supletivo do ensino **fundamental**.
5. Ensino médio
6. Educação de jovens e adultos (EJA) /supletivo do ensino **Médio**.
7. Outros: _____

8. Não se aplica

15.1. Alguém precisa ir para outro lugar pra estudar?

1. Sim 2. Não 3. Não se aplica

15.2. Para onde vai? _____ horas de viagem até lá: ____:____ Meio de transporte que utiliza: _____ Frequência que vai: _____

Observações:

16. Quando alguém da comunidade fica doente a quem recorrem?

1. Posto de saúde da comunidade
2. Posto de saúde de outra comunidade: _____
3. Vai pra cidade: _____ Como vai: _____

16.1. Como faziam antes da criação da RESEX?

17. Chegou algum morador nessa comunidade após a criação da RESEX?

1. SIM, |__|__| (*quantidade*)
2. NÃO

17.1. Situação quando chegou:

1. Sozinho |__|__|
2. Família |__|__|

17.2. De onde vieram?

1. De outra comunidade **dentro** da RESEX
2. De outra comunidade **fora** da RESEX
3. De outro lugar: _____

18. Alguém foi embora da comunidade depois da criação da RESEX?

1. SIM, |__|__| (*quantidade*)
2. NÃO

18.1. Situação quando saiu:

1. Sozinho |__|__|
2. Família |__|__|

18.2. Para onde foram?

1. Para outra comunidade **dentro** da RESEX
2. Para outra comunidade **fora** da RESEX
3. Para outro lugar: _____

18.3. Sabem qual o motivo de terem ido embora?

Registro: |__|__|__|__|

19. Quais eram as expectativas de mudanças/melhoras nessa comunidade com a criação da RESEX?

19.1. Dentre essas expectativas, o que consideram que melhorou?

ANEXO 4: Questionário utilizado na segunda etapa da pesquisa de campo realizada na Reserva Extrativista Auati-Paraná, em que foram entrevistados domicílios situados na comunidade do Vencedor e Murinzal:

Universidade Estadual de Campinas RESEX Auati-Paraná Outubro/Novembro de 2015	Data da entrevista: ___ / ___ / 2015 Início: ___:___ hs Término: ___:___ hs	Número do Questionário _ _ _
--	---	----------------------------------

Vila / comunidade _____ Município: _____	Coordenadas: UTM X _ _ _ _ _ _ _ _ UTM Y _ _ _ _ _ _ _ _
Liste todas as pessoas que ajudaram a responder o questionário _ _ _ _ (preencher quantidade)	

1. Nome entrevistado: _____
2. É responsável pelo domicílio? 1. Sim 2. Não
3. Nome da dona da casa _____
4. Nome do dono / *senhor* / da casa _____
5. Quantas pessoas moram na sua unidade doméstica ("casa")? |_|_|

I. DONO E DONA – MIGRAÇÃO

Use 88 como "Não se aplica" e 99 como "Informação Faltando"

6. A senhor (a) nasceu nessa comunidade? 1. Sim 2. Não
7. Há quanto tempo a senhora mora sem interrupção na comunidade?
|_|_| anos |_|_| meses → desde que nasceu
Se desde que nasceu → vá para questão 9
8. Quando a senhora se estabeleceu nesse lugar (1.a vez)? Ano: |_|_|_|_|_|_|
9. Seu marido / o *senhor* / nasceu na comunidade? 1. Sim 2. Não
10. Há quanto tempo ele mora sem interrupção na comunidade?
|_|_| anos |_|_| meses → desde que nasceu
11. Quando ele / o *senhor* / chegou na comunidade (1.a vez) |_|_|_|_|_|_|
Se ambos vivem na comunidade desde que nasceram → vá para Q18

Apoio:



12. Qual foi o último município onde **a senhora** morou antes de vir para esta comunidade?

Município/UF/País: _____ 1. Rural 2. Urbano 14. NA

13. Qual o último município onde seu marido / **o senhor** / morou antes de vir para esta comunidade?

Município/UF/País: _____ 1. Rural 2. Urbano 14. NA

14. Por qual motivo a senhora e seu marido escolheram morar nessa comunidade? (*marcar todas que se aplicam*)

14a	14b
<p style="text-align: center;">senhora</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Disponibilidade de terra</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Parentes</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Saúde</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Localização</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Casamento</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Qualidade de Vida</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Para acompanhar a família</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Outros _____</p> <p>88. <input type="checkbox"/> NA</p>	<p style="text-align: center;">Senhor / marido</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Disponibilidade de terra</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Parentes</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Saúde</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Localização</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Casamento</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Qualidade de Vida</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Para acompanhar a família</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Outros _____</p> <p>88. <input type="checkbox"/> NA</p>

15.

16. Quando chegaram, foram morar com... (*marcar apenas uma alternativa*)

15a	15b
<p style="text-align: center;">senhora</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Parentes</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Amigos</p> <p>3. <input type="checkbox"/> A própria família</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Outros _____</p> <p>8. <input type="checkbox"/> NA</p>	<p style="text-align: center;">Senhor / marido</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Parentes</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Amigos</p> <p>3. <input type="checkbox"/> A própria família</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Outros _____</p> <p>8. <input type="checkbox"/> NA</p>

17. A senhora já morou em outros lugares (municípios ou estados) além desses já mencionados?
 NÃO SIM

Caso sim, preencher a tabela. Essa tabela também pode ser utilizada para anotar outros tipos de migrações como um retorno para o mesmo lugar etc. Uma moradia é definido como um período de pelo menos 6 meses.

Etapas	UF	Município	U ou R

		(código)	
1. (origem)/Data nascimento: _ _ _ _ _ _ _ _			
2. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			
3. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			
4. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			
5. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			

18. O senhor seu marido já morou em outros lugares (municípios ou estados) além desses já mencionados? NÃO SIM

Etapas	UF	Município (código)	U ou R
2. (origem)/ Data nascimento: _ _ _ _ _ _ _ _			
2. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			
3. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			
4. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			
5. Ano de chegada: _ _ _ _ _ _ _ _			

19. Desde quando você(s) mora(m) sem interrupção nesta casa?

|_|_|_| anos |_|_|_| meses → desde que nasceu NA

Se desde que nasceu → vá para questão 22

20. Qual foi a última comunidade onde moraram antes de vir para essa?

20.1. Atualmente essa comunidade esta incluída na área da RESEX?

NÃO SIM SIM, na área de entorno

21. Por que escolheu está comunidade para morar? (marcar apenas uma alternativa)

1. Tinha parentes
2. Tinha amigos
3. Disponibilidade de terra
4. Mais segurança
5. Veio com a família
6. Estava dentro da área da RESEX
7. Outros _____

II. MEMBROS DA UNIDADE DOMÉSTICA (atual)

ID	22. Nome completo	23. Relação com a Dona(o) (Código)	24. Sexo (H) ou (M)	25. Idade Anos/meses	26. Estado civil (código)	27. Anos de estudos	28. Quem está estudando?
							Sim, Público (1) Sim, Particular (2) Não (3)
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							

CODIGO - Parentesco: 1=Dono; 2=Dona; 3=filho(a); 4=cunhado(a); 5=neto(a); 6=mãe/pai; 7=sogro(a); 8=irmão/irmã; 9=genro/nora; 10=tio/tia; 11=sobrinho(a); 12=padrasto/madrasta; 13=afilhado(a); 14= concunhado/(a); 15=primo(a); 16=filho(a) de criação; 17 = avó/avô, 18= não relacionado.

4

29. Quantos filhos NÃO moram nessa comunidade? |_|_|

88. Não se aplica**Se não tem filhos morando fora → vá para 36**

30. Ano que saiu? (observar se foi antes ou depois da RESEX)	31. Pra onde foi? (perguntar qual município, se foi pro rural ou urbano)	32. Idade quando saiu?	33. Porque saiu? (código)	34. Pretende retornar a comunidade? (1) SIM (2) NÃO	35. Onde vai morar? 1. Nessa casa. 2. Outra casa nessa comunidade. 3. Outra comunidade.
1	1. <input type="checkbox"/> U 2. <input type="checkbox"/> R				
2	1. <input type="checkbox"/> U 2. <input type="checkbox"/> R				
3	1. <input type="checkbox"/> U 2. <input type="checkbox"/> R				
4	1. <input type="checkbox"/> U 2. <input type="checkbox"/> R				
5	1. <input type="checkbox"/> U 2. <input type="checkbox"/> R				

NEGÓCIOS: 1.Oportunidade de negócio, 2. Emprego, 3. Foi a pedido do patrão, 4. Patrão quebrou.
FAMILIARES: 5. Convidado pelo parente, 6. Para acompanhar a família, 7. Casamento, 8. Separou do esposo (a).
SERVIÇOS: 9. Saúde, 10. Educação, 11. Qualidade de vida, 12. Segurança,
TERRA E RECURSOS: 13. Conflito de terra, 14. Disponibilidade de terra, 15. Preço da terra, 16. Qualidade do solo, 17. Clima, 18. Acesso à estrada, 19. Escassez recursos do rio: QUAL (____), 20. Escassez recursos da floresta QUAL:_____
SOCIO-POLÍTICOS:
 21. **Restrições legais (neste caso perguntar quais)** 22. Problemas sociopolíticos, 23. Criação de unidade de conservação, 24. Criação de terra indígena 25. Outros.

5

36. Além das pessoas já citadas, tem outros parentes que moram na área da RESEX? (em outra casa)

Sim, Quais: _____

Não têm parentes.

37. Qual a relação de parentesco? (com a pessoa de referencia. Ex: pai, mãe, tio, avô, etc.)

Listar todos: _____

38. Todos os seus filhos nasceram quando a RESEX já havia sido criada?

Caso não tenha filhos ir para Q40

1. Sim. |_|_|_|

2. Não 88.

3. Não se aplica (caso não tenha filhos)

39. A senhora acha que ficou mais fácil criar os filhos após a criação da RESEX?

1. Sim 2. Não 88. Não se aplica

39.1. Anotar a justificativa? (anotar mesmo que nada tenha mudado)

40. Costuma ir para cidade? SIM NÃO

41. Qual cidade costuma ir? _____

42. Com que frequência costuma ir? ___ semana ___ mês ___ ano

43. Para qual dessas finalidades? (marcar uma considerada a mais importante)

Visitar parentes Ir ao médico

Vender produtos Compras

Ir ao banco Trabalho: _____ Outros: _____

44. Onde se hospeda quando vai para a cidade?

Tem casa na cidade

Na casa de parentes

Na casa de amigos

Outros, _____

III. PLANOS DE MIGRAÇÃO

45. Antes da criação da RESEX tinha planos de sair dessa comunidade?

1. NÃO 2. SIM

45.1. Porque permaneceu aqui? _____

45.2. Nessa época, porque queria sair? _____

46. Alguém do domicílio tem planos de sair da comunidade?

1. Sim 2. Não

47. Quem do domicílio pretende sair?

47.1. Código ID: |_|_|_|

47.2. Todo mundo

48. Para onde pretende ir?

1. Outra comunidade na RESEX
 2. Outro município rural, Qual: _____
 3. Outro município urbano, Qual: _____

49. Motivos para SAIR daqui (*tabela de Código*)

1. Principal |_|_|_|

2. |_|_|_|

3. |_|_|_|

Anotar história: _____

IV. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

50. Quanto de renda a unidade doméstica recebeu no último ano (2014) de cada uma dessas fontes (não incluir a produção agropecuária):

50.1. Renda Total domicílio: R\$ / mês _____

50.2. Renda do governo (aposentadoria, pensão, Bolsa-Família, etc.): R\$ / mês _____

50.3. Remessa de parentes: R\$ / mês _____

50.4. Venda de produtos caseiros: R\$ / mês _____

50.5. Salário: R\$ / mês _____

50.6. Renda de negócios (bar, loja, etc.) R\$ / mês _____

50.7. Outro. Qual? _____ R\$ / mês _____

50.8. Outro. Qual? _____ . R\$ / mês _____

51. Vocês têm outros imóveis/terreno? 1. Sim 2. Não

Casa urbana, Município: _____ . Ano: _____

Casa no rural, Município: _____ : Ano: _____

Terreno urbano, Município: _____ Tamanho: _____ .Ano: _____

Terreno Rural, Município: _____ Tamanho: _____ .Ano: _____

Comércio, município/comunidade: _____ .Ano: _____

V. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE E DO DOMICÍLIO

52. O senhor se considera dono desse terreno?

1. SIM 2. NÃO

Anotar percepção: _____

50. Como foi que se estabeleceu nesse terreno? (se foi antes da RESEX)

1. Comprou (ano de compra: _____)

2. Recebeu do INCRA, ITEAM, etc.

3. Herdou → De quem (a sua relação com o proprietário)? _____

Quanto da propriedade recebeu? _____

Quem mais herdou (a sua relação com o proprietário)? _____

4. Outra (qual) _____

49. O senhor sabe se existe alguma condição para morar aqui na RESEX?

49.1. SIM, Quais condições _____.

49.2. NÃO

50. O senhor sabe o que é um documento de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)?

1. SIM 2. NÃO

Anotar o que entende: _____

VI. REMESSAS DE PARENTES

51. Vocês mandam algum dinheiro para qualquer outra pessoa (*não listada nas tabelas "MEMBROS DA UNIDADE DOMESTICA"*)

1. SIM 2. NÃO

Se NÃO → vá para questão 52

51.1. Com que frequência? mensal; semestral; anual; outro

51.2. Quanto por mês? R\$ _____

51.3. Escreva a relação dessas pessoas com a senhora: |_|_| (usar código)

52. Vocês recebem algum dinheiro de qualquer outra pessoa (*não listada nas tabelas "MEMBROS DA UNIDADE DOMESTICA"*)?

1. SIM 2. NÃO

Se NÃO → vá para questão Erro! Fonte de referência não encontrada.3

52.1. Com que frequência? mensal; semestral; anual; outro

52.2. Quanto por mês? R\$ _____

52.3. Escreva a relação dessas pessoas com a senhora: |_|_| (usar código)

VII. INFORMAÇÕES SOBRE A VIDA NA RESEX

53. Você sabe o que é uma RESEX? 1. SIM 2. NÃO

Escrever: _____

54. Você sabe por que foi criada essa RESEX? 1. SIM 2. NÃO

Escrever: _____

55. O que mudou na sua vida ou na vida da sua família com a criação da RESEX?

56. Onde costuma praticar as seguintes atividades:

Onde:	ATUAL	ANTES da RESEX	Época do ano
Pesca			() Cheia () Seca
Plantio			() Cheia () Seca
Caça			() Cheia () Seca
Criação de gado			() Cheia () Seca
Extrativismo florestal			() Cheia () Seca

57. Tem alguma outra atividade que praticava antes da criação da RESEX que agora **não pratica** mais?

1. SIM, quais: _____

2. NÃO

57.1. Essa mudança interfere na sua vida aqui?

1. SIM, de que maneira? _____

2. NÃO.

58. Houve mudanças nas áreas de uso da comunidade? (*zoneamento após a criação da RESEX*)

Sim, quais: _____

Não.

58.1. Sabe por que mudou?

58.2. Gostaria que essa área voltasse a ser de uso da comunidade?

1. SIM 2. NÃO 3. Não se aplica

59. Existe algum tipo de conflitos na RESEX? (*anotar a natureza dos conflitos*)

Sim, Pesca. _____

Sim, Caça. _____

Sim, Disputa por terra. _____

Sim, Madeira ilegal. _____

Sim, Manejo de lagos de pesca: _____.

Sim, Outros. Quais: _____

88. NA.

59.1. Esses conflitos já existiam antes da criação da RESEX?

1. SIM 2. NÃO

59.2. Melhorou depois da criação da RESEX?

1. SIM 2. NÃO

60. Na sua opinião, quais são os principais problemas que dificultam a vida de quem mora e trabalha aqui? (*Listar os primeiros três itens mencionados*)

1. _____

2. _____

3. _____